Sumário

Indígenas americanos e seus recursos

Mapeamento de Kuna Yala
Mac Chapin

O carbono e o desenvolvimento comunitário: um experimento em Oaxaca
David Barton Bray

O índigo e o indigenismo em El Salvador
Seth Micah Jesse

Uma tradição de têxteis peruanos enfrenta os desafios do mercado
Janelle Conaway

Salvando as florestas incas
Wilbur Wright

Perfil

A mulher perseverante: o sonho de Rosario Quispe para Puna
Patrick Breslin

Fórum dos bolsistas

Entre a justiça e o vigilantismo: enfrentando o crime na Guatemala pós-guerra
Ellen Sharp

A reciprocidade indígena e globalização no interior da Bolívia
Marygold Walsh-Dilley

A Marcha do Desenvolvimento

Recursos

Desenvolvimento de base

Revista da Fundação Interamericana

Indígenas americanos e seus recursos

Entrega Dupla: Fórum dos bolsistas da IAF

VOLUME 33

2012

A Fundação Interamericana (IAF) é um organismo autônomo de ajuda externa do Governo dos Estados Unidos, criado em 1969 para promover o desenvolvimento de autoajuda mediante a concessão de doações diretamente a organizações da América Latina e do Caribe. O orçamento operacional da Fundação Interamericana compõe-se de dotações e fundos provenientes do Fundo Fiduciário de Progresso Social.

A IAF publica *Desenvolvimento de Base* em inglês e espanhol e coloca as versões em inglês, espanhol e português no seu website www.iaf.gov em formato PDF ou HTML. O material original produzido pela IAF e publicado na revista é de domínio público e pode ser livremente reproduzido. No entanto, certos materiais foram proporcionados por outras fontes e poderão ter direitos autorais. A reprodução desse material poderá requerer autorização prévia do detentor de direitos autorais. A IAF solicita notificação de qualquer reprodução e menção da fonte. *Desenvolvimento de Base* aparece no catálogo do *Standard Periodical Directory*, no *Public Affairs Information Service Bulletin*, no *Hispanic American Periodical Index* (HAPI) e no banco de dados de *Agricultural Online Acess* (WORLD). Para obter números anteriores em microfilme favor dirigir pedidos a University Microfilms International, 300 N. Zeeb Road, Ann Arbor, MI 48106. Para receber a revista, visitar www.iaf.gov ou enviar e-mail a inquiries@iaf.gov ou correspondência postal ao seguinte endereço:

Desenvolvimento de Base
Fundação Interamericana
1331 Pennsylvania Ave., N.W., Suite 1200 North
Washington, D.C. 20004 U.S.A.

O propósito desta revista é compartilhar experiências em desenvolvimento de base com uma variedade de leitores. A redatora incentiva o envio de artigos sobre temas relevantes que tratem, embora sem exclusividade, dos seguintes temas:

- como a população de baixa renda da América Latina e do Caribe se organiza e trabalha para melhorar as suas condições de vida;
- problemas e tendências da comunidade em desenvolvimento;
- e como as instituições colaboram para promover o desenvolvimento da região.

Para obter informações mais detalhadas, favor dirigir-se por correio a Paula Durbin ao endereço acima indicado ou por e-mail a **pdurbin@iaf.gov.**

Capa: Glarimelia Morales e seu sobrinho, Juan Manuel Díaz, vivem na ilha de Carti, Comarca Kuna Yala, Panamá, uma vasta extensão de terra e oceano rica em recursos.
Mark Caicedo

Artesã kuna, acima; colhendo anil salvadorenho, abaixo.

Impressão em papel reciclado, com tinta derivada da soja.

Fundação Interamericana
Robert N. Kaplan, Presidente

Conselho de Administração
John Salazar, Presidente Interino
Thomas Dodd, Vice-Presidente Interino
Eddy Arriola
J. Kelly Ryan
Jack Vaughn
Roger Wallace

Desenvolvimento de base
Revista da Fundação Interamericana

Redatora-Gerente: Paula Durbin
Redator Colaborador: Eduardo Rodríguez-Frías
Editor Fotográfico: Mark Caicedo
Edições em outros idiomas: João Bezzera, Darío Elías, Anna Greenston, Francisco Pereira
Desenho e impressão: Christopher Dunham, U.S. Government Printing Office

www.iaf.gov

Desenvolvimento de base

Revista da Fundação Interamericana

VOLUME 33

2012

Mark Caicedo

Seth Jesse

Sumário

Indígenas americanos e seus recursos

Mapeamento de Kuna Yala
Mac Chapin 2

O carbono e o desenvolvimento comunitário:
um experimento em Oaxaca
David Barton Bray 14

O índigo e o indigenismo em El Salvador
Seth Micah Jesse 22

Uma tradição de têxteis peruanos enfrenta os desafios do mercado
Janelle Conaway 28

Salvando as florestas incas
Wilbur Wright 34

Perfil

A mulher perseverante: o sonho de Rosario Quispe para Puna
Patrick Breslin 42

Na IAF

Fórum dos bolsistas

Entre a justiça e o vigilantismo:
organizar-se para enfrentar o crime na Guatemala pós-guerra
Ellen Sharp 52

A reciprocidade indígena e globalização no interior da Bolívia
Marygold Walsh-Dilley 58

A Marcha do Desenvolvimento 62

Recursos 69

A IAF e os Indígenas Latino-Americanos

Cerca de 45 milhões de latino-americanos se consideram indígenas, uma identidade cuja definição varia de um país a outro e em geral depende tanto do contexto e da cultura quanto da genética. Os descendentes dos primeiros habitantes do hemisfério provêm de mais de 400 grupos étnicos; apesar dessa imensa diversidade, em quase toda parte eles lutam para superar uma herança de deslocamento, exploração e exclusão que reduziu essa população a uma situação de pobreza desesperada. Eles estão desproporcionalmente representados na parte inferior de todos os indicadores de bem-estar.

A IAF começou suas operações no início dos anos 70, quando em muitas regiões do mundo os povos indígenas estavam redescobrindo suas raízes e se congregando em torno de sua identidade. Novas organizações na América Latina estavam determinadas a defender seu modo de vida, exigir justiça social e produzir mudanças, e a IAF respondeu com apoio crucial. Com o retorno à democracia, a mobilização se acelerou. O resultado mais imediato foi maior visibilidade e legitimidade. No âmbito internacional, os direitos dos povos indígenas são reconhecidos. Os governos dos países das Américas têm tomado medidas para que as constituições e legislação estejam em conformidade com esses padrões. Onde as sementes do ativismo criaram raízes, os indígenas estão participando dos processos cívicos e políticos como nunca haviam feito antes.

O Congresso atribuiu à Fundação Interamericana o mandato de estimular "uma participação cada vez mais ampla no processo de desenvolvimento", que nós interpretamos como um apelo específico à inclusão de grupos historicamente marginalizados, inclusive os nativos americanos. Nos últimos 40 anos, a IAF financiou muitas iniciativas desses povos. Um exame da carteira ativa revela que os donatários que servem comunidades indígenas em 14 países representam mais de 40% do investimento atual da IAF em desenvolvimento de base. Os que trabalham com povos indígenas na Bolívia, Guatemala, Belize, Colômbia, Panamá, Equador e Honduras representam 50% ou mais do financiamento total da IAF em cada um desses países. Os projetos que a IAF financia atualmente beneficiam latino-americanos que se identificam com mais de 50 grupos étnicos de uma diversidade extraordinária. As prioridades incluem educação bilíngue, mapeamento comunitário, conservação, saúde, títulos de propriedade, microcrédito, ecoturismo, e desenvolvimento de empresas e agricultura, em geral envolvendo culturas e animais nativos.

Não faz muito tempo, ao comprar uma barra de chocolate numa confeitaria próxima aos escritórios da IAF, me dei conta da riqueza do patrimônio dos povos indígenas em termos de recursos de desenvolvimento. O chocolate tinha a marca El Ceibo, uma federação de 40 cooperativas que representam cerca de 1.200

Kevin Healy

Robin Bowman

Produtores bolivianos de cacau e chocolate usaram práticas de organização indígenas para lançar El Ceibo.

produtores de cacau aimaras, quíchuas e mosetén no Alto Beni, Bolívia. Nos anos 1970, quando El Ceibo foi fundada, esses agricultores, que haviam migrado do planalto, eram novatos no plantio do cacau. A fim de concretizar a visão que eles tinham para esse produto, adotaram princípios indígenas tradicionais de organização e gestão que incluíam, por exemplo, pagamento igual para todos os trabalhadores, qualificados ou não, e uma liderança rotativa que mudava cada ano. Duvido que essas práticas sejam ensinadas num curso universitário de administração de empresas, mas funcionaram para esses agricultores e lançaram El Ceibo como um bom exemplo de empresa de base que se transformou num famoso exportador de cacau e chocolate. O orgulho que sentem por sua empresa está estampado na embalagem: "Do cultivo à fabricação do chocolate, não colaboramos com os produtores, nós somos os produtores."

Este número de *Desenvolvimento de base* comemora a longa e produtiva história da IAF com os povos indígenas das Américas, focalizando a maneira como alguns deles usam os recursos de seu patrimônio para superar a pobreza e impotência. Esses recursos podem ser tangíveis como o território mapeado pelos *kunas* do Panamá ou intangíveis como a confiança sobre a qual os *coyas* da Argentina construíram uma eficaz estrutura de microcrédito. As habilidades de uma antiga civilização andina podem catalisar um renascimento cultural junto com uma indústria têxtil. Sistemas que evoluíram durante séculos para fornecer a mão de obra vital ao bem-estar coletivo e sobrevivência econômica, como *tequio* no México e *ayni* na Bolívia, podem ajudar a enfrentar os atuais desafios globalizados. Esses exemplos ilustram o lugar no mundo moderno de valores que passaram pelo teste do tempo, e como muitas vezes eles despertam o que há de melhor no desenvolvimento de base.

Robert Kaplan
Presidente
Fundação Interamericana

Manuel Núñez

Kevin Healy, representante da IAF para Bolívia, com uma barra de chocolate El Ceibo comprada em Tivoli, uma loja em Arlington, Virginia.

Mapeamento de Kuna Yala

De Mac Chapin

Do início de 2001 ao fim de 2003 os índios kuna do Panamá trabalharam em um conjunto detalhado de mapas da Comarca de Kuna Yala, seu território. A Comarca perfaz um arco suave ao longo do litoral nordeste do Golfo de San Blas à fronteira com a Colômbia e abrange uma área de aproximadamente 5.400 quilômetros quadrados, dividida em partes quase iguais entre a terra e o mar. A parte terrestre contém toda uma bacia hidrográfica ao norte da Divisão Continental: a Cordilheira de San Blas. Seu curso superior é coberto de florestas chuvosas. Uma vegetação densa estende-se desde os sopés das montanhas até a planície costeira, onde as florestas cedem o passo às propriedades agrícolas de subsistência e às plantações de coco dos kuna. É uma área de alagados de baixa altitude e estuários cobertos de mangues. Estendendo-se ao mar, abrange várias pequenas ilhas de corais e recifes. Cerca de 40.000 a 50.000 kuna moram em 51 aldeias, incluindo 41 em ilhas próximas da costa e 10 no continente. Todas estão estrategicamente situadas para permitir acesso ao oceano, onde os moradores colhem recursos marinhos, e ao continente, onde trabalham na lavoura e obtêm água potável, lenha e materiais de construção.

Até recentemente não havia estradas para conectar a Comarca ao restante do Panamá. A viagem é feita de barco, avioneta a minúsculos aeroportos comunitários ou por terra a pé. Historicamente os kuna têm conseguido com êxito relativo manter afastados os forasteiros. No entanto, nos últimos anos o lado oeste da Comarca tem sido invadida por agricultores mestiços das províncias do interior e a primeira estrada utilizável em qualquer condição climática serviu para penetrar

Mark Caicedo

A três horas dos arranha-céus, congestionamento de tráfico e contaminação da Cidade do Panamá, nas vastas extensões protegidas de Kuna Yala, mulheres fabricam coloridas molas, *homens cultivam e pescam e crianças se beneficiam de uma educação bilíngue e bicultural.*

Historicamente, a zona onde vivem os kuna era conhecida como San Blas. Sua região autônoma, quando foi criada em 1938, levou o nome de comarca San Blas. Recentemente, porém, os kunas o mudaram "oficialmente" pelo de Comarca Kuna Yala, ou território dos kunas.

na insularidade com um fluxo rapidamente crescente de tráfego de ônibus e caminhões. No lado leste garimpeiros colombianos e traficantes de drogas têm penetrado no território, trazendo consigo a violência e a corrupção. Esta não é de forma alguma a primeira vez em que os kuna foram ameaçados pelo mundo externo. Povo resistente, através dos séculos têm mantido intactas sua independência política e identidade cultural, enfrentando desafios constantes à sua sobrevivência e adaptando-se rápida e agressivamente. O projeto de mapeamento é outro exemplo de uma estratégia kuna destinada a proteger suas terras, recursos naturais e modo de vida.

História dos Kuna

Antes do contato com os europeus no início do século XVI, a área ocupada pelos kuna estendia-se do Caribe através do istmo até a região de Darien, no leste do Panamá. Em 1510 o mundo dos kuna mudou drástica e irrevogavelmente. Uma frota de navios espanhóis capitaneados por Vasco Núñes de Balboa surgiu ao longo da costa em busca de ouro e outras riquezas. Balboa e seus homens penetraram na Divisão Continental e a atravessaram e no lado mais distante "descobriram" o Oceano Pacífico. Segundo os padrões da época, aparentemente houve pouco derramamento de sangue nesses encontros com os habitantes locais, pelo menos no início. A calma foi rompida com a chegada do novo administrador espanhol do Istmo, o abominável Pedrarias Dávila. Uma das primeiras realizações foi a execução de Balboa; e, a seguir, deflagrou uma campanha de terror contra os nativos.

A violência foi acompanhada por um inimigo ainda mais feroz: uma carga de doenças europeias contra as quais os habitantes nativos não tinham resistência. Houve um surto de epidemias mortíferas que se espalharam não somente pelo Panamá mas por todas as Américas, dizimando de 80% a 95% da população nativa no primeiro século após o contato. "Em termos do número de pessoas que morreram", escreveu o historiador Noble David Cook, "foi a maior catástrofe da história, ultrapassando de longe o desastre da Peste Negra na Europa medieval."

Com seus números drasticamente reduzidos e suas comunidades em desordem, alguns sobreviventes kuna felizardos refugiaram-se nas passagens montanhosas densamente cobertas de florestas e ao longo de remotas bacias fluviais ao norte. Em ambos os lados do istmo surgiam com frequência ainda maior forças potencialmente hostis. Os tesouros sacados do Império Inca ao sul

e a prata das minas de Potosí no Alto Peru (atualmente a Bolívia) passaram pelo Panamá e atraíram legiões de piratas, soldados espanhóis e comerciantes. Os espanhóis ergueram postos avançados ao logo do litoral e trouxeram missionários católicos; colônias de escoceses e franceses lançaram raízes por um curto período antes de definharem ou serem expulsos. Os kuna fizeram parcerias e mudaram de lado tendo em mente os próprios interesses. E sobreviveram.

No fim do século XIX a ilegalidade tinha diminuído e os Kuna começaram a transportar-se para a planície costeira. Várias aldeias foram reassentadas em ilhas próximas ao litoral, no início de forma provisória. Ao longo do tempo a maioria da população Kuna assentou-se nas ilhas relativamente livres de insetos e doenças. Naquela altura os Kuna se tornaram cidadãos da República da Colômbia, recém-independente. Residindo no remoto estado do Panamá, tinham contato mínimo com o governo central em Bogotá. Em 1903 os Estados Unidos, que estavam encontrando dificuldades nas negociações com a Colômbia para estabelecer uma rota através do Istmo, apoiaram a independência do estado do Panamá em busca pela independência. Os kuna ficaram então sob uma nova autoridade: a República do Panamá.

Mark Caicedo

Nos primeiros anos a jovem república procurou estabelecer a sua identidade nacional. Parte de seu programa visava à "redução à vida civilizada de tribos bárbaras, semibárbaras e selvagens" dentro de suas fronteiras e, mais especificamente, "incorporar San Blas e civilizar os kuna". O governo instalou postos policiais em algumas das ilhas, lançou uma campanha de vestir as mulheres com roupas ocidentais e tinha planos para abrir terras kuna à colonização e exploração. Os kuna resistiram, assumiram atitudes dilatórias e passividade para subverter as reformas indesejadas e contrataram um advogado panamenho para defender seu caso na capital. O governo respondeu com controles mais rígidos. Estourou a violência: uma aldeia foi totalmente incendiada e vários policiais morreram em escaramuças.

Ao se desenrolarem as confrontações, alguns norte-americanos que passavam por San Blas expressaram apoio à situação dos kuna. Por meio deles os kuna conseguiram estabelecer outra aliança estratégica, desta vez com o Governo dos Estados Unidos. A tensão com o Panamá intensificou-se em fevereiro de 1925. Aproveitando as distrações durante as festas de carnaval, os kuna de várias aldeias lançaram um ataque sincronizado contra os guardas panamenhos e seus colaboradores kuna, matando 30 pessoas. Uma embarcação repleta de policiais armados, enviada para retaliar, foi barrada pelo cruzeiro *USS Cleveland* no que é agora a entrada ocidental para a Comarca. As armas foram deixadas de lado e as três partes — kuna, panamenhos e norte-americanos — formularam um tratado que permitia aos kuna controlar seu território. Em 1938 receberam a designação de comarca com uma provisão de governo semiautônomo.

Cartografia

"Tanto quanto as armas de fogo e os navios de guerra", observou o geógrafo J. Harley, "os mapas têm sido as

A placa que dá as boas-vindas a Kuna Yala também avisa que a entrada custa US$6.

armas do imperialismo". Este princípio foi demonstrado na virada do século XV quando, com um tratado à distância e alguns traços da pena do cartógrafo, a América do Sul foi silenciosamente dividida em "possessões" portuguesas e espanholas." Nações e impérios não são características naturais da paisagem; são construções humanas impostos para transformar grandes extensões do mundo em imóveis. A cartografia tem sido chamada de "a ciência dos príncipes", usada na história por elites para legitimar reivindicações sobre a terra e os recursos. Em um ambiente mais atual, corporações multinacionais utilizam mapas para obter concessões em regiões e minérios, petróleo e gás natural, bem como para isolar (e desmatar) vastas extensões para cultivo de cana-de-açúcar, soja e óleo de palma.

Entretanto, nos últimos anos os povos indígenas viraram o jogo utilizando as ferramentas da cartografia para produzir os próprios mapas. Muitos foram além do uso de sistemas de informação geográfica (GIS), detecção remota e fotografia aérea e reuniram informações detalhadas no terreno sobre características significativas das terras que ocupam e usam. Seus mapas, cartograficamente exatos e enriquecidos pelo conhecimento local, têm a autoridade para ajudá-los a defender suas terras contra invasão de forasteiros, fortalecer a organização política e a identidade cultural, bem como concentrar a atenção em questões ambientais críticas e no desenvolvimento econômico. O processo de produzir mapas nos próprios termos é em si mesmo uma fonte de poder.

A necessidade de mapear

Quando os kuna iniciaram seu projeto, o Instituto Geográfico Nacional "Tommy Guardia," órgão público de mapeamento do Panamá, tinha um inventário incompleto de mapas da Comarca em uma escala de 1:50.000. Segundo admitido por esse órgão, o que estava disponível não era muito confiável. Preparado com fotografias aéreas tiradas na década de 1960, os mapas careciam de detalhes e continham muitos erros e falsas alegações. Nem mesmo os contornos do litoral eram exatos. Mapas da área do continente mostravam apenas os rios principais; alguns rios estavam representados em lugar errado e os poucos que tinham nomes eram rotulados com uma mescla estranha de espanhol e kuna mutilado. Um rio a que os kuna chamam de Akwadi ou Rio das Pedras (das palavras *awka* e *di* que significam "pedra " e "rio") aparece como "Rio Água". Embora os rios regularmente mudem de curso nos trópicos, neste caso os cartógrafos, que não podiam ver através da densa cobertura florestal mostrada nas fotos, usaram a própria imaginação. As cartas náuticas produzidas pelo Almirantado Britânico e pela Agência Nacional de Produção de Imagens e Mapeamento dos Estados Unidos (NIMA) de 1917 a 1919 (e retocadas em 2001) mostravam ilhas chamadas inexplicavelmente Ilha Gertie e Ilha George.

Os kuna decidiram corrigir essas distorções vendo a paisagem de sua própria perspectiva. Esse empreendimento envolveu o Congresso Geral Kuna, a autoridade máxima do povo kuna; o Instituto Geográfico; e o Center for the Support of Native Lands [Centro de Apoio a Terras Indígenas (doravante Native Lands)], uma organização não governamental sediada em Arlington, Virgínia, EUA, que trabalha com povos indígenas na América Latina. O Congresso organizou e gerenciou o projeto do início ao fim; selecionou a equipe de mapeamento; encarregou-se dos contatos com o governo; e conseguiu financiamento e logística. O Native Lands proporcionou a metodologia de mapeamento e a supervisão técnica. O cartógrafo do Instituto Geográfico trabalhou com a equipe de mapeamento e a unidade técnica do Instituto preparou uma versão preliminar dos mapas e imprimiu a versão final. A Fundação Interamericana e a Agencia Española de Cooperación Internacional (AECI), órgão de ajuda externa do Governo da Espanha, proporcionaram o financiamento.

O projeto diferenciou-se dos empreendimentos cartográficos de várias formas. A equipe de mapeamento – constituída de pesquisadores e coordenadores de campo de mais de 30 aldeias, uma unidade técnica formada por quatro cartógrafos e dois funcionários administrativos — foi totalmente kuna, com exceção de um cartógrafo do Instituto Geográfico. Os moradores de 51 comunidades da Comarca trabalharam com os pesquisadores na coleta de dados oferecendo seus conhecimentos da região. Esta informação foi registrada nos esboços cartográficos nas comunidades e depois plotados nos mapas de base revisados com informações das fotografias aéreas, imagens de satélite e outros recursos cartográficos disponíveis. Denis Fuentes, Diretor do Instituto, chamou o resultado híbrido de padrões cartográficos combinados com os dados de campo "até agora os mapas mais detalhados e exatos que temos de qualquer área rural do Panamá". Acrescentou ele: "É um modelo a ser seguido".

A metodologia

A metodologia aplicada foi desenvolvida da colaboração em uma série de projetos iniciados em 1992 com a participação da Native Lands e dos povos indígenas

da América Central, América do Sul, África e Sudeste Asiático. Consiste de um período inicial de preparação básica para informar as comunidades e os órgãos governamentais, seguido de três workshops que se alternam com dois períodos no campo e finalmente a produção de mapas complexos. Este processo pode levar até 18 meses ou mais, dependendo da complexidade da área mapeada e de outros fatores. Esta metodologia é conceitualmente simples, mas sua aplicação pode ser complicada por reviravoltas imprevistas. Foi o caso do projeto dos kuna.

Dada a logística requerida para trabalhar com 51 aldeias, os kuna começaram por dividir seu projeto em duas fases. No melhor dos casos, as comunicações e viagens são precárias para as comunidades mais remotas e os workshops com participantes demais correm o risco de se tornarem incontroláveis. Assim a Fase 1 abrangeu 32 comunidades na metade oeste da Comarca e a Fase 2 incluiu 19 comunidades ao leste. Isso fez o projeto ser prorrogado por mais um ano. E nesse processo a equipe teve de atravessar vários matagais burocráticos e políticos que provocaram mais demoras e prolongaram o projeto por quase três anos.

O primeiro workshop foi realizado em junho de 2001 na ilha de Gaigirgordub (ou El Porvenir), na extremidade ocidental da Comarca. Em seu discurso de abertura, Gilberto Arias, um dos três *Saila Dummagan* ou Grandes Chefes do Congresso Geral, incentivou os 20 pesquisadores da Fase 1. Valerio Núnez, Diretor do Projeto, os coordenadores e cartógrafos começaram a prepará-los para selecionar as três categorias de características que seriam colocadas em seus mapas: (1) características físicas significativas, tanto naturais como feitas pelo homem, incluindo rios, trilhas, montanhas, ilhas e recifes de corais, com os respectivos nomes; (2) áreas de terra usadas para agricultura, pesca e coleta de alimentos; e (3) locais de importância cultural e histórica. Após muitas discussões, a equipe de mapeamento selecionou as áreas em que os kuna plantam coco e colhem as folhas da palmeira *weruk*, usada para cobertura de telhado; trechos de ervas marinhas em áreas rasas ao largo da costa; cemitérios, cuja maioria é encontrada em terra, ao longo dos rios; e *galugan* ou domínio dos espíritos, frequentemente encontrados nas montanhas. A seguir, a equipe escolheu símbolos para significar as diversas áreas. Áreas de caça, por exemplo, foram indicadas por um tapir, o animal de caça mais valorizado pelos kuna.

Os cartógrafos demonstraram conceitos básicos de mapeamento, tais como escala, orientação e representação. Entre eles figuram como identificar os melhores informantes e como transcrever sua informação em esboços cartográficos. Os caçadores e pagés, por exemplo, que viajam muito pelas montanhas, conhecem bem as regiões mais remotas. As mulheres, cujo trabalho as limita às respectivas comunidades, têm pouco conhecimento dos bosques além de um pequeno raio de extensão de sua casa. É mais eficiente trabalhar com grupos de três ou quatro informantes em vez de grandes grupos. Finalmente, os pesquisadores foram divididos em pequenas equipes e desenharam mapas de "teste", trabalhando com o conhecimento já adquirido pessoalmente e fazendo uma crítica mútua dos produtos, um por um.

No fim do workshop de quatro dias, os pesquisadores retornaram às respectivas comunidades para começar o processo de desenhar mapas do meio ambiente usado para subsistência. Aqui encontraram o primeiro obstáculo significativo, aliás bastante comum. Os doadores trabalharam de forma independente e os desembolsos não estavam sincronizados. Isto causou deficiências em áreas-chave. Os materiais essenciais para a fase de pesquisa de campo não estavam disponíveis quando necessários — folhas de papel em branco, canetas, conjuntos de lápis coloridos, réguas, apagador líquido, tubos para mapas e bússolas. Os líderes do projeto conseguiram tomar empréstimos e fazer as compras, mas várias semanas foram perdidas nesse processo.

Além disso, os fundos para viagem não foram desembolsados a tempo para os cartógrafos e coordenadores visitarem os pesquisadores no campo e lhes prestar apoio. Como medida temporária, os pesquisadores mais especializados encontraram formas de atualizar os colegas não muito experientes. Quando os fundos para salários profissionais não foram desembolsados segundo previsto, um dos coordenadores comentou: "os intestinos do diretor estão em pedaços de tanta tensão". Mas a importância dos mapas era clara e assim todos seguiram em frente. Em meados de julho os pesquisadores viajaram à Cidade do Panamá para participar do segundo workshop, a fase mais crítica do projeto de mapeamento: começar com os cartógrafos o processo de transcrever a informação das comunidades em mapas novos e georreferenciados. Cheios de entusiasmo, os pesquisadores chegaram com seus esboços cartográficos debaixo do braço e todos começaram a trabalhar.

A qualidade dos esboços cartográficos era desigual. Dois combinavam talento artístico e detalhes precisos. Vários eram esteticamente bonitos, mas de valor científico duvidoso. (Um mostrava rios se cruzando, o que os rios não fazem.) Outro era quase surrealista em sua

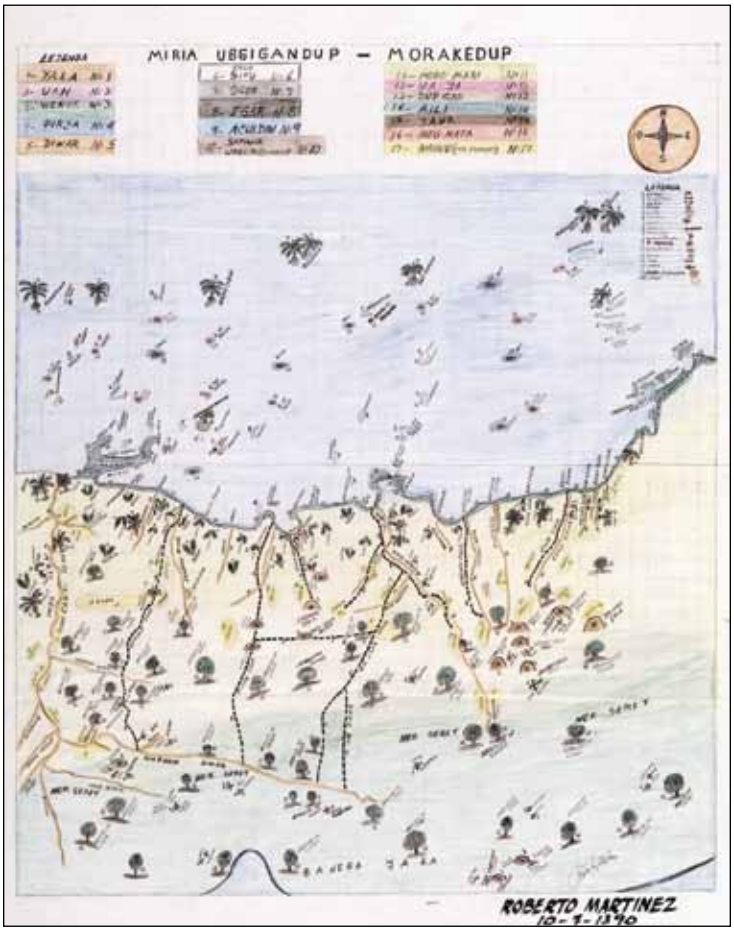
confusão de escala e orientação geográfica, colocando agricultores em pântanos e topo de montanhas. Alguns eram tecnicamente corretos, mas ofereciam informações escassas. Essa incoerência poderia ser atribuída, em parte, à falta de supervisão direta no campo, mas o simples fato era o seguinte: alguns pesquisadores aprenderam mais rapidamente do que outros e produziram melhores mapas. Felizmente, todos eles tinham mais informações na cabeça do que se evidenciava em seus mapas e os cartógrafos as esmiuçaram durante a transcrição. Por um acaso, um cartógrafo kuna, funcionário do Escritório da Auditoria da República, encontrou alguns mapas recentes que sua divisão tinha feito da Comarca, mais exatos do que os mapas do Instituto Geográfico. Os cartógrafos passaram alguns dias limpando os mapas e eliminando as linhas de contorno para poderem transcrever os dados das aldeias em um espaço aberto limpo.

À medida que todos se acostumaram com a metodologia, a transcrição entrou em um ritmo e avançou a um passo cada vez mais produtivo. Pequenos grupos de pesquisadores de comunidades contíguas trabalharam cada qual com um cartógrafo. Equipararam rios nos esboços cartográficos com os rios das fotos e as imagens do satélite. Colocaram os recifes de corais no mar aberto e lhes deram nomes. Realinharam as ilhas e lhes deram uma forma própria e nomes kuna. (A Ilha George e a Ilha Gertie foram eliminadas). Definiram áreas de subsistência Incluíram cemitérios e lugares sagrados. Gradualmente, como por um passe de mágica, os mapas da Comarca começaram a ser preenchidos e a assumir um caráter realmente kuna.

O trabalho foi intenso mas gratificante, à medida que os coordenadores e cartógrafos trabalharam para fazer referência cruzada dos esboços cartográficos, fotos aéreas, imagens de satélite e mapas governamentais. Usando estereoscópios, examinaram as fotos aéreas em 3-D. Quando os pesquisadores ficavam encalhados, eram encorajados a começar de novo e "fazer uma jornada imaginária" através da floresta, o que geralmente refrescava a sua memória e fazia as imagens fluir. Quando os mapas esboçados se tornavam demasiadamente confusos com rasuras e correções, os cartógrafos faziam cópias limpas. Marcavam as lacunas e as áreas confusas nos esboços, os quais eram registrados nos notebooks dos pesquisadores para esclarecimento no segundo período de campo. O processo de constantemente questionar, revisar, eliminar e acrescentar era reiterativo e

Mac Chapin

Equipe de mapeamento kuna.



Cortesia de Mac Chapin

Mapa desenhado por Roberto Martínez, da equipe de mapeamento. Os símbolos, legíveis no mapa em grande escala, indicam marcos e recursos.

Mark Caicedo

Acima: Casa kuna tradicional.

Direita: "O projeto de mapeamento foi bom para os kuna", recordou Gilberto Arias, de 82 anos, cacique do Congresso Geral Kuna entre 1999 e 2010. "Por exemplo, pudemos dar nomes aos rios. É importante que o mundo conheça os rios por seus nomes kunas. Em espanhol há um rio chamado Doctor Flaco e nós lhe demos um nome kuna. O mapa não pode ficar somente pendurado num escritório; deve ser ensinado em escolas às gerações mais jovens".

Mark Caicedo

Acima, direita: Molas feitas com um método tradicional de desenho, corte, alinhavo e costura.

Abaixo: Na escola elementar, crianças kunas aprendem e espanhol e sua língua nativa, em conformidade com a legislação do Panamá.

Mark Caicedo

enfadonho, mas também criativo e empolgante, e os participantes estavam cientes de que faziam parte da produção de um documento singular e importante para seu povo.

As sessões da noite eram dedicadas às discussões. Os pesquisadores aprenderam a história das respectivas comunidades em longas sessões com os anciães e estavam ansiosos para repassar os relatos sobre relocações de aldeias e desastres naturais, bem como eventos e líderes significativos. O ambiente em deterioração da Comarca era objeto de preocupação especial.

Mark Caicedo

Cartaz no Museu da Nação Kuna avisa aos visitantes: "Em KunaYala, é rigorosamente proibido capturar tartarugas marinhas de qualquer espécie, seja para venda ou consumo.

Observaram que muitos recifes que sofreram "desmatamento submarino" tinham sido tirados como aterro para expandir comunidades insulares. O lançamento de dejetos de sacos e garrafas de plástico, latas de metal e outros resíduos contemporâneos nas águas ao redor das ilhas desabitadas — ocorrência recente — causou séria poluição. Tartarugas e lagostas, outrora abundantes, estavam quase extintas devido à exploração excessiva. Como observou um pesquisador, quando há vários anos uma empresa chegou à Comarca para comprar peixes exóticos para aquários, os mergulhadores Kuna procuraram atender à demanda até ser suspensa pelo Congresso Geral.

O segundo workshop durou duas semanas. O conjunto relativamente bom de mapas esboçados produzidos recompensou os participantes com um sentido de realização. Os pesquisadores retornaram às respectivas comunidades com seus mapas para os moradores os verificarem, acrescentarem informação e responderem às perguntas dos cartógrafos. Por estas alturas todos os fundos já tinham sido desembolsados e as tensões acalmadas. Os coordenadores e cartógrafos foram aos locais que não tinham ficado claros nas fotografias aéreas – áreas de alga marinha, por exemplo, e pontos ocultos embaixo da cobertura florestal – e deram apoio aos pesquisadores. Após seis semanas no campo, os pesquisadores regressaram à cidade do Panamá para o terceiro workshop, realizado no início de 2002. A equipe trabalhou com afinco, sintonizando seus mapas e preparando as versões finais para os cartógrafos do Instituto. Terminaram o trabalho em uma semana.

Intervenção de políticos

O Congresso Kuna e o Instituto Geográfico tinham concordado em que os cartógrafos do Instituto se encarregariam da produção final dos dois conjuntos de mapas que se tornariam propriedade do Congresso. A primeira consistiria em uma visão geral da Comarca em duas folhas, as quais finalmente tiveram uma escala de 1:143.000; a segunda seria uma série de oito mapas maiores com mais detalhes em uma escala de 1:50.000. O orçamento incluía fundos para pagar os cartógrafos do Instituto alguma remuneração acima do salário notavelmente mais baixo de funcionário público por seu trabalho na elaboração dos mapas, adicional às suas tarefas normais. Esse bônus também era um incentivo para avançar a produção a um ritmo acelerado. O Instituto não dispunha de sistemas de informação geográfica (GIS) e todos os seus mapas eram produzidos à mão usando a técnica chamada traçagem. Este processo exigente requer que o cartógrafo trabalhe em

uma mesa iluminada sobre folhas de plástico transparente revestido de uma substância semiopaca. As linhas cortam o revestimento suave com um estilete para definir as características terrestres; as letras e símbolos especiais são afixados ou gravados individualmente nas folhas. Cada cor do mapa requer uma folha separada; todas as folhas são combinadas para produzir a impressão final.

Certas circunstâncias conspiraram contra a concessão do bônus. Em boa parte de 2001 e até 2002 a imprensa panamenha divulgou a existência de contratos ilícitos, subornos e negócios por baixo do pano em órgãos públicos. Independentemente da validade das acusações, circulavam boatos juntamente com o temor de que qualquer órgão pudesse ser atingido pelo escândalo. O Diretor do Instituto considerou que a remuneração adicional poderia parecer outro exemplo de corrupção pública. Tentativas para reestruturar um mecanismo aceitável de pagamento não tiveram êxito e os cartógrafos terminaram sem seu incentivo. Compreenderam as circunstâncias e agradeceram os esforços envidados em nome deles, mas mesmo assim ficaram decepcionados e o seu trabalho foi reduzido a um ritmo moroso.

Fase II

Neste ínterim, em janeiro de 2002 a segunda fase do projeto prosseguiu na metade oriental da Comarca. Experiente e mais confiante, a equipe de mapeamento continuou sem problemas a orientação do novo esquadrão de pesquisadores. A região oriental é muito mais isolada do que a metade ocidental da Comarca, além de ser muito mais tradicional e inacessível a forasteiros. Os mapas da área do Instituto eram irregulares e extremamente não confiáveis; as poucas fotografias aéreas existentes eram antiquadas. Para compensar esta deficiência, a equipe recorreu a uma empresa privada da Cidade do Panamá que dispunha de sistemas de informação geográfica (GIS) e tinha o que se precisava a um preço razoável. Assim, naquela mesma tarde estourou a notícia de que essa empresa estava envolvida em um processo e que o Governo do Panamá estava a ponto de intervir. Duas semanas mais tarde foi fechada e o proprietário estava foragido. O projeto de mapeamento parecia envolto em escândalo por todos os lados. Felizmente a Native Lands estava concluindo um mapa da América Central e sul do México em colaboração com a National Geographic Society e forneceu a informação requerida e a equipe prosseguiu seu trabalho.

A partir de então correu tudo bem – com exceção de um pequeno contratempo. Dedicada intensamente à realização dos workshops e supervisão dos pesquisadores no campo, a unidade de cartografia dos kuna dispôs de pouco tempo para trabalhar com o pessoal do Instituto na preparação dos mapas finais. Os kuna erroneamente supuseram que os profissionais do Instituto, que não estavam familiarizados com a região nem com o idioma, poderiam transferir os mapas esboçados para a fase final sem a sua assistência. Esse cálculo errôneo aumentou com o fato de os kuna não terem revisado cuidadosamente os mapas finalizados antes de imprimi-los. Os mapas impressos, repletos de erros, tiveram de ser revisados detalhadamente e reimpressos, resultando em custo adicional e demora de vários meses.

Finalmente as atividades de campo terminaram, dando aos cartógrafos kuna mais tempo para supervisionar o trabalho no Instituto. Verificaram omissões, ortografia de palavras kuna, simbolismo, coerência e colocação de características físicas. Estavam assim dispensando mais interesse aos mapas, confirmando a qualidade da informação deles constante. A traçagem implica um trabalho metódico e intensivo e estava progredindo lenta mas regularmente. Após passarem por um escrutínio extremo, todos os mapas estavam prontos. O último mapa saiu do prelo em janeiro de 2004.

O resultado

A equipe apresentou os mapas em uma assembleia geral do Congresso Kuna da qual participaram delegados de toda a Comarca, da Cidade do Panamá e de Colón. Os participantes consideraram o conjunto de mapas muito bem elaborados, precisos e certamente os melhores jamais produzidos na Comarca, observando que eram o trabalho da equipe kuna com a assistência técnica do Instituto Geográfico Nacional e que no coração do projeto havia 51 comunidades que tinham fornecido a informação principal. Havia um forte sentido de propriedade coletiva. Os anciães, porém, tiveram uma reação mais moderada, reservando seu juízo até os benefícios ficarem claros. Esta, naturalmente, é a questão-chave: qual foi o resultado de todo este trabalho e valeu a pena o esforço?

O benefício mais óbvio é o conjunto de mapas detalhados e exatos do território kuna, produzidos segundo as especificações dos kuna. A visão geral da Comarca inclui um inventário dos locais culturais e recursos naturais, juntamente com os limites e áreas de conflito potencial. Menos óbvias são as aptidões adquiridas pela equipe do projeto e pelos residentes da Comarca: como ler e interpretar mapas e como usá-los. Embora os técnicos da equipe já tivessem conhecimento de cartografia, nunca tinham desenvolvido um mapa desde o início.

O turismo cresceu exponencialmente em Kuna Yala. Os mapas são essenciais para administrar esse fluxo. Os turistas têm um apreço especial pelos detalhes e exatidão, que os ajuda a navegar por recifes potencialmente perigosos.

Mark Caicedo

Convencidos de que suas ilhas vão desaparecer com a elevação do oceano em resultado da mudança climática, os kuna planejam abandoná-las. "Será preciso desenhar novos mapas," disse Arias.

Os outros membros da equipe não tinham nenhuma experiência com mapas, exceto os encontrados nos manuais escolares. O processo de coletar dados brutos no campo e daí trabalhar com cartógrafos na transcrição da informação em mapas georreferenciados mudou tudo. Muitos participantes do projeto tornaram-se "alfabetizados em mapas". O processo serviu para conscientizá-los a respeito de questões às quais poucos tinham previamente dispensado muita atenção.

Os kuna podem agora utilizar os mapas para identificar problemas, tais como a intrusão de agricultores não indígenas na Comarca ao oeste e de garimpeiros colombianos ao leste, bem como desenvolver estratégias para abordar essas questões. Podem perceber ações predatórias de empresas estrangeiras de mineração em seu território e negociar projetos específicos com o governo, corporações e doadores internacionais. E podem abordar questões ambientais, tais como deterioração de recifes de corais, pesca excessiva e poluição como mais do que abstrações.

A parte ocidental da Comarca é uma área de preocupação especial, uma vez que seus limites foram originalmente traçados de forma arbitrária em uma linha reta, seguindo o litoral. As comunidades insulares próximas vinham tradicionalmente penetrando no continente na busca de subsistência ou de terras sem título de propriedade em áreas remotas, terras consideradas, pelo menos oficialmente, como propriedade do governo. Até recentemente isso não tinha sido um problema, porque ninguém as reivindicava. No entanto, nas últimas décadas agricultores de subsistência e pecuaristas começaram a penetrar na região que os kuna tinham tentado, sem êxito, incorporar na Comarca e o resultado tinha sido o conflito. Os novos mapas documentam o uso da terra pelos kuna e por se tratar de mapas "oficiais" do governo, produzidos pelo Instituto, o Congresso Kuna os está usando para defender sua causa de uso e ocupação prolongados por meio de canais políticos e legais.

Os mapas são apenas instrumentos. Sua eficácia depende da forma como são usados e isto somente se torna evidente com o passar do tempo. Os kuna são astutos e tenazes. Prevaleceram no passado recuando quando necessário, escolhendo estrategicamente seus aliados e explorando oportunidades quando aparecem. Superaram uma série de obstáculos para produzir o que todos, tanto kuna como não kuna, consideram mapas altamente exatos e detalhados de seu território. Não resta dúvida de que farão um bom uso deles nos anos vindouros.

Mac Chapin é antropólogo que vem trabalhando com os kuna desde meados da década de 1960. De 1982 a 1984 foi representante da IAF para o Panamá e Honduras. É atualmente diretor do Center for the Support of Native Lands e mora em Boulder, Colorado, EUA.

Agricultores na serra de Oaxaca trabalham com Servicios Ambientales para maximizar a captura de carbono nas florestas que pertencem às comunidades indígenas. Extraem madeira, mas deixam as árvores maiores, chamadas de padres, *para reflorestar a área.*

Carbono e o desenvolvimento comunitário: **um experimento em Oaxaca**

David Barton Bray

Os anos recentes foram muito bons para Servicios Ambientales de Oaxaca (SAO), uma pequena organização não governamental mexicana. Em 2008, SAO abriu o mercado "voluntário" de carbono no México, vendendo créditos de carbono de 10 comunidades rurais a empresas e outros compradores mexicanos. A Comisión Nacional Forestal (CONAFOR) destacou as realizações de SAO na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática, realizada em Cancún em 2010. Como resultado, a Fundación Coca Cola entregou a SAO um cheque de US$150.000, representando o custo do plantio de árvores para compensar o carbono gerado pelos aviões que transportaram delegados de todo o mundo para o México. Para as cinco ONGs e organizações comunitárias que fundaram SAO e investiram anos de trabalho, isso significa que ganharam sua aposta. Pequenos cafeicultores e madeireiras comunitárias se tornaram atores em mercados sofisticados de carbono florestal, e foram reconhecidos por fazer sua parte para capturar emissões que estavam aquecendo a atmosfera. Mas não foi fácil chegar a este ponto, e ainda há muitas complexidades pela frente.

Patrick Breslin

Antonio Santiago Ruíz poda um pinheirinho numa parte reflorestada de La Trinidad, Oaxaca.

SAO foi legalmente constituída em 2000, que parecia uma boa época para entrar no mercado de carbono. O Protocolo de Kyoto, assinado três anos antes, parecia ter aberto a porta através de seu Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). A ideia era permitir que as indústrias poluidoras nos países desenvolvidos escolhessem o método mais eficaz em função do custo para reduzir suas emissões de carbono; por exemplo, investindo em fontes alternativas de energia (como eólica ou solar) ou pagando a uma empresa num país em desenvolvimento para compensar suas emissões mediante atividades como plantio de árvores, resultando nos "créditos de carbono" mencionados anteriormente. A noção exótica de créditos de carbono baseia-se na necessidade de equacionar o aquecimento global. Os cientistas têm opiniões divergentes, mas a grande maioria dos cientistas climáticos projeta que, se as emissões continuarem ao ritmo atual, as temperaturas podem aumentar entre 1 e 6 graus até 2100, os oceanos podem elevar-se entre 1 e 5 metros e secas rigorosas se tornarão ainda mais frequentes. As calotas polares vão derreter com maior rapidez e os eventos climáticos extremos estão ocorrendo mais cedo do que projetado, sugerindo que os cientistas foram conservadores.

As aulas elementares de ciências ensinam como as plantas, através da fotossíntese, convertem dióxido de carbono em compostos orgânicos que as ajudam a crescer. Cerca de metade da biomassa das plantas é carbono. Essa captação de carbono da atmosfera é um "serviço ambiental" que ajuda a estabilizar o clima global. À medida que as árvores são derrubadas e queimadas de modo a criar espaço para a agricultura, o carbono armazenado nelas pela fotossíntese é lançado na atmosfera. Estima-se que o desmatamento produza cerca de 20% de todas as emissões de carbono. Isso indica a urgência de criar incentivos para preservar as florestas e plantar mais árvores. Assim, iniciou-se um lento e difícil esforço para criar mercados de carbono florestal, tanto o "mercado regulado" do MDL quanto mercados voluntários, onde as normas são mais flexíveis. A nova iniciativa global, chamada REDD + (Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação *mais* conservação, gestão sustentável das florestas e aumento dos estoques de carbono), contempla um mercado estritamente regulado por protocolos internacionais. Os arquitetos da REDD+ estão examinando a maciça multiplicação de modelos como o da SAO para captura de carbono.

Os fundadores da SAO têm experiência na captura de carbono, embora até 2000 somente em conexão com cafeeiros sombreados e produção de madeira. Vários fundadores trabalharam como assessores ou funcionários da Coordinadora Estatal de Productores de Café de Oaxaca (CEPCO) e produtores de madeira da Unión Zapoteca-Chinanteca (UZACHI), organizações que receberam apoio da Fundação Interamericana. Então, a lógica sugeria que o próximo passo seria explorar a possibilidade de obter renda com outro produto de suas plantações e florestas. A Fundação Ford rapidamente aceitou essa ideia e deu a SAO um modesto apoio para organizar seu escritório e começar a educar as comunidades sobre esse estranho e vaporoso produto capturado pela floresta: toneladas de dióxido de carbono. Outros doadores seguiram o exemplo, e SAO realizou workshops em comunidades servidas pela CEPCO e UZACHI a fim de recrutar voluntários para a nova iniciativa. A proposta incomum levantou suspeita; os membros da comunidade, que tinham títulos de propriedade, temiam que envolvesse uma trama elaborada para tomar suas terras. Finalmente, em 2002 e 2003, 10 comunidades aceitaram a proposta, prontas a assumir o risco. Os moradores, que viviam da produção de café ou madeira, em sua maioria eram pobres e de descendência indígena. Falavam zapoteca, chinanteca e mixe e tinham muito que aprender sobre a linguagem dos mercados internacionais de carbono.

Os primeiros benefícios finalmente começaram a fluir em 2003 e 2004, quando CONAFOR começou a estimular projetos de carbono florestal financiando organizações, como SAO, que fornecem assistência técnica e subsidiam o plantio de árvores. Então, a incerteza dos mercados internacionais de carbono fez com que a CONAFOR tornasse mais rigorosos os requisitos e em 2008 o programa terminou. As ONGs que ofereciam assistência técnica foram encorajadas a encontrar compradores por sua conta, o que não é fácil. "SAO foi criada para atingir o mercado internacional, mas no caminho descobrimos que o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo era extremamente complicado. Então, chegamos à conclusão de que isso não era para nós", afirma Carlos Marcelo Pérez González, um dos fundadores de SAO e seu coordenador desde 2003. Assim começou o esforço para estimular um mercado voluntário no México, uma clientela nacional interessada na combinação de conservação e desenvolvimento tradicional da SAO que também rendia compensações de carbono mensuráveis.

A IAF entrou em ação em 2006, habilitando SAO a expandir seu apoio para 10 comunidades. O desenvolvimento da capacidade de maximizar a captura de carbono incluiu a melhora da capacidade das comunidades de administrar as florestas tanto para o carbono como para outros usos. Isso significou longos processos participativos de zoneamento da terra para agricultura e florestas, redação de normas, criação de viveiros e uso de sistemas manuais de posicionamento geográfico para marcar as fronteiras das florestas em imagens remotas. Mediante múltiplos workshops, alguns membros da comunidade aprenderam sobre o ciclo do carbono e o conceito de pagamento pelo plantio de árvore e proteção das florestas.

As comunidades, com nomes indígenas como Santa María Tlahuitoltepec e San Miguel Malinaltepec, situam-se na serra de Oaxaca. Elas figuram entre os milhares de comunidades, indígenas e não indígenas que possuem cerca de 60% das florestas do México. Suas fortes instituições de governança estão enraizadas na tradição e no direito agrário contemporâneo. A propriedade de seus territórios, assegurada por títulos concedidos pela Constituição Mexicana, é um aspecto definidor de sua vida, garantindo sua identidade e seu lugar no mundo. Poderosas normas de cooperação são reforçadas por regras estritas promulgadas por assembleias comunitárias e autoridades eleitas. Esses mexicanos se distinguem também por uma forma organizada de trabalho em benefício coletivo, chamada *tequio*, que proporciona a mão de obra para manter a infraestrutura comunitária. Recentemente, por terem adquirido maior conscientização acerca da importância da gestão ambiental no contexto contemporâneo, incorporaram práticas que asseguram a certificação de seu café orgânico e de sua madeira.

Os funcionários da SAO sabiam, com base na sua experiência com o café e a madeira, que o trabalho com as comunidades requer atenção cuidadosa a suas instituições de governança. Quando as árvores são plantadas em terras comunitárias, a assembleia geral de todos os moradores deve entender e aprovar a atividade. Embora o café seja cultivado em terras pertencentes a famílias, a maioria das comunidades tem cooperativas cujos membros deviam receber informa-

Patrick Breslin

Reflorestamento em La Trinidad.

ção e ser consultados. Novas práticas de armazenagem do carbono tinham de ser aplicadas a cada ecossistema; mudas tinham que ser plantadas em áreas degradadas e florestas tinham de ser reduzidas e manejadas para uma acumulação mais rápida do carbono, mas sem ameaçar a biodiversidade. Com produção de café em sistema agroflorestal, SAO tinha que trabalhar com os agricultores no enriquecimento da sombra com árvores frutíferas que removem o carbono do ar e aumentam a diversidade da alimentação, e no plantio de cercas vivas para impedir a erosão do solo. Nas comunidades produtoras de madeira, como La Trinidad, calcular a rotação das colheitas para acumular carbono requer consulta aos gerentes florestais comunitários. SAO também realizou um trabalho de desenvolvimento mais amplo, como a organização de grupos de mulheres para vender resina das árvores. A oferta da capacitação intensiva necessária para acumular conhecimento e desenvolver instituições para a produção de créditos de carbono implica um custo não coberto no preço de mercado. A biodiversidade e os avanços educacionais e organizacionais associados a um projeto de carbono são chamados de "co-benefícios", além da atividade principal de produzir carbono. Embora os compradores apreciem esses co-benefícios, não estão necessariamente dispostos a pagar por eles.

Devido aos custos e desafios do trabalho com comunidades, somente uma minoria de projetos de carbono as envolve, como Ecosystem Marketplace assinalou em seu relatório de 2011, *State of the Forest Carbon Markets*. Mas as complexidades do trabalho com as comunidades não são nada em comparação com o que SAO constatou ao testar os rigores do mercado regulado e a turbulência dos mercados voluntários**.** O carbono florestal em geral não foi incluído no MDL. Poucos projetos envolvendo carbono florestal sobreviveram ao processo de aprovação do MDL devido a preocupações com permanência (as florestas podem ser queimadas) e "fuga", uma referência ao que acontece quando a conservação numa área de florestas leva os agricultores a desmatar outra área. Em contraste, uma fonte alternativa de energia para uma fábrica implica uma redução permanente das emissões de carbono. Assim, a maioria das ações com carbono florestal não tem ocorrido no mercado regulado criado pelo MDL, mas no mercado voluntário. O carbono florestal foi retirado do quase esquecimento na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática realizada em Bali em 2007, quando representantes da Costa Rica e Papua Nova Guiné fizeram um apelo dramático pela inclusão das florestas nas negociações, tendo em vista sua importância em muitos países em desenvolvimento. Isso deu origem às negociações internacionais sobre REDD+, mencionadas anteriormente.

Dado que o carbono florestal é um produto invisível para os consumidores, são envidados esforços extraordinários, com elevados custos de transação, na emissão de documentos para tranquilizar os investidores. Primeiro, o vendedor que quiser comercializar no mercado internacional precisa escolher entre uma série confusa de padrões para quantificar o carbono florestal. Cada padrão envolve uma metodologia que orienta o cálculo do estoque preexistente de carbono, projeções de uma hipótese de "funcionamento normal" (isto é, o que aconteceria se não houvesse projeto), medindo e monitorando variações no estoque de carbono, e avaliação da fuga, entre outras tarefas tecnicamente exigentes. O Padrão de Carbono Verificado (VCS), o mais usado, inclui uma série de metodologias aplicáveis a hipóteses específicas, entre as quais o vendedor deve escolher. Outros padrões oferecem maior ou menor flexibilidade que permite que os responsáveis pelo projeto criem suas próprias metodologias, sujeitas a revisão técnica e aprovação dos auditores. Para demonstrar que o projeto cumpre os padrões e a metodologia, o vendedor deve produzir um "Documento de Projeto" detalhado. Um auditor credenciado deve examinar o documento, realizar uma visita para confirmar as atividades descritas e emitir um parecer para "validar" o projeto, pago pelo proponente. O Grupo Ecológico Sierra Gorda, uma ONG mexicana que trabalha com agricultores no Estado de Queretaro, levou três anos para obter validação pelo padrão de Carbono Verificado e os benefícios sociais e ambientais pelo padrão de Clima, Comunidade e Biodiversidade. A validação qualifica um projeto para ser registrado num centro de intercâmbio que proporciona uma plataforma legal para as transações entre compradores e vendedores.

Mas isso não é tudo! Segundo alguns padrões, a produção real de créditos de carbono deve ser "verificada" mediante um processo interno de monitoramento, notificação e verificação, e depois uma auditoria que inclui visita ao local a cada cinco anos durante a execução do projeto. Os protocolos propostos para o mercado regulado exigem 100 anos de monitoramento *após* o período de emissão dos créditos. Os padrões dos mercados voluntários em geral requerem

que o processo de verificação leve de 30 a 50 anos. Além do carbono, alguns compradores querem que os co-benefícios sejam validados e verificados, como no caso de Sierra Gorda, e pagam um ágio pela documentação adicional e processo de verificação.

Tudo isso e mais alguma coisa levou The Munden Project, um grupo que analisou exaustivamente o desenvolvimento dos mercados de carbono, a concluir que "o comércio de carbono florestal não é viável na forma atual" e que "o enfoque comunitário está em desacordo com os benefícios de desenvolvimento que o REDD deve gerar". Mesmo quando o mercado funciona, as comunidades que capturam pequenos volumes de carbono ganharão o mesmo que os produtores que vendem pequenos volumes de qualquer produto agrícola em mercados dominados por intermediários. Eles recebem uma pequena parte do preço final, restando pouco para investir no desenvolvimento comunitário.

Então, de que maneira uma pequena ONG como SAO conseguiu sobreviver em face dessa complexidade? Ficando na vanguarda da experimentação com métodos e arranjos institucionais que levaram à criação de um mercado voluntário no México e apagando a divisão entre as atividades tradicionais de conservação e desenvolvimento e os projetos centrados na compensação de carbono florestal. Isso permitiu que SAO, pelo menos por enquanto, evitasse a complexidade paralisante e onerosa dos mercados internacionais, que deviam ser identificados com uma placa dizendo "em obras". O desenho desse estoque de referência, por exemplo, usa um método que J. Antonio Benjamín Ordóñez Díaz, que agora trabalha para a ONG Pronatura México, derivou de padrões desenvolvidos pelo Painel Internacional sobre Mudança Climática (IPCC), como a maioria dos padrões. "Levei cinco anos para desenvolver o modelo", explicou Ordóñez recentemente, "mas constatamos que era muito difícil para a maioria das pessoas. Então, adaptei-o para um arquivo Excel. Agora, um membro da comunidade pode medir o diâmetro, altura e conteúdo de carbono das árvores, e, se souber o número de árvores por hectare, pode calcular a captura de carbono. As tabelas de cálculo são muito simples e a capacitação é feita no idioma indígena da comunidade". O método de Ordóñez ainda não foi validado ou verificado por uma autoridade independente, como exigem os padrões internacionais. Seu único reconhecimento vem da CONAFOR, que está bem consciente do conflito representado por seu interesse no êxito de SAO. Então, o mecanismo criado é mais flexível e rápido, mas ainda não está pronto para o mercado internacional.

Contudo, com o trabalho de Ordoñez e Pronatura, o método foi considerado suficientemente válido para ser aceito na abertura do mercado voluntário aos produtores de carbono de SAO. Depois que SAO e Pronatura cortejaram o setor empresarial em 2008 e 2009, três grandes companhias — Televisa, Gamesa (maior fabricante de biscoitos) e Chinoin Pharmaceuticals — o Gabinete do Presidente do México e vários indivíduos compraram créditos de carbono. Em sua primeira grande transação, em maio de 2008, SAO vendeu mais de 15.000 toneladas a US$10 por tonelada (quando o preço médio era cerca de US$3,80 por tonelada). No fim de 2011, SAO havia vendido 104.842 toneladas de carbono no valor total de quase US$647.000. SAO e Pronatura ficam com 10% da receita, que não cobre os custos fixos, enquanto as comunidades recebem 80%. Por motivos fiscais, as empresas mexicanas só compram um volume de carbono equivalente a um ano de cada vez, embora tenham assumido compromissos informais para períodos mais longos. Assim, a prática atual não obriga as comunidades a proteger a floresta por mais de um ano. Então, haveria o risco de elas desmatarem nos anos seguintes se precisarem da terra para plantar milho?

Em janeiro, visitei a comunidade de San Bartolomé Loxicha, parceira de SAO na Sierra Sur de Oaxaca, a algumas horas da cidade de Oaxaca, para examinar essa questão. Viajei por estradas de terra em direção à costa do Pacífico por uma paisagem montanhosa com amplos trechos de terras agrícolas degradadas onde agroflorestas de café proporcionam grande parte da cobertura vegetal. San Bartolomé é uma comunidade indígena zapoteca com cerca de 2.500 habitantes, cujos títulos de propriedade das terras datam de 1712 e cuja posse remonta a séculos antes. Quase todos na aldeia lutam para sobreviver, plantando milho e café. Em geral a colheita não proporciona sustento para o ano inteiro, e os moradores precisam recorrer às remessas dos que emigraram para o norte do México e Estados Unidos.

Apesar da pobreza material, San Bartolomé é rica em termos de comunidade e território. Os membros da comunidade têm muito orgulho de seus quase 42.000 acres de vale fluvial, encravado entre montanhas, e estão bem conscientes dos séculos de ocupação. Antigas tradições indígenas e as instituições dirigentes estabelecidas pela lei agrária mexicana

tornam a assembleia de moradores de San Bartolomé um instrumento poderoso de coesão. Ela pode exigir estrito cumprimento das normas e novos regulamentos em troca de direitos individuais sobre os recursos do território. Outra forte instituição é o *tequio*, mencionado anteriormente, que, segundo um documento de planejamento de 2005, "nos fortalece, nos vincula socialmente e é a expressão da vontade de fazer parte da nossa comunidade".

Quando visitei o local, Amadeo Cruz Antonio, presidente do Conselho Supervisor, uma das entidades dirigentes eleitas pela assembleia de San Bartolomé, me recebeu com a cortesia tradicional num modesto escritório da liderança da comunidade. No dia seguinte, ele e outros moradores me levaram a visitar os 2.052 acres de florestas e plantações de café administradas para acumulação de carbono. Ele explicou como as vendas de carbono estimularam uma atenção renovada às florestas e plantações. "Depois que o furacão Paulina destruiu a maior parte das florestas," explicou Amadeo, referindo-se à devastação provocada em 1997, "os pinheiros voltaram a crescer, mas também plantamos árvores, e tudo agora está protegido. A floresta nos dá vida e oxigênio e limpa a poluição das fábricas. SAO nos ajudou a entender e explicamos isso ao nosso povo. Mas, mesmo que não estivéssemos fazendo isso com SAO, essa floresta é nossa, e, segundo o nosso estatuto, não podemos derrubar as árvores."

David Bray

Ao visitar várias terras administradas para captura de carbono, Amadeo explicou como a comunidade usa a receita das vendas de carbono: 70% são reinvestidos na floresta, 20% são investidos em projetos comunitários e 10% cobrem as despesas incorridas pelas autoridades da comunidade. Mas aqui não há nada de graça; os moradores têm que trabalhar para receber benefícios. O projeto de carbono se baseia no *tequio*, que normalmente não é remunerado, para o trabalho considerável de plantio e manutenção da floresta necessário para assegurar uma acumulação de biomassa mais rápida. Por esse trabalho adicional, os membros da comunidade recebem US$12 por dia (salário normal dos trabalhadores agrícolas), uma renda modesta que permite que alguns fiquem em San Bartolomé em vez de emigrar. O esquema funciona em forma de rodízio, de modo que todos os 500 membros da comunidade têm oportunidade de trabalhar e receber dinheiro por algumas semanas no ano.

As plantações de café exigem práticas diferentes. Os líderes da organização de cafeicultores, chamada Café del Milenio, nos levaram para visitar os locais em que os membros produzem café orgânico certificado e agora também árvores que capturam carbono. "Zonas de conservação," Israel Cruz García, 37, presidente de Café del Milenio, orgulhosamente chama as áreas plantadas com árvores importantes para a biodiversidade em paisagens caracterizadas por trechos isolados de florestas. "Antes, na época de nossos avós, eles tinham regras", explicou ao lado de um dos novos viveiros da organização. "Depois pararam, fizeram queimadas, derrubaram árvores por toda parte. Mas com

Uma placa anuncia a venda de créditos de carbono de Café El Milenio para Gamesa, fábrica mexicana de biscoitos.

SAO retomamos essas regras e fizemos nosso estatuto comunitário. Agora temos uma cultura de conservação. Ninguém pode entrar num terreno para caçar ou derrubar uma árvore. Exige-se licença até para retirar madeira morta para servir de lenha. Isso é bom para nós porque agora temos uma cultura orgânica. Fazemos isso porque amamos nossas crianças. Elas vão sofrer se acabarmos com os animais, os pássaros e a floresta. Amanhã não vai chover nem haverá água. Nós não estaremos mais aqui, mas nossos filhos sofrerão. Por isso cuidamos das nossas plantações de café e da nossa floresta".

SAO tem muitos admiradores. "Acho excelente o trabalho de SAO", comenta David Ross, assessor do Grupo Ecológico de Sierra Gorda, após sua primeira visita. "Fiquei impressionado com a maneira em que trabalha com as comunidades, com o fato de seus técnicos virem das comunidades indígenas, a maneira como uma organização da comunidade assume o projeto." A nova cultura de conservação promovida pela SAO assegura permanência além da que seria exigida nos contratos dos mercados internacionais de carbono florestal. Os compradores mexicanos estão convencidos de que as comunidades não desmatarão as florestas para plantar milho e dispostos a investir nos co-benefícios dessa cultura. SAO ainda tem que superar todas as complicações para sobreviver, continuar apoiando suas 10 comunidades e expandir sua influência. Até agora, os mercados mexicanos têm funcionado com base num alto nível de confiança. Representantes de seus clientes empresariais visitaram SAO e as comunidades, viram as florestas e as árvores nos campos de café e testemunharam os múltiplos co-benefícios de seu investimento. Os atuais acordos de CONAFOR com Pronatura México e SAO também evoluíram numa atmosfera de confiança.

Mas, para que o mercado Mexicano cresça, sua estrutura deve basear-se em algo mais que a confiança. Alguns aspectos dessa fase experimental despertariam conflitos de interesse em mercados internacionais, e devem ser esclarecidos. CONAFOR está trabalhando num esquema para validação e verificação para o mercado mexicano que também pode ser aceitável internacionalmente, bem como um registro nacional transparente. Além disso, está adaptando os padrões internacionais para um mercado nacional "solidário", caracterizado por flexibilidade e confiança. O próprio papel da SAO no mercado precisa ser melhor definido. Ela agora atua como vendedora de créditos de carbono, mas não reclama sua "propriedade." Estão em andamento planos para organizar as comunidades numa só entidade que possa legalmente vender os créditos de carbono, enquanto SAO exerce o papel de verificação para o mercado mexicano.

Numa declaração bastante branda, Ecosystem Marketplace assinalou que "a forma, o tamanho e âmbito do mercado global de carbono florestal no futuro continuam muito incertos". Dada essa incerteza, o relatório indica "uma tendência a que as regiões comprem créditos de suas próprias florestas". É nesse cenário que SAO está trabalhando com a possibilidade de os mercados de carbono servirem ao desenvolvimento da comunidade. Ao tentar vincular a conservação e desenvolvimento da comunidade com as demandas do mercado internacional de carbono, SAO focalizou a discussão na maneira como os mercados de carbono podem ajudar os pobres. SAO e o Grupo Ecológico Sierra Gorda são pioneiros no desenvolvimento de um mercado mexicano que pode se tornar um importante modelo para outros países em desenvolvimento com grande setor privado, como Brasil e China. Os planos de REDD+ desenvolvidos em fóruns globais se concentram em protocolos de estrito cumprimento e supõem que os mercados podem reduzir o desmatamento e canalizar benefícios para as comunidades pobres. A experiência de SAO sugere que os mercados também podem ser localizados e aproveitar o compromisso dos setores público e privado com um desenvolvimento rural compatível com o uso responsável das florestas. Todavia, SAO não desistiu dos mercados internacionais. "Estamos trabalhando nas duas linhas, desenvolvendo o mercado mexicano e o internacional", diz Pérez González, coordenador da SAO. "Nosso projeto é de carbono, mas para nós o carbono representa desenvolvimento comunitário".

David Barton Bray, ex-representante da IAF, é professor no Departamento de Meio Ambiente da Florida International University. *Ele agradece a Leticia Gutiérrez Lorandi, Bryan Foster, J. Antonio Benjamin Ordoñez Díaz e David Ross pelas contribuições a este artigo.*

O índigo e o indigenismo em El Salvador

De Seth Micah Jesse

O índigo ocupa lugar proeminente no patrimônio dos povos indígenas de El Salvador. "Nossos ancestrais trabalharam nesse cultivo e processaram esse corante", afirmou Francisca Amalia Matamoros, indígena salvadorenha que pertence à Añil Cielo Azul, uma cooperativa situada em Cuisnahuat no departamento ocidental de Sonsonate, onde vivem comunidades que remontam suas origens aos migrantes Nahua Pipil que saíram do norte do México do século X ao século XIV. Cuisnahuat é um dos municípios mais pobres de El Salvador: 75% dos domicílios não dispõem de eletricidade ou de qualquer conexão a um sistema de esgotos e poucas famílias recebem remessas. A área circunvizinha está repleta de referências à história de seus residentes indígenas. Em 1932 Sonsonate foi o cenário de uma das últimas revoltas indígenas no Hemisfério e do outro lado das montanhas em Izalco, onde estão as plantações de índigo da Añil Cielo Azul, o líder indígena da revolta, Feliciano Ama, foi enforcado em uma paineira.

A Añil Cielo Azul está colaborando com Asociación El Bálsamo, donatária da IAF, em um plano para revi-

Luis González

talizar a produção de índigo, também conhecido como *xiquilite,* nome derivado da palavra Nahuatl que significa erva azul. Antes da chegada dos espanhóis os habitantes deste canto da Mesoamérica extraíam um corante da planta para decorar cerâmicas e têxteis e usavam as folhas em forma de gota de lágrima para tratar doenças respiratórias, da pele e gastrointestinais. A conquista e o mercantilismo que seguiram alteraram drasticamente o lugar do índigo na vida salvadorenha, bem como precipitaram drasticamente a devastação e a dispersão da população nativa.

Exploração da terra e da mão de obra

Os espanhóis encontraram ricos depósitos de metais preciosos no Vice-Reinado do Peru e em partes do Vice-Reinado da Nova Espanha que hoje abrangem o México e a América Central ao norte do Istmo do Panamá. Mas a região que hoje abrange El Salvador oferecia apenas solo vulcânico que se adaptava muito bem ao índigo. Em contraste com o modo como tratavam outros cultivos nativos nas Américas, os invasores não desencorajaram a produção de *xiquilite* mas preferiram aproveitá-la e explorar o índigo como produto básico. Segundo David Browning (1971), em meados de 1500 as autoridades espanholas tinham organizado o cultivo em El Salvador, Nicarágua, Honduras e Guatemala para concorrer com o índigo produzido na Ásia importado para o mercado europeu por negociantes de Portugal, Holanda e Inglaterra. Os indígenas salvadorenhos foram obrigados a cultivar a erva e processar o corante e durante 300 anos o índigo sustentou a indústria têxtil europeia.

A demanda continuou décadas após 1821, ano em que El Salvador se tornou independente da Espanha, evento que em nada melhorou a sorte da população indígena minguante. Tal como sucedera no regime colonial, a elite latifundiária que continuou a lucrar do cultivo do índigo colocou fazendas estrategicamente próximas às comunidades indígenas a fim explorar o trabalho quase escravo ou, segundo Arnoldo Sermeño (2006), induziu migrações de aldeias indígenas distantes. Uma lembrança do trabalho árduo e perigoso necessário para produzir o corante são os vestígios dos moinhos onde indígenas descalços maceravam as folhas para realizar o processo de oxigenação, abrindo feridas suscetíveis a infecções em condições extremamente insalubres. Mas no início da década de 1900 o índigo tinha quase desaparecido como produto básico, descolocado por sintéticos baratos. O café suplantou o algodão e o cacau como principal exportação de El Salvador, lugar que ocupa até hoje. Para os indígenas salvadorenhos que lutavam para ganhar a vida como diaristas ou agricultores meeiros, o século XX foi uma época de sofrimento horrendo. À medida que a depressão do fim da década de 1920 se firmava, o preço do café despencou e os trabalhadores perderam seus empregos. Em 1932 a tensão social em Sonsonate transformou-se em insurreição violenta contra os latifundiários ricos acima mencionados. O governo reagiu matando dezenas de milhares de cidadãos indígenas e perseguindo os sobreviventes. A guerra civil brutal da década de 1980 resultou em 70.000 mortes e no deslocamento de um quarto da população de El Salvador, tendo um impacto desproporcional sobre os pobres da zona rural, inclusive indígenas.

Um contexto mutável para organização.

Há 20 anos, em seu artigo "A visão desde a margem", publicado no número de 1992 da revista *Desenvolvimento de Base* que focava os indígenas americanos e o quinto centenário, o antropólogo Mac Chapin observou o surgimento de uma organização singular de indígenas salvadorenhos que se empenhavam cautelosamente em melhorar as condições de Sonsonate enquanto a guerra civil ainda assolava o país. Os Acordos de Paz que naquele mesmo ano puseram fim a 10 anos de hostilidade assinalavam o início de uma era pós-conflito em que a sociedade civil poderia operar com mais eficácia. Desde então, mais indígenas salvadorenhos se organizaram para trabalhar a fim de alcançar as metas que incluem visibilidade, justiça social e desenvolvimento econômico. Como parte de seu programa para promover a conscientização pública da população indígena de El Salvador, o Museo de la Palabra y la Imagen (MUPI) (ver p.65) documentou a insurreição em Sonsonate e as suas trágicas consequências no filme 1932, *Cicatriz de la memoria* e em sua publicação *Trasmallo*. Os programas do Consejo Coordinador Nacional Indígena Salvadoreño (CCNIS) desenvolvem a identidade cultural e a liderança de salvadorenhos Nahuat, Lenca e Cacawira, bem como a conscientização a respeito de seus direitos. No departamento ocidental de Ahuachapán, a Fundación para el Desarrollo Socioeconómico y Restauración Ambiental (FUNDESYRAM) investe em iniciativas econômicas lançadas por mulheres indígenas; e o Instituto para el Rescate Ancestral Indígena Salvadoreño (RAIS) ajuda as comunidades a valorizarem sua história compartilhada, revitaliza as tradições de artesanato e comercializa os produtos, inclusive organizando visitas de turistas.

Fundada dois anos antes do fim das hostilidades, a Asociación El Bálsamo tem apoiado projetos de autoajuda empreendidos nas duas últimas décadas por salvadorenhos deslocados pela guerra civil. Enfatiza a

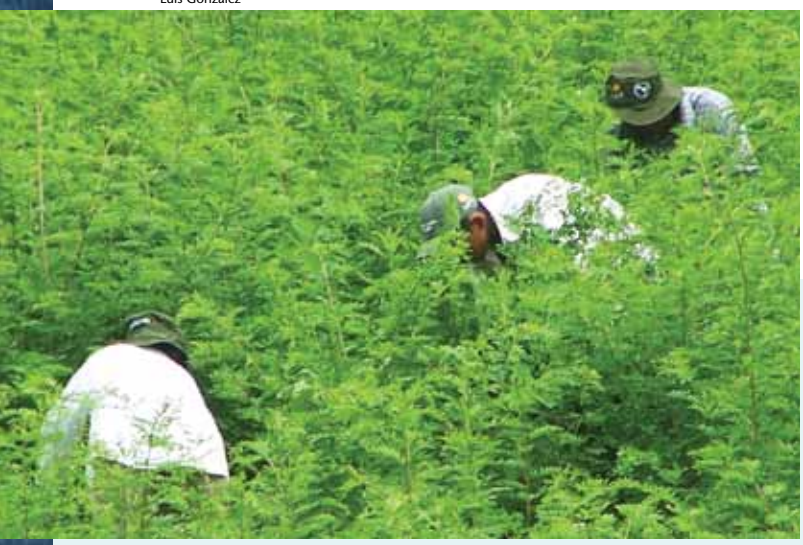
produção orgânica, o acesso ao crédito e a identificação de mercados de cultivos orgânicos, incluindo o índigo, que reintroduziu na região montanhosa de Cuisnahuat em 2007 por meio de um projeto-piloto. Chove pouco em Cuisnahuat, mas a experiência de El Bálsamo demonstrou que certas espécies de índigo prosperam em seu clima árido. Os agricultores envolvidos no projeto-piloto organizaram-se rapidamente como Añil Cielo Azul, despertando o interesse e atraindo mais afiliados.

O novo relacionamento com o índigo

Embora o índigo tenha sido quase irrelevante para a economia salvadorenha até recentemente, a produção nunca desapareceu completamente. Gerações de salvadorenhos continuaram a usar o índigo em remédios e a embeber e fermentar folhas de índigo para produzir um pasta que moíam transformando-a em corante para uso próprio. Começando na década de 1990 a demanda de corante da planta de índigo aumentou nos Estados Unidos, na Europa e além, refletindo a preferência de consumidores ambiental e socialmente conscientes a respeito de produtos considerados "naturais". Esta tendência coincidiu com esforços do Consejo Nacional para la Cultura y El Arte (CONSULTURA) de El Salvador para revitalizar o índigo, impulsionados pela assistência para o desenvolvimento prestada pelo Japão e Alemanha. Norma Pereira, diretora da Asociación El Bálsamo, estabeleceu os fundamentos para o projeto-piloto incentivando esses esforços e explorando o papel que este cultivo nativo poderia desempenhar em locais pobres da zona rural. Em parceria com universidades, outras ONGs e órgãos púbicos, El Bálsamo, sob a liderança de Pereira, confirmou a viabilidade comercial de cultivar o índigo e o processamento dele em corante. Atualmente a demanda internacional do índigo salvadorenho supera a produção e há um mercado interno crescente.

Os 50 agricultores da Anil Cielo Azul ainda plantam milho e feijão como produtos básicos para a família, mas estão cientes de que o índigo se adapta bem em pequenos lotes e estão apostando nele como recurso para o desenvolvimento. Graças a El Bálsamo apren-

Luis González



Colhendo e transportando anil.

deram a planejar seus cultivos, prevenir pragas e evitar os erros da era colonial que deixava os solos esgotados. Utilizam fertilizantes e pesticidas feitos de subprodutos provenientes do processamento do índigo, algo que é custo-eficiente e melhora o solo. Os fertilizantes e pesticidas excedentes são vendidos e a renda reinvestida na empresa da cooperativa. Muitas das novas aptidões são transferidas para outros cultivos.

O material da planta é transportado do moinho em veículos alugados. Os agricultores estão aprendendo o processo de fabricação do corante com a precisão requerida para obter alta qualidade de forma consistente, sem a desigualdade produzida pelas variações da umidade e tempo de oxigenação. Mas o processamento do corante ainda pode ser perigoso e El Bálsamo assegura que os membros da Añil Cielo Azul tomem as devidas precauções. Blocos de corante de índigo, por exemplo, são transformados em pó de tal forma que a poeira seja sequestrada pelos trabalhadores que se protegem contra problemas respiratórios usando luvas e máscaras. Nem todos os produtores salvadorenhos submetem seu corante a testes, mas os membros da Añil Cielo Azul rotineiramente levam amostras a um laboratório especializado em San Salvador que determina a contagem de indigotina ou o momento da matéria corante. Quanto mais elevada a contagem, tanto mais o corante se fixa nos têxteis. Um lote de corante com uma contagem de indigotina de 40% ou menos é vendido no mercado interno por US$20 a US$50 o quilo; uma contagem superior a 40% pode conseguir de US$50 a US$80 o quilo. Em 2011 o corante da Añil Cielo Azul atingiu mais de 50% de indigotina e foi vendido de US$60 a US$70 o quilo. María Delmy Linares, membro da Cooperativa de Mujeres San Luís Los Rodeos, afirmou que a sua cooperativa tinha dificuldades em obter um corante de índigo de qualidade suficiente para seus têxteis, vestimentas e artesanato. Mas, como cliente da Añil Cielo Azul, a cooperativa conseguiu aumentar a produção. “Estamos salvando algo que é nosso e o corante orgânico da Añil Cielo Azul agrega valor,” acrescentou Linares. “Podemos garantir que nossos produtos são feitos com corantes naturais”.

Os agricultores da cooperativa produzem atualmente dois cultivos de índigo por ano, mas esperam que a irrigação de seus campos permita uma terceira colheita nos meses de seca do verão quando o corante é escasso e os preços são altos. Se puderem produzir no verão, diz Silas Cornelio Trigueros, Presidente da Añil Cielo, “a gente não precisa deixar a comunidade para cortar cana-de-açúcar”. Uma doação complementar da IAF, concedida em 2012, está ajudando a cooperativa a introduzir a irrigação e subir na cadeia de valores para produzir têxteis baseados em índigo e outros artesanatos que são populares em El Salvador e poderão aumentar a renda domiciliar.

Esquerda: Filtrando o corante do anil.

Acima: Silas Cornelio Trigueros, presidente de Añil Cielo Azul.

Megan Fletcher

Seth Micah Jesse

O processo de tingimento e seus produtos.

O índigo tem um passado muito complexo e um futuro promissor. Recuperar o relacionamento pré-colonial com a planta faz sentido mais do que econômico para os agricultores da Añil Cielo Azul. "Quando cultivamos e processamos o índigo somos transportados a outra época", afirma Trigueros. Como estudante ele teve um professor que dedicava uma hora por dia a ensinar a 40 jovens Nahuatl salvadorenhos a língua de seus ancestrais. Como adulto, Trigueros não dava muita importância ao Nahuatl — até começar a participar do projeto El Bálsamo financiado pela IAF que lhe trouxe de volta a conexão de seu povo com o índigo. Inspirado, abriu seus manuais de Nahuatl e começou a melhorar seus conhecimentos do idioma.

Seth Micah Jesse é representante da IAF para El Salvador.

Indígenas em El Salvador

A etnicidade é notavelmente difícil de definir e as descrições tendem a depender de indicadores observáveis. Isso poderá funcionar na Guatemala onde seis milhões de pessoas falam uma ou mais das 20 línguas indígenas reconhecidas no país, trajam roupas distintivas e também observam tradições coloridas que permeiam a vida diária. Mas os ancestrais dos indígenas salvadorenhos contemporâneos viveram menos isolados de influências ocidentalizantes e, portanto, tinham menos possibilidade de proteger e transmitir grande parte de seu patrimônio cultural. O massacre de 1932 obliterou quase completamente o que restava e os sobreviventes evitaram práticas que os indicassem como indígenas. Sem marcas evidentes, a definição de quem é indígena em El Salvador é hoje frustrantemente evasiva e a própria existência desta população é facilmente negada. Como Mac Chapin observou em seu artigo de 1989 publicado em *Cultural Survival Quarterly*, apropriadamente intitulado "Os 500.000 indígenas invisíveis de El Salvador," a identidade dos indígenas salvadorenhos pode ser consolidada mais pela história em comum de exploração, injustiça e necessidade desesperante.

Cinco séculos de deslocamento e subjugação realmente empurraram esse povo à periferia precária da sociedade. Cerca de 61% vivem em pobreza em comparação com 26% de outros salvadorenhos; 57% carecem de eletricidade; e 76% não tem título de propriedade. Os grupos principais são os Nahua Pipil nas regiões oeste e central de El Salvador e os Lenca que vivem nos departamentos a leste e nordeste. As autoridades indicam cifras que vão de 6% da população em 1930 (censo de El Salvador) a 10% em 1975 (antropólogo Alejandro Marroquín) e 1989 (Chapin) e a 11% em 1999 ou 660.000 (Organização Pan-Americana da Saúde) indivíduos. Estas cifras, que são questionadas, estão muito acima dos 2% reportados no censo de 2007 do Governo salvadorenho, o primeiro de 1930 a incluir uma pergunta sobre etnicidade — a qual, conforme alegam grupos indígenas, foi redigida intencionalmente para apresentar cifras mais baixas. Betty Elisa Pérez, do Consejo Coordinador Nacional Indígena Salvadoreño (CCNIS), chamou este exercício de "etnocídio técnico."

No mesmo ano do censo, o Governo salvadorenho votou a favor da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que inclui a identidade cultural e o desenvolvimento nos próprios termos. O governo do Presidente Maurício Funes, que assumiu o poder em 2009, introduziu programas destinados a abordar a pobreza e a desigualdade, o que, segundo Pérez, indica uma abertura para considerar a situação dos indígenas salvadorenhos. Ao ir ao prelo este número de *Desenvolvimento de Base*, ela chamou nossa atenção para a recente introdução de uma moção no legislativo salvadorenho no sentido de revisar a Constituição, a fim de reconhecer formalmente os povos indígenas do país. Esta moção ainda precisa ser votada pelo plenário do legislativo, mas Pérez considera essa introdução como passo importante para a articulação dos direitos dos indígenas salvadorenhos. "Finalmente conseguimos," escreveu ela. — *S.M.J.*

Uma tradição de têxteis peruanos enfrenta os desafios do mercado

De Janelle Conaway

Fotos de Judith Conaway

Chinchero, no Peru, está situado em um amplo planalto contra o fundo de picos cobertos de neve — uma aldeia perfeita para cartão postal com muros pré-colombianos, telhados vermelhos e igreja colonial, cercados por campos em terraços suavemente dispostos. É um ponto de parada para muitos turistas que viajam de Cusco ao Vale Sagrado dos Incas. Considerado pelos antigos como o lugar de nascimento do arco-íris, hoje em dia Chinchero produz uma paleta completa de fibras tingidas à mão, tecidas em desenhos que passaram de geração em geração.

Há mais de 30 anos Nilda Callañaupa adotou como missão pessoal revitalizar a rica tradição têxtil dessa área. Ela dirige atualmente o Centro de Textiles Tradicionales de Cusco (CTTC), uma organização sem fins lucrativos que proporciona uma renda modesta mas confiável a cerca de 700 tecelões em 10 comunidades. Beneficiário de doações da IAF em dois períodos plurianuais, o CTTC incentivou uma efusão de criatividade e ajudou a elevar a qualidade dos têxteis locais a novos níveis. De chapéus andinos a ponchos, trilhos de mesa e xales, as tecelagens cusquenhas ainda são produzidas em tear de cintura ou em tear de quatro estacas em um processo complexo e de mão de obra intensiva que remonta à época pré-incaica. A maioria dos têxteis do CTTC tem desenhos em ambos os lados e incorporaram iconografia e padrões específicos de cada comunidade. Todos são feitos de fibras naturais — alpaca, lhama ou ovelha — e utilizam corantes naturais feitos de insetos, sementes, flores, folhas, raízes ou minerais. "Aprendi que toda peça de fazenda incorpora o espírito, aptidões e história pessoal de cada tecelão", escreveu Callañaupa em seu livro *Weaving in the Peruvian Highlands: Dreaming Patterns, Weaving Memories* [A tecelagem nos altiplanos peruanos: sonhando com desenhos e tecendo memórias]. A tecelagem é uma arte viva, uma expressão da cultura, geografia e história. Vincula com uma linha interminável a vida emocional do meu povo".

Apresenta também desafios práticos. A economia da produção de têxteis tecidos à mão usando fibra fiada à mão é "formidável", afirmou Ann P. Rowe, pesquisadora associada de têxteis do Hemisfério Ocidental do Museu de Têxteis em Washington D.C. "Os turistas geralmente não estão dispostos a pagar o valor do trabalho envolvido, em parte porque simplesmente não podem compreender o tempo enorme que o trabalho manual requer", disse ela. "Há uma razão por que a revolução industrial começou com a tecnologia de têxteis". Segundo Rowe, que conheceu Callañaupa em 1990 quando esta fez uma apresentação no museu, as pessoas que procuram comercializar têxteis indígenas talvez não compreendam plenamente a economia do esforço necessário ou o valor de preservar a estética. "O CTTC destaca-se como organização realmente dirigida por uma tecelã indígena que conhece perfeitamente o trabalho da profissão, mas que também realmente dispensa atenção à qualidade do trabalho", afirmou.

Nascida em 1960, Nilda Callañaupa começou a tecer lã aos seis anos de idade e em um ano estava tecendo ao lado de sua mãe, Guadalupe Álvarez, agora com mais de 80 anos, que tinha aprendido a tecer com a mãe dela, a renomada artista Cipriana Valenzuela. Mas para o grupo etário de Nilda já não era mais um fato indiscutível que essas aptidões fossem transmitidas a outras gerações. Os mais velhos continuam a tecer, mas para a maioria dos jovens esta não era uma forma de ganhar a vida. Nesse ínterim, o uso de fibras e corantes sintéticos estava solapando a qualidade dos têxteis produzidos localmente. Callañaupa, formada pela universidade com alguns cursos em negócios, estabeleceu uma cooperativa informal com o objetivo de reintroduzir e documentar os desenhos e usos de têxteis, expandir a comunidade de tecelões e revitalizar um alto nível de qualidade. A explosão do turismo em Machu Pichu e Cusco levou compradores em busca do tipo de têxteis tecidos meticulosamente à mão,

produzidos por seus ancestrais. Ao longo dos anos a cooperativa tornou-se muito conhecida em Cusco e além, conquistando apoio de antropólogos, colecionadores, fundações e organizações sem fins lucrativos. O CTTC foi formalmente criado em 1996 com a ajuda do Cultural Survival, sediado em Boston.

A IAF começou a trabalhar com o CTTC em 2004; a segunda de suas doações foi emendada com fundos complementares em 2011. "Estamos convencidos de que o CTTC poderá, trabalhando com as comunidades, revitalizar a tecelagem como atividade econômica viável. E já conseguiram fazer isso", afirmou Wilbur Wright que recentemente se aposentou da IAF como diretor regional para a América do Sul e o Caribe. Wright ficou impressionado com o pessoal de Cusco do CTTC, o qual inclui vários jovens profissionais, e pelo entusiasmo na tecelagem que presenciou nas comunidades participantes, juntamente com uma melhoria contínua da qualidade e variedade de seu produto. Como a tecelagem é uma atividade que requer muitas etapas, da tosquia a marketing, pode incluir vários membros da família e produzir renda sem a venda de animal de criação. "É uma fonte que complementa a economia do domicílio", explicou Callañaupa. A renda que recebe um tecelão da CTTC talvez não pareça muito — de US$3 a US$13 por dia — mas faz uma enorme diferença na vida do artesão, disse ela, e os tecelões podem permanecer nas suas terras comunitárias, com suas famílias, falar sua língua indígena e manter suas tradições culturais.

O CTTC vem trabalhando há vários anos em nove comunidades de língua quéchua: Accha Alta, Acopia, Chahuaytire, Chinchero, Chumbivilcas, Mahuaypampa, Patabamba, Pitumarca e Santa Cruz de Sallac. Recentemente acrescentou mais uma, Huacatinco, uma aldeia remota com uma forte tradição de tricô. A maioria dos tecelões do CTTS, embora nem todos, são mulheres. Embora trabalhem com desenhos tradicionais, tomam decisões artísticas relacionadas com cor, estilo e técnica. Toda peça tem uma etiqueta com a foto, nome, idade e comunidade do tecelão. Toda comunidade do CTTC tem uma entidade autônoma, semelhante a uma associação de tecelões, com a própria diretoria eleita. As comunidades determinam os próprios padrões de qualidade e preços, estabelecendo diferentes categorias e criando fórmulas para determinar quanto receberá o tecelão por centímetro quadrado produzido. Todos os meses o CTTC compra um número mínimo de peças de cada comunidade e depois procura vender os itens.

Plaza central, Chinchero.

Obviamente o modelo econômico não é perfeito. Do ponto de vista da oferta e da procura, afirmou Wright, uma complicação é o compromisso assumido pelo CTTC com os tecelões: "Melhorem a qualidade, façam um bom trabalho e nós compraremos e venderemos o seu produto". Quando a economia é fraca e caem as vendas, diminui o estoque. Embora no ano passado o CTTC tenha vendido 19.000 itens, ainda tem alguns milhares de peças em depósito e, segundo seus compromissos, continua a comprar mais todos os meses. Nos últimos anos o CTTC tem procurado ampliar sua atração junto a consumidores contemporâneos acrescentando produtos como jogos de mesa, fronhas de almofadas e bolsas de todo tipo. A escolha delicada, segundo Callañaupa, é adaptar-se ao mercado sem alterar o objetivo central da organização. "Precisamos ser cuidadosos. Caso contrário poderíamos perder nosso plano, a saber, manter vivos os têxteis tradicionais", disse ela.

Fios de fibras de alpacas, lhamas ou ovelhas e recipientes com insetos, sementes, flores, folhas, raízes e minerais usados para tingir.

Esse tipo de tear data das civilizações pré-incaicas.

Os preços no varejo variam consideravelmente; uma bolsa tecida custa de US$20,00 a US$100,00, dependendo do tamanho, qualidade e complexidade. Uma peça grande, como uma colcha, pode ser vendida por mais de US$1.000,00. Uma meta constante é pôr nas mãos dos tecelões a maior quantidade de dinheiro possível, ao mesmo tempo pagando os impostos, arcando com despesas e enfrentando a concorrência. Uma fonte de concorrência são os têxteis antigos que ainda podem ser encontrados à venda na área; outra são as novas peças fabricadas por tecelões não afiliados ao CTTC. Considerando o problema criado pelo estoque excessivo, o CTTC não pode assumir compromissos com todas as comunidades da área e algumas já começaram as próprias empresas. Embora a entrada de mais tecelões no mercado signifique que um maior número de pessoas será beneficiado, também coloca pressão descendente sobre o preço de todos os têxteis. Como o CTTC precisa cumprir os acordos assumidos com os tecelões, não pode diminuir os seus preços. Isto significa que a sua solvência depende dos compradores que reconhecem a qualidade superior e estão dispostos a pagar por ela.

Uma cliente impressionada com a consistência da alta qualidade é Annie Hurlbut, diretora executiva da Peruvian Connection. Nos últimos cinco anos essa cadeia de varejo sediada nos Estados Unidos tem vendido vários itens do CTTC, principalmente capas de almofada e bolsas de vários tamanhos, em suas lojas e por catálogo. Hurlbut, que coleciona têxteis antigos

Nilda Callañaupa.

dos Andes há mais de 30 anos, afirmou que as peças mais antigas tem uma sensação mais sutil — que ela atribui a diferentes técnicas de tecelagem — mas que o CTTC produz um aspecto comparável. "O nível de aptidão requerido dos têxteis andinos é simplesmente impressionante", observou, assinalando que o estilo característico de "urdidura bem apertada [*warp-faced*]", no qual o desenho surge de filamentos longitudinais, requer perícia e planejamento meticuloso. Hurlbut chama o CTTCC de "fato incrível de organização, amor e aptidão".

O CTTC vende por meio de diversos canais nos Estados Unidos, incluindo lojas de museu e o Mercado Internacional de Arte Folclórica, evento realizado anualmente em Santa Fe, New Mexico. Porém a maioria dos compradores são turistas que visitam a sede em Cusco ou uma das comunidades e observam os artesãos trabalhando, em trajes distintivos da respectiva aldeia. "Para nós o mercado local é muito mais lucrativo e mais fácil de manejar", afirmou Callañaupa. O CTTC programa regularmente aulas de tecelagem e demonstrações e oferece pensão completa no local a grupos de artesãos das aldeias que fazem rodízio na sede uma semana de cada vez. Cada comunidade também tem o próprio centro, sendo maior o de Chinchero.

Os itens do CTTC também são vendidos em lojas de varejo em Cusco e estão à mostra em hotéis locais como forma de divulgar o centro. O website do CTTC, www.textilescusco.org, apresenta alguns itens à venda, mas um catálogo completo não é prático, porque a maioria das peças são únicas. Os jogos de mesa são exceção, uma vez que cada jogo é produzido por uma única tecelagem em grandes proporções. Elizabeth Catunta, que dirige as atividades educacionais e o estoque do CTTC, afirma que nos oito anos desde que começou a trabalhar no centro de Custo presenciou o desenvolvimento de uma maior apreciação da tecelagem por parte do público. É preciso mais instrução, acrescentou, para que um maior número de pessoas reconheça seu valor e se incline para a alta qualidade, não apenas preços baixos. Embora o turismo seja a tábua de salvação do centro, pode também ter um lado negativo. Há planos de construção de um aeroporto internacional nos arredores de Chinchero, o qual beneficiará a economia local, mas poderá alterar de modo permanente e negativo a forma de vida comunitária e a sua tradição com relação à Mãe Terra.

Callañaupa sonha em alguma dia construir um museu maior em Cusco para exibir a riqueza dos têxteis da região e além, mas ela mesma questiona a viabilidade de projeto tão enorme. Enquanto isso, participa das exposições do museu, dá aulas de tecelagem e trabalha em uma série de livros para documentar os desenhos de cada comunidade do CTTC. Em 2010, com a assistência da IAF, o CTTC foi sede de uma conferência que reuniu 400 tecelões de nove países das Américas para comparar experiências e falar sobre questões como qualidade e marketing. Como a pessoa que começou tudo isso por seu amor pelo artesanato, Callañaupa lamenta que suas múltiplas responsabilidades limitem o tempo dedicado ao tear. "O que me faz falta agora é não ter muito tempo para tecer".

Mark Caicedo

Almofadas de CTTC em exposição na loja da Peruvian Connection em Washington, D.C.

Janelle Conaway é escritora autônoma, redatora e tradutora sediada no estado de New Mexico.

Uma estratégia de múltiplos aspectos para salvar as florestas incas

De Wilbur Wright

Entre as previsões da apreensão e caos com que foi recebido o novo milênio, há mais ou menos uma década, havia indicações do tipo de desastre ambiental que já se tinha transformado em realidade para um pequeno grupo de indígenas peruanos conservacionistas. A perda de florestas nativas ao redor de suas comunidades no altiplano andino e a degradação resultante do ecossistema não deixavam lugar a dúvidas. As florestas locais consistem primordialmente de árvores polilípedis que figuram entre as espécies mais raras nas altas elevações. Essas árvores estavam sendo cortadas a um ritmo alarmante para servir de madeira e lenha, bem como para criar espaço destinado a pastagens. Sua destruição estava causando um impacto prejudicial direto sobre o hábitat dos animais, inclusive pássaros, e sobre a fonte primordial de água e combustível para as comunidades vizinhas.

Os conservacionistas decidiram organizar-se formalmente como Asociación de Ecosistemas Andinos (ECOAN) e colaborar com mais de 20 comunidades indígenas da região de Vilcanota no altiplano andino, situadas acima de Cusco, capital dos incas. O programa da ECOAN propunha que cada comunidade identificasse uma área arborizada ou outrora arborizada e apresentasse ao governo peruano uma petição no sentido de que fosse designada como reserva natural de propriedade privada e fossem criados mecanismos formais para proteger a floresta ou reflorestar a terra cujas árvores tinham sido cortadas.

Favorecia às comunidades a sua proximidade da famosa Trilha dos Incas, um caminho pelo qual milhares de turistas transitam anualmente de Cusco às ruínas de Machu Picchu. Entre os caminhantes figuravam ávidos observadores de pássaros, familiarizados com as montanhas circunvizinhas como resultado de estudos e conscientes dos efeitos perniciosos do desmatamento da flora e fauna singulares que pontilhavam o percurso. Alguns levaram a devastação ao conhecimento de organizações internacionais de conservação e lançaram campanhas para salvar as florestas polilípedis.

Dada a convergência de interesses, a ECOAN e os grupos internacionais começaram a discutir uma parceria direcionada a recuperar ou salvar as florestas. A ECOAN ficou encarregada da iniciativa junto às comunidades do altiplano e coube ao American Bird Conservatory (ABC) a prestação de assistência técnica e mobilização de materiais e apoio financeiro de outras organizações internacionais. Para a iniciativa funcionar as comunidades tiveram que abordar as necessidades econômicas e sociais à raiz do problema e identificar fontes alternativas de renda, combustível, materiais de construção e forragem. As discussões da ECOAN com os moradores e um representante do ABC produziram uma estratégia de múltiplos aspectos para mudar as percepções a respeito do valor da floresta e proteger esse recurso frágil. Os componentes incluíram conservação, organização comunitária e desenvolvimento econômico baseados em grande parte no turismo nas áreas cobertas de florestas. Como o desafio passou a ser o financiamento, a ECOAN dirigiu-se à IAF. Graças ao financiamento da IAF, o projeto deslanchou.

Juan Carlos Rheineck

Bosques de eucaliptos de crescimento rápido foram plantados para serem abatidos como lenha e madeira, de forma que as árvores nativas cresçam e restabeleçam as florestas. A ECOAN e as comunidades participantes desenvolveram simultaneamente sementeiras para produzir árvores polilípedis e outras árvores destinadas ao reflorestamento, bem como procedimentos e regulamentações relacionados ao turismo.

Jefry Andrés Wright

Muitos domicílios receberam fogões de barro eficientes em termos de combustível que usam menos lenha para preparar refeições de milho, batata, quinoa, *cuy* [porquinho-da-índia] e *chuyo*, um tipo de batata liofilizada. O *cuy* é criado em casa e precisa de certa fumaça para crescer, conforme descobriram os técnicos da ECOAN quando instalaram os primeiros fogões que não produziam nenhuma fumaça. Os fogões subsequentes foram refeitos para permitir aos moradores que continuassem a criar o *cuy*. Painéis solares foram instalados em escolas locais para produzir eletricidade para iluminação e água quente nos chuveiros das crianças.

Jefry Andrés Wright

Juan Carlos Rheineck

Jefry Andrés Wright

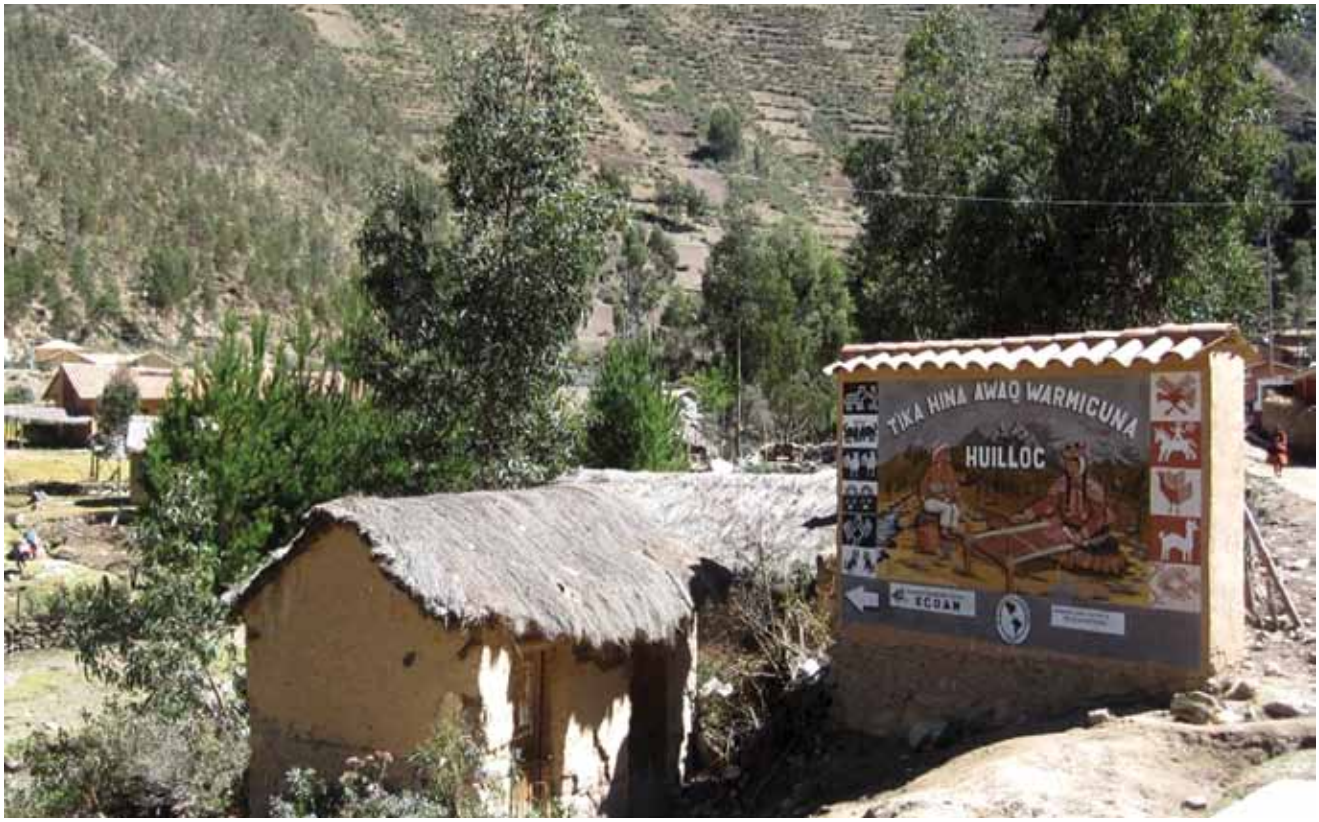
A introdução de práticas destinadas a melhorar as pastagens aumenta a forragem para a pecuária, de forma que não haja necessidade de desmatar terras florestais. Estufas para prolongar a estação de cultivo de ervas e legumes melhoram a nutrição nas comunidades participantes. As comunidades investiram os recursos da IAF na reforma de uma incubadora de peixes abandonada, na qual os moradores criam truta rica em proteína.

Juan Carlos Rheineck

Graças aos recursos de ECOAN, as tecelãs melhoraram seus têxteis de fios feitos de fibra de alpaca e lã, e os vendem em novos mercados internacionais e no Peru.

Jefry Andrés Wright

Juan Carlos Rheineck



Juan Carlos Rheineck

Centro de visitantes.

Mais de 8.000 moradores de 21 comunidades participantes beneficiaram-se do apoio logístico, defesa de direitos e treinamento focado na preparação de jovens como especialistas em conservação, guias turísticos, bombeiros e prestadores de assistência de emergência. Sete áreas designadas como de conservação incluem mais de 607 hectares de terra nos quais crescem atualmente cerca de meio milhão de outras árvores nativas. As sete comunidades que gerenciam essas áreas formaram a Rede de Reservas Vilcanota e abriram um centro de visitantes em Abra Malaga Thastayoc, a encruzilhada em que se cruzam a Trilha dos Incas e as estradas para a planície amazônica. As pessoas que visitam as florestas e os locais arqueológicos da região podem enriquecer sua experiência alojando-se com famílias locais que reformaram ou ampliaram suas casas para recebê-las.

Essas realizações conquistaram elogios em âmbito internacional para a ECOAN e abriram canais para outros recursos. Mais impressionante ainda, em 20 de junho de 2011 o Fondo de las Americas (FONDAM) e o Global Conservation Fund da Conservation International (CI) concederam à ECOAN US$2 milhões para uma dotação, a primeira deste tipo, destinada a apoiar a criação de outras áreas de conservação de propriedade privada. (O FONDAM é o mecanismo de redução da dívida Estados Unidos-Peru financiado com fundos públicos e que promove projetos dirigidos localmente em conservação, proteção de crianças e serviços sociais para os cidadãos locais. A CI é uma organização sem fins lucrativos de destaque, focada na restauração e preservação de hábitats em perigo de extinção.) De acordo com Constantino Aucca, presidente da ECOAN, o interesse gerado pela dotação possibilitará a expansão contínua de reservas de propriedade comunitária e sua incorporação na Rede de Reservas Vilcanota.

O trabalho restante para recuperar florestas nativas ainda é intimidante. No entanto, o compromisso e o entusiasmo das pessoas envolvidas e agora a disponibilidade de mais recursos poderão parar a degradação e transformar o sonho de alguns jovens indígenas conservacionistas em bosques prósperos que beneficiarão tanto a vida silvestre como a humanidade.

Wilbur Wright aposentou-se em 2011 do cargo de Diretor Regional da IAF para a América do Sul e o Caribe. Jefry Andrés Wright é fotógrafo profissional que vive em Las Vegas. Juan Carlos Rheineck é consultor da IAF no Peru.

Juan Carlos Rheineck

Guías aprendizes.

Uma casa melhorada para receber turistas.

Jefry Andrés Wright

A mulher perseverante:
os sonhos de Rosario Quispe para a puna

Patrick Breslin

A paisagem em que Rosario Quispe se movimenta é medida em tempo geológico, mas ela tem mais pressa. Seu caminhão vai levantando poeira, enquanto ela atravessa a árida puna argentina, um imenso planalto que já foi o fundo do mar antes que as placas tectônicas colidissem e o arremessassem mais de 3.300 metros em direção ao céu, enquanto os picos dos Andes, subindo mais 1.500 ou 3.000 metros, se formavam ao redor. Seguiram-se milhões de anos de erosão pela ação atmosférica, desgastando montanhas, esculpindo rochas e solo em colunas retorcidas, transformando mares internos em grandes leitos salgados, expondo minérios em faixas de cores fantasmagóricas nas encostas. À primeira vista, a puna parece tão inóspita quanto a lua. Mas, em meio a essa vasta desolação, centenas de aldeias de adobe esparsas abrigam milhares de famílias de coyas, o maior grupo indígena da Argentina. Há quase duas décadas, Quispe e a organização por ela fundada, Warmi Sayajsunqo (WARMI), vem injetando nova vida nessas comunidades com uma visão de desenvolvimento tipicamente indígena.

Patrick Breslin

Rosario Andrada de Quispe, Jujuy, Argentina.

Quispe é uma figura familiar nas aldeias, imediatamente reconhecível sob o chapéu de aba larga que protege sua pele cor de canela e seus olhos negros do sol inclemente, cabelos negros enrolados numa trança, calças escuras e botas tipo mocassim, uma blusa clara sob um xale ou poncho de lã para se proteger do frio penetrante que se faz sentir depois que o sol se põe. Suas frequentes visitas a comunidades da puna podem cobrir até 400 quilômetros por dia em estradas esburacadas e cheias de ondulações. Viajar com ela é presenciar o desenvolvimento ao estilo indigena. Durante cinco séculos, os povos nativos da América Latina foram empobrecidos, explorados e ignorados. Mais recentemente, se tornaram objeto de planos de assistência concebidos por "especialistas" nas capitais. WARMI, porém, era uma resposta 100% indigena à crise econômica da puna. No início, recebeu apoio da Fundação Avina (da Suíça) e depois da Fundação Interamericana, ambas dispostas a financiar as ideias de WARMI, e não impor suas próprias ideias. Essas ideias incluem um profundo ceticismo acerca do valor de peritos que não são da região, bem como a insistência no controle indigena do processo e uso do conhecimento acumulado pelos coyas em 8.000 anos de história na puna. Essas ideias se combinam com enfoques contemporâneos de desenvolvimento, como o microcrédito que está ajudando a concretizar a visão de Quispe de ter pelo menos uma empresa rentável em cada comunidade, uma ideia que brotou das memórias de uma infância passada na puna.

Seu nome de batismo é Rosario Andrada. Ela nasceu em 1959 em Puesto del Marqués, apenas 50 quilômetros ao sul da Bolivia. O Chile começa no topo das montanhas visíveis a oeste. Esse rincão longínquo da Argentina, a província de Jujuy, abriga a maior parte dos 200.000 coyas que habitam no país. Também é uma das províncias mais pobres da Argentina. Mas Quispe nos conta com orgulho que seu avô, Serapio Cussi, "tinha 300 vacas, 800 ovelhas e plantações de alfalfa e milho. Ele não ganhava um salário, mas não éramos pobres". As memórias desse rancho, a sustentação e segurança que ela então sentia, proporcionaram o enfoque de volta ao futuro que orienta seu trabalho. Sua história faz parte de uma série de perfis para *Desenvolvimento de base* que investigam as experiências que formaram líderes de base bem-sucedidos na América Latina e as visões que extraíram dessas experiências. A vida e a visão de Quispe sugerem o poder e potencial dos povos indigenas da América Latina para superar meio milênio de submissão e construir seu próprio futuro.

Patrick Breslin

Comunidades servidas por WARMI.

Os líderes, como as montanhas, emergem quando as forças tectônicas mudam. Durante a vida de Quispe, a sociedade da puna mudou de maneira dramática. O mundo de seu avô, tão vívido em sua memória, baseava-se na exploração paciente dos recursos da puna e extenso comércio. Durante milênios, as rotas de comércio serpenteavam pelas montanhas e através da puna, ancorando-se num oásis ocasional onde a água límpida brotava na superfície. Ao longo dessas rotas, os coyas trocavam seus animais e couro, grãos e frutas, sal, têxteis e pedras preciosas entre zonas climáticas. A conquista espanhola adicionou novos produtos ao comércio: trigo, por exemplo, e mulas. Longos trens transportavam minerais e outros produtos para os portos coloniais em Lima e Buenos Aires. Os coyas adotaram as mulas para suas viagens comerciais pelas montanhas e mantiveram a rede intacta. Somente com a chegada da ferrovia no fim do século 19 é que começou a verdadeira sublevação.

A ferrovia não precisava de oásis; muitas comunidades que antes eram centros de comércio tradicional ficaram sem movimento e decaíram. Outras, como Abra Pampa, cresceram ao lado dos trilhos e se tornaram um portal para a puna. O principal motivo para a ferrovia era abrir a mineração industrial de chumbo, prata, zinco, cobre, ouro, estanho e lítio. As minas ofereciam empregos assalariados e os homens foram tirados de suas terras e rebanhos para extrair rochas ricas em minerais das montanhas. A agricultura de grande escala nos vales subtropicais atraiu mais coyas para as colheitas de cana-de-açúcar e tabaco. Durante grande parte do século 20, a economia da puna se baseava na migração dos homens para minas e plantações. Mudanças semelhantes estavam ocorrendo em muitas partes das Américas, na verdade, em todo o mundo. As gerações que cresceram nas décadas de meados do século 20 viram desaparecer as economias de seus avós. Essas economias, geralmente baseadas na agricultura e bastante auto-suficientes, sustentavam grandes famílias, mas definharam à medida que o investimento capitalista estimulou o crescimento e concentração na mineração, manufatura e agroindústria. A familia agrícola decaiu e os que trabalhavam na terra se tornaram assalariados, em geral longe de casa.

Quispe tinha oito anos quando sua familia se mudou para Minas Pirquitas e seu pai foi trabalhar nas minas. Na escola, ela participou de programas de esportes organizados pelo pároco, Pedro Olmedo, da Ordem dos Claretianos. Aos 19, ela se casou com Alfredo Quispe, mineiro como seu pai. Nos anos seguintes, deu à luz sete filhos e trabalhou como doméstica. Em meados dos anos 1980, outras mudanças tectônicas abalaram a sociedade da puna. A América Latina havia contraído uma dívida enorme para financiar sua economia de substituição de importações, que não podia mais se permitir. O México ficou inadimplente em 1982, a região se estagnou. Fábricas, minas e construções fecharam, milhares de empregos desapareceram. Alfredo Quispe perdeu seu emprego em 1988.

Rosario Quispe trabalhava desde 1984 com a Organización Claretiana para el Desarrollo (OCLADE), chefiada pelo agora Monsenhor Olmedo. Sua meta era organizar os habitantes da puna para melhorar sua situação. Quispe ficou encarregada de um projeto destinado a encorajar a participação das mulheres. Os principais funcionários da OCLADE eram peritos de fora de Jujuy, mas no final a iniciativa foi entregue aos locais. Já que a OCLADE atingia cerca de 200 comunidades, o trabalho de Quispe lhe deu uma perspectiva da região. Em suas visitas regulares, ela testemunhou que as comunidades que haviam se tornado dependentes dos salários recebidos pelos homens acabaram na pobreza quando eles perderam seus empregos. Em 1993, quando o último trem passou pelos trilhos que haviam provocado tanta mudança e desapareceu na história, a puna estava mais vazia e pobre do que na época da chegada da ferrovia. O que restava eram as mulheres coyas que haviam ficado tomando conta das casas, animais e pastos, quando os homens saíram de casa para trabalhar. Com a crise, o mundo em que os homens haviam aprendido a navegar se desmoronou. Quando regressaram à puna, sem emprego e subitamente dependentes do trabalho das mulheres, a tradicional dominância masculina se enfraqueceu. Apesar de sua habitual reticência, as mulheres assumiram cada vez mais iniciativas em suas comunidades.

A OCLADE também estava mudando, mas não na direção que Quispe desejava. Graças em parte à capacitação, surgiram novos líderes, mas os funcionários mais influentes relutavam em ceder autoridade. Divisões fundamentais surgiram e se ampliaram. Em 1990, Quispe e outras pessoas saíram da OCLADE, inclusive o economista Raul Llobet e Agustina Roca, antropóloga que foi uma das fundadoras da organização. “Rosario ficou na rua,” lembra Roca. “mas ela já tinha uma ideia do que queria: um processo liderado pelos coyas.”

O rompimento com a OCLADE cristalizou o pensamento de Quispe. “Tínhamos que fazer algo diferente,” ela escreveu em sua curta autobiografia. “Se continuássemos do mesmo jeito, morreríamos de fome.” Ela e o marido se mudaram para Abra Pampa, uma cidade de 12.000 habitantes, onde, em 1995, convidou um grupo

de 10 mulheres para se reunir em sua casa. “Decidimos trabalhar juntas, encontrar nossas próprias soluções, não esperar que alguém viesse nos salvar,” lembra Quispe. O nome quíchua escolhido para sua organização — que significa mulheres perseverantes — captava tanto o passado quanto o futuro visado. Em poucos meses, tinha 320 membros. Dois problemas definiam suas primeiras atividades: a necessidade de renda e uma situação de saúde alarmante. Elas começaram com uma atividade tradicional, a tecelagem de lã, e construíram uma pequena sede na periferia de Abra Pampa, com espaço para uma loja onde poderiam vender os fios de lã e roupas que produziam. Ao mesmo tempo, lutavam para entender o que parecia ser um índice incomumente elevado de câncer do colo do útero que estava matando muitas mulheres.

Em 1997, a Fundação Cúpula Mundial das Mulheres, baseada em Genebra, concedeu a Quispe o “Prêmio à criatividade das mulheres no meio rural”, um reconhecimento que ajudou a chamar a atenção da Fundação Avina e outros para os problemas de pobreza e saúde na puna. Organizações médicas internacionais se apresentaram, mas Quispe desconfiou que poderiam estar mais interessadas em divulgar sua presença do que em conseguir serviços para as comunidades. Uma organização lhe deu uma pilha de cartazes. “Eu distribuo os cartazes depois que vocês fizerem alguma coisa,” respondeu ela. Ela contatou Jorge Gronda, um médico argentino que ficou interessado em seus relatos sobre câncer entre mulheres da região. Ele acabou abrindo um centro médico em Jujuy e atribui seu sucesso à orientação de Quispe.

Quispe descobriu que o financiamento para os planos econômicos de WARMI também podia estar disponível, mas que a organização precisava de ajuda para solicitá-lo. “Eu estava cansada dos *técnicos* que vinham à puna”, diz ela. “Não concordávamos com suas soluções. Queríamos decidir nós mesmas como melhorar nossa vida. Então procurei pessoas que nos respeitassem e escutassem.” Ela se lembrou de Roca e Llobet. “Eu tinha visto eles trabalhando, Tinha confiança neles. Eles nos ajudaram a transformar nossos sonhos em propostas de financiamento”, explica.

Quispe sabia que tudo dependia da força das conexões de WARMI com as comunidades *coyas*. Ela tinha que visitá-las, explicar as esperanças e metas de WARMI, ouvir os problemas, necessidades e aspirações, e juntar tudo em propostas ambiciosas. Esses esforços iniciais para estender o alcance de WARMI às aldeias remotas pareciam um redemoinho, lembra Roca. “Quando ela disse que tínhamos de visitar 50 comunidades, pensei que seria num ano. Nunca tinha viajado com ela. Mas ela disse: ‘Tem que ser num mês. Eu vou na frente com minha pickup e reúno as pessoas; vocês chegam no dia seguinte e começam a trabalhar”.

O carisma de Quispe ficou evidente nessas visitas. “As mulheres traziam fitas cassete das palestras de Rosario que elas tinham guardado da época em que ela trabalhava na OCLADE”. Tive a oportunidade de ver esse carisma em ação quando me dispus a levá-la a Moroco, uma pequenina cidade na Bolivia. Umas semanas antes, Angel Gutiérrez, um líder local, tinha visitado Abra Pampa e convidado Quispe a ir a Moroco encontrar tecelãs que poderiam vender seus fios de lã na loja de WARMI. A fronteira entre Argentina e Bolivia é marcada apenas por uma placa: nada de guardas, nem controle de passaporte. Quando passamos pela placa, Quispe nem olhou. Originalmente, apenas uma linha entre as provincias de Alto Peru e Argentina num mapa colonial espanhol, a fronteira depois foi ajustada em capitais distantes por tratados e acordos de arbitragem. Nenhum deles envolveu os *coyas*.

Subimos pela serra numa estrada de terra estreita; os pneus carecas do meu carro alugado derrapavam no cascalho enquanto eu fixava os olhos na parede da montanha porque a vertigem era a única resposta ao abismo do outro lado. Após quatro ou cinco horas, paramos em frente a um prédio de adobe caiado em Moroco. Angel Gutiérrez estava esperando, junto com alguns homens e cerca de 30 mulheres coyas com saias volumosas, blusas claras, suéteres e xales de lã e chapéus de variados estilos. Lá dentro começou um debate sobre a pobreza e isolamento de Moroco e a necessidade de um mercado para a lã e os tecidos feitos pelas bolivianas. Houve um breve intervalo para comer um guisado servido em tijelas esmaltadas. Quispe descreveu as metas e resultados de WARMI, depois se sentou ao lado das mulheres, que a estudavam com olhares de esguelha.

Após o debate, ela foi até uma balança num canto da grande sala e uma a uma as mulheres esvaziaram seus sacos plásticos cheios de lã que Quispe passou a pesar. O nome da vendedora e o peso e valor da lã eram registrados. Ninguém discutia o preço que Quispe oferecia. Na verdade, as mulheres pareciam satisfeitas. Depois que toda a lã havia sido empacotada em sacos maiores e as contas feitas, Quispe tirou da sua bolsa um maço de notas. Então, em vez de sair, ela pegou os sacos de lã e se dirigiu a uma mesa no centro do salão. “Não quero enganar vocês,” ela começou a falar, enquanto as bolivianas se juntavam ao seu redor. “Cheguei aqui com pressa, pesamos a lã, paguei por ela, não porque

seja boba ou porque não tenha juízo. Paguei porque quero que vocês tenham entusiasmo e continuem trabalhando. Mas da próxima vez lã desse tipo não será aceita em Abra Pampa."

As bolivianas escutaram em total silêncio. Quispe enfiou a mão num saco, tirou duas meadas de lã e espalhou uma entre suas mãos. "Senhoras, esta lã não é boa. Se deixarmos assim, o tecido ficará horrível. Mas esta aqui", disse ela pegando outra meada, "é de ótima qualidade. Se vocês levarem isso a Abra Pampa, pagaremos 50 pesos sem pestanejar. E se pedirem 60, e nós precisarmos, pagaremos 60. Por quê? Porque não temos que pegar essa lã para separar as cores, lavar novamente, secar, descartar alguns fios. Então, se quiserem vender, têm que produzir dessa qualidade. Olhem aqui. Toquem. Depois toquem a outra para aprender".

As bolivianas ficaram olhando para ela, chocadas com a sua franqueza.

"Vou levar essa lã comigo", Quispe continuou, "porque não quero que vocês esmoreçam e parem de fiar. Mas só levarei hoje. Do contrário, estaria enganando vocês, deixando vocês pensarem que é de boa qualidade, quando não é. Isso seria prejudicial para vocês e para nós".

Ela mudou de tom e deu um risinho. "É como um marido", ela disse. "Se ele te enganar no início e você não fizer nada, nunca terão uma vida boa juntos". Os sorrisos correram pelo salão e as mulheres assentiram e se juntaram ao redor de Quispe para falar enquanto ela se dirigia ao carro; depois ficaram acenando na rua poeirenta ao partirmos.

Encontros como esse em Moroco, repetidos centenas de vezes em Jujuy nos últimos 17 anos, ajudam a explicar o crescimento geométrico do número de membros de WARMI dos 10 iniciais para cerca de 3.600 em mais de 80 comunidades. Quispe é um símbolo inspirador

Patrick Breslin

Quispe demonstra as diferenças na qualidade da lã.

de sucesso, internacionalmente reconhecida, mas tão enraizada na puna quanto as mulheres que a escutam. "Sou igual a vocês", afirma nas reuniões. "Nunca passei da sétima série. Crio lhamas como vocês".

Segundo a visão de Quispe, os coyas devem viver de pequenos negócios, não de subsídios ou um salário. "Significa entrar no mercado como empreendedor", explica Llobet, o economista que trabalhou com WARMI até recentemente, "como alguém que possui seus próprios meios de produção. Tínhamos que apresentar o mercado, mas também acautelar os coyas contra suas armadilhas e tentações: ganância, egoísmo, danos ao ambiente, perda de solidariedade. O desafio era proprocionar-lhes as ferramentas para entrar no mercado sem perder os valores que sustentam sua cultura".

A principal ferramenta é o microcrédito baseado em considerações culturais e econômicas. Llobet explica: "Os programas de microcrédito geralmente têm um foco econômico. Mas há também um lado humano. Afinal, a palavra crédito tem a mesma raiz que acreditar e confiar. Os sistemas rurais de microcrédito frequentemente não são sustentáveis porque os custos fixos são elevados, principalmente devido à falta de confiança. Os credores querem seu dinheiro de volta, então desenvolvem sistemas de avaliação, análise de riscos, todos baseados no pressuposto de que os mutuários não são confiáveis. Fomos a comunidades onde já existiam sistemas de confiança e aproveitamos esses sistemas. Porque, se houver confiança, qualquer programa de crédito pode funcionar sem maiores custos.

"Nas nossas reuniões, passamos algumas notas de mão e mão e perguntamos: 'se uma pessoa lhe der dinheiro, como saberá se depois você não vai negar que recebeu?' Eles respondiam: 'confiamos na palavra das pessoas'.

"OK, vocês confiam. Mas nosso mundo não. Tem que haver um documento. Em cada passo deve haver um recibo. A pessoa que recebe o dinheiro assina. Até que chega à comunidade, onde talvez o documento não seja necessário, porque basta a palavra da pessoa. Eles aprenderam o sistema contábil e elaboraram seus próprios livros, com base no movimento físico do dinheiro". Nas comunidades, os fundos de crédito são controlados por dois *kipus*, ou tesoureiros, sendo que um deles deve ser uma mulher. *Markas*, unidades regionais equipadas com computadores, recolhem dados financeiros de cinco ou seis fundos para a sede em Abra Pampa.

Uma doação de três anos no valor de US$369.000 concedida pela IAF em 2001, seguida de outra de US$100.000 em 2006, permitiu a expansão do programa. WARMI assegurou financiamento adicional da Fundação Avina, do Ministério de Desenvolvimento Social da Argentina e do Instituto Nacional de Assuntos Indígenas; e, para os programas de saúde, de Médicos del Mundo, subsidiária dos Médecins du Monde. A companhia regional de gás deu a Quispe plástico e outros materiais para construir estufas para cultivar frutas e hortaliças nas escolas da puna. Rádios de outra empresa local aceleraram a comunicação entre as filiadas de WARMI. Várias fundações argentinas têm apoiado as atividades de WARMI, assim como OCLADE, a organização que havia afastado Quispe, e o Bispo Olmedo, seu antigo mentor.

O programa de financiamento começou com linhas de crédito para criação de animais, agricultura e artesanato. Empréstimos a partir de US$11 estavam disponíveis para despesas médicas e outras emergências pessoais. Os empréstimos para produção podiam ser de até US$1.900. Depois, WARMI adicionou crédito para habitação e educação. Com esses empréstimos surgiram tanques cheios de trutas para venda a hotéis, associações de tecelãs, cercas de arame para guardar ovelhas, lhamas e galinhas, melhorias nas casas, lojas. A meta, segundo Quispe, é que os mutuários coyas pensem como donos de empresas. "Quando alguém compra uma máquina de costura, deve pensar: sou o dono, não um empregado".

Empréstimos maiores ajudaram a lançar empresas mais ambiciosas. Em Cerro Negro, onde o único recurso era a salina, os homens da aldeia costumavam ganhar US$3 por dia extraindo uma tonelada de sal bruto com uma pá a 3.650 metros de altitude. Com um empréstimo de US$9.000 e capacitação empresarial, 12 deles estabeleceram uma pequena fábrica com máquinas simples de processamento e passaram a empacotar o sal em sacos de um quilo com sua própria marca — Sal Puna — e a vendê-lo por US$40 a tonelada. WARMI agora vende fios de lã e roupas tricotadas a uma loja de comércio justo no centro de Buenos Aires. Seu posto de gasolina e restaurante servem *abrapampeños* a o tráfico internacional na Rota 9. Mas nem tudo saiu como se esperava. Uma criação de chinchilla, que já foi a maior da Argentina, teve que reduzir sua produção porque não havia demanda; as peles são exportadas para a Croácia. WARMI abandonou um depósito de lã, quando os preços baixaram muito, e um curtume por causa dos produtos tóxicos. Seu cybercafé trouxe a Internet para Abra Pampa, mas foi suplantado pela concorrência multinacional. Uma ágil WARMI transformou o espaço num centro que oferece treinamento em computação

Patrick Breslin

WARMI concedeu um empréstimo para colocar o sal no centro de uma empresa comunal para as aldeias que cercam as planícies brancas da puna, onde os homens tinham que trabalhar em ar rarefeito para produzir uma tonelada de sal bruto que era vendida por US$3. Ramiro Lamas, acima, e Vicente Alancay, abaixo, agora empacotam sal processado, vendido por 13 vezes esse valor, e passam ao menos parte do dia em condições menos rigorosas.

através de um acordo com a universidade da província de Santiago del Estero.

Segundo Quispe, o turismo é uma indústria que os coyas devem desenvolver e controlar, oferecendo aos viajantes aventureiros a extraordinária beleza da paisagem e a tranquilidade do seu estilo de vida. O Valle de Humahuaca, declarado patrimônio da humanidade pela UNESCO, pelo qual passa a Rota 9 rumo a Abra Pampa, atrai visitantes de todo o mundo. Depois de Abra Pampa, as vistas são ainda mais espetaculares, especialmente no Valle de la Luna, um pouco antes da fronteira com a Bolivia. Algumas comunidades, como San Francisco de Alfarcito, já construíram atraentes chalés de adobe caiado para abrigar os turistas que fazem o circuito das aldeias andinas indigenas que WARMI está promovendo.

Com as múltiplas atividades econômicas, e a promessa de expansão, os jovens coyas cada vez mais estão decidindo ficar nas comunidades da puna, em vez de migrar em busca de trabalho. Em menos de duas décadas, WARMI se aproximou mais da visão de auto-suficiência que Quispe tinha, e também ganhou infuência. O mundo não vai a Abra Pampa por causa da personalidade de um líder, mas porque ela fala por milhares de habitantes da puna. “A importância de WARMI é a organização que construímos para discutir e negociar com as grandes companhias, com o governo, com as comissões municipais”, diz Quispe. Um jornalista argentino que estava em Abra Pampa para escrever sobre WARMI descreveu uma conversa acalorada por telefone com um funcionário de Buenos Aires na qual Quispe se opunha a um plano do governo para transportar resíduos de cobre da cidade para outra comunidade que também participa de WARMI. Dois dias depois, o jornalista informou que um grupo de funcionários do Ministério do Meio Ambiente estava nos escritórios de WARMI para encontrar uma solução.

Essa visita foi um dos sinais de que WARMI estava mudando relações de poder seculares. “Durante 500 anos alguém sempre agiu em nome deles”, disse Raul Llobet refereindo-se aos coyas, “o *curaca*, ou representante comunitário, que negociava com os incas e depois com os espanhóis; o *capataz*, nas minas e plantações; o intermediário politico que negocia com o governo.” Com o crescimento de WARMI, uma organização coya agora fala pelos coyas, e começou a obter resultados. Várias comunidades recuperaram a posse de suas terras e outros casos estão pendentes nos tribunais. Os resíduos de chumbo que ficaram em Abra Pampa por 20 anos após o fechamento da fundição foram finalmente transportados, não sem antes causar danos irreparáveis. Um

Patrick Breslin

Posto de gasolina de WARMI em Abra Pampa.

Centro de computação de WARMI.

Criação de trutas desenvolvida com um empréstimo de WARMI.

Em março, uma comunidade emocionada comemorou a inauguração do Centro Universitário Warmi Huasi Yachana em Abra Pampa, uma iniciativa conjunta de WARMI, Red Solidaria e Universidad Siglo 21 com apoio do setor privado. Rosario Quispe deu as boas-vindas aos 26 jovens que estudarão direito, economia e cursos técnicos.

Cortesia de Gabriela Sbarra

Uma após a outra, as peças da visão de Quispe estão se materializando

estudo realizado recentemente pela Clínica de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade do Texas documentou sinais de envenenamento por chumbo em 80% das crianças da cidade. Um dos filhos de Quispe tem uma deficiência mental, pela qual ela culpa o chumbo.

Graças à constante pressão de WARMI em nome da saúde das mulheres, uma ala de maternidade foi acrescentada ao hospital de Abra Pampa. WARMI tem obtido crescente cooperação do governo para programas de prevenção. O centro médico que o Dr. Gronda abriu para tratar do câncer do colo do útero se transformou num sistema de saúde com uma rede de provedores que atendem 70.000 pacientes em Jujuy e em toda a Argentina. O grande volume compensa o valor mais baixo dos pagamentos; uma anuidade custa a partir de 10 dólares. Quispe recentemente anunciou que 72 jovens coyas estavam estudando medicina, um passo a mais na direção da auto-suficiência. Outro sonho de Quispe se tornou realidade em março, quando um centro universitário chamado WARMI Huasi Yachana abriu suas portas em Abra Pampa. "Perdemos muitos jovens inteligentes que saíram daqui para estudar", enfatiza Quispe. "Queremos que eles estudem aqui para cuidar de nossos recursos". Durante a inauguração, transmitida por televisão para todo o país, muitos estudantes indicaram sua intenção de ficar na puna.

Uma após a outra, as peças da visão de Quispe estão se materializando; muitas delas passaram a existir pela mera força de sua enorme energia. Ela estimula todos os funcionários de WARMI a trabalhar com afinco e dá o exemplo. "Mami, não conheço outra pessoa que trabalhe 36 horas por dia", disse um de seus filhos. Mas até mesmo Quispe precisa de um descanso. "Uma vez por mês", ela diz, "dou uma escapada e vou ver minhas lhamas". E lá essa mulher, cujo nome e imagem aparecem instantaneamente no Google e Facebook, TED e YouTube em todo o mundo, pode ser vista falando docemente com os lhamas que pastam perto dela, os tons terrosos de sua roupa e do rebanho se misturando à medida que a mulher e os animais desaparecem gradualmente no anoitecer dessa vasta paisagem.

Patrick Breslin, ex-vice-presidente de relações externas da IAF, se aposentou após 22 anos de serviço. Seu endereço eletrônico é patbreslin1@gmail.com. Gabriela Sbarra, do serviço de apoio da IAF na Argentina, e Paula Durbin contribuiram ao artigo.

Fórum dos Bolsistas

O número de *Desenvolvimento de Base* do ano passado introduziu uma nova seção da revista que apresenta artigos curtos dos bolsistas da IAF selecionados por um júri da Subcomissão de Acadêmicos que faz uma triagem dos candidatos ao programa da IAF de Bolsas de Estudo para o Desenvolvimento.

A IAF é a única instituição doadora que financia especificamente pesquisas direcionadas ao desenvolvimento de base na América Latina e no Caribe. Desde 1974 nossas bolsas de estudo têm financiado candidatos ao doutorado, pesquisadores pós-doutorado, candidatos ao mestrado e um punhado de líderes de base de destaque que realizam estudos de forma independente. Desde 2007, o programa tem um só componente: apoio a pesquisas para dissertação de doutorado, empreendidas por estudantes de universidades dos Estados Unidos que são candidatos ao doutorado.

No outono setentrional de 2011 a IAF novamente convidou todos os bolsistas nos ciclos desde o restabelecimento a enviarem manuscritos para triagem. A revisão por pares resultou na seleção de duas publicações neste número de *Desenvolvimento de Base*. Por coincidência Ellen Sharp e Marygold Walsh-Dilly, escritoras vencedoras, oferecem perspectivas adicionais sobre os pontos fortes e as tensões nas comunidades indígenas ao reconciliarem suas tradições com o seu contexto contemporâneo. Continuamos empolgados com este novo recurso, muito obviamente porque traz certos benefícios do Programa de Bolsas de Estudo a uma audiência mais ampla e porque representa outra credencial para os autores que aparecem neste número. Mas a competição tem valor mesmo para aqueles cujos manuscritos não foram selecionados devido ao *feedback* meticuloso que os revisores enviam, por meio da IAF, a cada concorrente. *Desenvolvimento de Base* agradece a todos os que contribuíram para o êxito deste concurso. Em breve será anunciada uma nova rodada. Para obter informações mais detalhadas sobre as Bolsas de Estudo da IAF favor consultar o site www.iie.org/iaf.— *P.D.*

Entre a justiça e o vigilantismo:
organizar-se para enfrentar o crime na Guatemala pós-guerra

Ellen Sharp

Era janeiro de 2011, e eu estava na metade do meu trabalho de dissertação na zona rural da Guatemala e tinha saído no fim de semana. No instante em que desembarquei do ônibus em Todos Santos pude sentir que algo tinha mudado. O parque central estava lotado de gente, muito mais do que o normal para um domingo à tarde. O ar estava pesado. Do outro lado da rua a multidão ao redor da cadeia era tão espessa que eu não podia ver quem estava atrás das grades. Então vi meu senhorio. "Prenderam ladrões que roubaram muito dinheiro", ele me informou, "e eles estão discutindo o que fazer com os ladrões". Por "eles" o meu senhorio não queria dizer "a polícia", mas a comissão local de segurança.

Eu vim a Todos Santos para estudar essa organização de autoajuda como exemplo de uma iniciativa de base. La Seguridad, como os seus membros chamam a si mesmos, representa uma iniciativa de pessoas de baixa renda organizadas para garantir a segurança da respectiva comunidade na ausência de proteção estatal adequada. Os homens se voluntariam em rodízio para patrulhar as ruas várias noites por semana. Todo sábado o Conselho de Diretores se reúne, oferecendo um fórum onde as pessoas podem apresentar suas queixas em mam maya, seu idioma nativo, e são resolvidas no mesmo dia.

Embora a imprensa guatemalteca esteja repleta de relatos de supostos sequestradores e ladrões sejam queimados vivos por multidões enfurecidas nos alti-

Ellen Sharp

Parque central em Todos Santos.

planos predominantemente indígenas, não tinha havido nenhum linchamento fatal em Todos Santos desde 2000. Naquele ano (pouco antes da criação de La Seguridad) uma multidão confundiu um turista japonês e seu motorista guatemalteco com ladrões de bebês e os assassinaram a golpes. Muitas pessoas disseram que, como consequência deste caso, são contrárias a linchamentos. Mas naquele dia no início de 2011 isso parecia que ia mudar.

Os acordos de paz de 1996 puseram fim oficialmente a uma guerra civil de 36 anos, mas a violência continua. A taxa de homicídios em 2010 era de 43 por cada 100.000 habitantes (González 2010), uma das mais altas na América Latina. (Segundo relatórios do FBI, os Estados Unidos tiveram uma taxa de 4,3 homicídios por cada 100.000 habitantes naquele mesmo ano.) Embora sejam responsáveis por menos de 2% dos homicídios, os linchamentos estão aumentando (Cullinan 2011). Em inglês a palavra é definida como morte, mas na Guatemala linchamento inclui atos fatais e não fatais praticados por multidões. As Nações Unidas documentaram 61 linchamentos na Guatemala em 2002 com 25 fatalidades (MINUGUA 2002). Pouco mais de uma década mais tarde, a Polícia Nacional reportou 147 linchamentos com 49 fatalidades; 16 linchamentos ocorreram em Huehuetenango, departamento predominantemente indígena que inclui Todos Santos (Mendoza 2012). Em meu trabalho de campo ouvi falar de muitos outros incidentes que naquele ano entraram para a contagem nacional.

Por que esta prática violenta se está tornando mais comum entre os indígenas guatemaltecos neste momento específico? Os acadêmicos afirmam que uma autoridade estatal fraca prepara o cenário para o linchamento. Alguns ressaltam a desintegração pós-guerra da solidariedade social nas comunidades indígenas como precondição (MINUGUA 2000, 2002; Godoy 2002, 2006). Outros assinalam uma longa história de formas altamente elaboradas de organização social (Mendoza 2004, 2007; Sandoval 2007). Embora essas explicações pareçam incompatíveis, os eventos em Todos Santos mostram como tanto uma estrutura social sobrecarregada quanto a persistência do comunitarismo trabalham em conjunto para facilitar o linchamento nas comunidades indígenas pós-guerra.

O que fazer com os ladrões

Como se constatou, o caso foi muito mais complicado do que os roubos de galinhas ou de tênis com que a La Seguridad tinha lidado antes. Envolveu uma fraude tendo como peça central uma jovem professora franzina e de voz suave chamada Carmen. Historicamente os professores na Guatemala eram não maias, mas os acordos de paz mudaram esse aspecto demográfico tornando obrigatório o ensino bilíngue. Enquanto no início da década de 1980 havia apenas um punhado de professores de língua mam em Todos Santos, agora há mais de 200. À medida que os todossanteros se diplomam do ensino de segundo grau, há uma concorrência acirrada por cargos escassos de magistério sindicalizado. Carmen conseguiu uma dessas vagas cobiçadas, o que significava que recebia salário e benefícios regularmente, inclusive pensão garantida após 25 anos de serviço. Embora o salário seja apenas de 2.500 *quetzales* (US$325) por mês, é depositado sem falta na conta de cada professor no BanRural.

Os bancos guatemaltecos perceberam essa solvência relativa e estavam ansiosos por oferecer empréstimos aos professores. A fraude começou quando Carmen convenceu 12 colegas a entregar a ela cópias de seus documentos de identificação e comprovante de emprego. A alguns ela disse que precisava de um avalista para tomar um empréstimo; a outros ela convenceu com histórias de dinheiro para bolsa de estudos universitários que seria depositado nas contas deles. Uma equipe de cúmplices praticou a falsificação de assinatura dos professores antes de pedirem empréstimos em seu nome em bancos das cidades vizinhas. No total, Carmen sacou 380,000 *quetzales* (cerca de US$50.000).

Um dos professores ludibriados foi ao BanRural para sacar dinheiro de sua conta e descobriu que todo o seu pagamento tinha sido aplicado para pagar serviços de um empréstimo feito no BanTrab, banco conhecido por crédito fácil e altas taxas de juros. Os funcionários do BanRural, inicialmente insensíveis, mostraram os documentos do empréstimo com a assinatura dele. O professor rapidamente descobriu outros na mesma situação e todos foram à reunião de sábado de La Seguridad. Dentro de algumas horas prenderam Carmen e a interrogaram. Ela confessou que tinha um parceiro, um homem de Soloma, cidade kanjobal maya maior e mais rica além da cordilheira de Todos Santos. Ela tinha entregado todo o dinheiro a ele, assim disse, mas somente porque ele tinha ameaçado matar a família dela se ela não o fizesse. Soloma tem fama entre os todossanteros que consideram seus moradores com uma mescla de inveja e medo. Como disse um jovem, "eles fizeram muito progresso, mas tudo com dinheiro de atividades ilícitas, como tráfico de drogas e sequestro" (*fieldnotes*, 21 de janeiro de 2011). Enquanto alguns viam Carmen com uma vítima sem sorte, outros são de opinião que ela deveria ter pensado melhor antes de se associar com este *solomero* astuto.

Em uma série de telefonemas de seu celular naquela noite, Carmen convenceu o homem que ela tinha mais dinheiro para entregar a ele. Quando ele e sua família entraram na cidade de madrugada, La Seguridad o estava vigiando. Um grupo de 30 voluntários o tiraram de seu caminhão e o espancaram. Tanto Carmen como o *solomero* foram jogados no chafariz no centro da cidade, depois levados ao ginásio onde os professores defraudados foram convidados a açoitá-los na presença de uma grande multidão. Alguns fizeram isso com muito entusiasmo.

Conforme me comentaram algumas pessoas, as multidões que se reuniam quando malfeitores eram capturados costumavam ser ao redor de 50, não às centenas. A tecnologia moderna transformou a mobilização social. Até 2004 Todos Santos tinha apenas um punhado de linhas telefônicas fixas. Agora a Guatemala tem mais telefones celulares do que habitantes e as notícias viajam rapidamente.

No domingo à noite a polícia tentou levar os suspeitos às autoridades na capital do departamento. A multidão no parque era tão grande que dominou a polícia, apoderou-se da custódia de Carmen e do *solomero* e os instalou na sacada do prédio da prefeitura. Ficariam detidos lá, anunciaram as vítimas de fraude e suas famílias, até a restituição chegar de Soloma. Ninguém tinha qualquer esperança de que o dinheiro roubado pudesse ser recuperado por meio do sistema legal. O objetivo dessa demonstração era apenas advertir a quem estivesse pensando em fraudar os todossanteros. A imprensa guatemalteca chamou essa situação de crise de reféns.

Nesse ínterim, La Seguridad continuou a procurar os cúmplices de Carmen e a investigar sua participação. Um deles, motorista de táxi, disse que Carmen tinha ido à casa dele com uma história triste sobre sua irmã que tinha sido detida na fronteira do Arizona e precisava desesperadamente de ajuda. Inicialmente ele estava um tanto hesitante, mas decidiu ajudar quando o pai dele invocou o seguinte provérbio mam: "Hoje é ela, mas amanhã pode ser um de nós." Ele dirigiu Carmen a Soloma, entrou em uma agência do BanTrab com os documentos de outra pessoa e falsificou a assinatura. Carmen aparentemente lhe pagou menos de US$80 por seu trabalho, prometendo mais se sua irmã saísse da prisão (*fieldnotes*, 22 de janeiro de 2011). Ele e outros falsificadores foram multados em 15,000 quetzales (US$1.950) por La Seguridad. Embora alguns desses cúmplices tenham sido açoitados, este jovem, que supostamente apenas respeitou os desejos de seu pai, não foi,

Uma coincidência infeliz ampliou a crise: A prisão de Carmen e do *solomero* coincidiu com o desembolso do programa de seguridade social da Guatemala. Cerca de 2.000 famílias vieram à cidade naquela segunda e terça-feira para recolher as suas transferências monetárias condicionais. Muitos ficaram para assistir ao espetáculo, enchendo a praça embaixo da sacada onde os acusados eram periodicamente intimidados e espancados à medida que seus clamores e rogos voavam sobre a multidão. Os vendedores de rua apareceram para vender sorvete e alimentos fritos, dando a todo o evento um ar desconcertante de festividade.

Na quarta-feira de manhã, Juan, um dos líderes de La Seguridad, conversou comigo sobre a crise. Compilamos uma lista dos gritos da multidão: queimar, espancar, jogar os acusados novamente no chafariz. "Como vocês estão tratando o assunto?", perguntei. "Dizemos, vão em frente, façam e depois sofram as consequências", respondeu ele. "Não é perigoso?", perguntei. Juan apenas sorriu e deu de ombros. Então seu telefone celular tocou. Como Soloma não ia enviar nenhum dinheiro, o prefeito de Todos Santos obrigou o pai de Carmen a vender parte de sua terra e dividir os lucros entre as vítimas. Depois de aplacadas as vítimas da fraude e da partida das familias con seus cheques, a polícia guatemalteca conseguiu surripiar os suspeitos e tirá-los da cidade no meio da noite e entregá-los às autoridades departamentais (*fieldnotes*, 23 de janeiro de 2011).

Solidariedade ou trauma social?

Dado o histórico de genocídio perpetrado sobre a maioria indígena da Guatemala, o fato de que a maior parte (embora nem todos) dos linchamentos ocorra em áreas indígenas é um assunto delicado. Os primeiros relatórios das Nações Unidas evitaram mencionar esta conexão, embora, ao mencionarem a ausência do Estado, um histórico de repressão em tempo de guerra e altas taxas de pobreza como causas dos linchamentos estejam descrevendo as condições dos indígenas guatemaltecos. O cientista político Carlos Mendoza (2004, 2007), que fez extensas análises estatísticas de dados dos linchamentos na Guatemala, argumenta que os altos níveis da população indígena pode muito bem ser um dos principais indicadores do que ele chama de "perigo de linchamento". Explica essa correlação assinalando a longa história dos maias de prestar apoio ao bem comum das respectivas comunidades.

Essa forte tendência comunitária caracteriza a vida em Todos Santos. Os vizinhos regularmente se reúnem para doar dinheiro e mão de obra a projetos comunitários, tais como reconstruir uma escola de primeiro grau que se está desmoronando ou pavimentar

courtesy Ellen Sharp

Ellen Sharp com suas vizinhas.

novas estradas. No caso de morte, a colaboração se torna ainda mais acentuada. Após um horrível acidente de ônibus ocorrido em junho de 2011 ter matado sete todossanteros, cinco deles da mesma família, a estação local de rádio angariou rapidamente milhares de dólares para custear as despesas médicas e o funeral das vítimas. Centenas de pessoas que assistiram aos velórios múltiplos trouxeram presentes em dinheiro, milho e açúcar. Os todossanteros consideram tal generosidade como recíproca e com frequência citam o provérbio que salvou do espancamento uma das vítimas de Carmen: "O que é seu problema hoje pode ser o meu amanhã". A própria La Seguridad oferece um exemplo excelente de comunitarismo em ação. Os líderes doam horas de seu tempo sem remuneração porque, dizem eles, proteger a comunidade é a sua tarefa, realmente a sua obrigação. No entanto, muitos moradores criticam sua justiça como arbitrária, incoerente e desnecessariamente brutal. Os argumentos dos analistas para os quais o linchamento é sinal de ausência de solidariedade social ajudam a explicar por que a justiça de base é tão intensamente contestada.

Contrário às afirmações de Mendoza, os relatórios de MIGUGUA e da socióloga Angelina Snodgrass Godoy argumentam que o linchamento é resultado da estrutura social danificada das comunidades maias pós-guerra. O genocídio representa um ataque sobre a vida coletiva, assinala Godoy, e como tal produz um trauma social de longo prazo (2002, 646). No processo de matar uma geração de líderes comunitários, o exército eliminou uma longa tradição de solução de controvérsias que estipulava a restituição em vez da punição. Antes da guerra nunca se tinha ouvido falar de linchamento nas comunidades maias. Mas durante a guerra a morte por ser queimado vivo ficava atrás somente dos ferimentos com armas de fogo na contagem das 200.000 mortes (Godoy 2002, 653).

Suspeito que a crítica generalizada contra La Seguridade tenha origem neste legado do tempo de guerra. Sua legitimidade é constantemente questionada por não existirem mais as formas tradicionais de solução de conflitos nem o caminho para a autoridade. Ao contrário, La Seguridad representa um híbrido que combina certas práticas pré-guerra e a estrutura das patrulhas das quais os homens maias eram obrigados a participar durante a guerra. As pessoas lamentam que seus líderes assumam posições de poder por interesse próprio em vez dos melhores interesses da comunidade. As pesadas multas que La Seguridad costumava impor sobre quem violasse suas normas e a falta de qualquer contabilidade desse dinheiro deram credibilidade a essas queixas. Durante a crise dos reféns La Seguridad enfrentou as críticas tanto de pessoas que a apoiavam como de outras que a desaprovavam. Muitos eram de opinião que os acusados deviam ser mortos. Outros assinalaram que o tratamento dispensado à esposa e filhos menores do *solomero*, que também estavam presos na sacada, tinha sido injusto e desumano (*fieldnotes*, 17 de janeiro de 2011).

Essa crise destacou outra tensão relacionada com as transformações sociais pós-guerra, a saber, um sentimento generalizado a respeito dos professores. O surgimento dessa classe profissional relativamente privilegiada de maias dá uma fisionomia à crescente desigualdade econômica no que outrora eram comunidades uniformemente empobrecidas. As vítimas de fraude foram acusadas de cumplicidade ou no mínimo de estupidez. Aqueles que acreditavam na farsa da bolsa de estudo de Carmen foram acusados de pensar que poderiam conseguir alguma coisa de graça. "Mas para você eles são professores," observou uma mulher, "quase não trabalham, apenas recebem seu salário" (*fieldnotes*, 25 de janeiro de 2011).

Os analistas produziram relatos aparentemente contraditórios em seus esforços para explicar o linchamento. Alguns argumentam que o linchamento indica

um alto nível de organização comunitária, ao passo que outros o consideram um sintoma de uma ordem social tão danificada que somente a violência coletiva pode unir as pessoas. Ambos os cenários ajudam a explicar certos elementos da realidade desordenada que se desenrolou em Todos Santos em 2011. A resposta à farsa revelou uma impressionante mobilização de base, uma vez que os suspeitos foram apreendidos, interrogados e guardados durante dias sem parar mediante um rodízio de grupos de voluntários. Ao mesmo tempo, os meios violentos usados neste processo representam um legado do tempo de guerra. Os militares frequentemente jogavam os suspeitos de subversão na água fria, por exemplo, tal como Carmen e o *solomero* foram jogados no chafariz antes de serem espancados.

Seja qual for o argumento que prevalecer, permanece o fato de que o linchamento não pode ocorrer sem uma crise maior de legitimidade do Estado. Os assassinos na Guatemala geralmente permanecem em liberdade por falta de provas. Embora Todos Santos tenha uma presença policial, seis oficiais com a incumbência de policiar quase 30.000 moradores não podem fazer isso com eficiência. Além disso, os policiais são gente de fora, falam unicamente o espanhol e são geralmente considerados como corruptos e indignos de confiança. A crise também revelou uma profunda falta de confiança de que o judiciário estivesse em condições de processar os acusados ou estivesse dispostos a fazê-lo. No entanto, neste caso Carmen cometeu um crime contra uma entidade poderosa. O BanTrab reembolsou os professores defraudados e seus representantes estão ativamente empenhados em mover ação judicial contra Carmen.

O escândalo deixou todos com muitas perguntas. Como Carmen decidiu fraudar? Por que ela tirou o dinheiro e depois o distribuiu? Seja qual for a verdade, o *solomero* contratou um advogado, pagou uma fiança de 50,000 *quetzales* e desapareceu sem deixar rastro. Carmen passou oitos meses na prisão enquanto seus pais empobrecidos lutavam para conseguir o dinheiro para contratar um advogado que pudesse negociar uma fiança mais razoável do que os 300,000 *quetzales* inicialmente determinados para ela. Mais de um ano depois Carmen está em liberdade sob fiança e ainda está aguardando julgamento.

Ellen Sharp é candidata ao doutorado em antropologia sociocultural na University of California em Los Angeles e faz parte do clico de bolsistas de 2010-2011.

Bibliografia

Cullinan, Jeanna. 2011. "Guatemala Reports 500% Rise in Attempted Lynchings". Acessado em 14 de dezembro. http://insightcrime.org/insight-latest-news/item/1843-guatemala-reports-500-rise-in-attempted-lynchings#.

González, Mariano. 2011. "Violencia en Guatemala: aproximaciones al panorama estadístico e hipótesis sobre su aumento en la post-guerra". Acessado em 12 de fevereiro de 2012. http://www.flacso.edu.gt/site/wp-content/uploads/2011/03/dialogo29.pdf

Mendoza, Carlos. 2004. "Collective Violence in Post-Conflict Guatemala: Understanding Lynching Mobs". Acessado em 27 de fevereiro de 2012. http://www.nd.edu/~cmendoz1/datos/lynchmobs.pdf

Mendoza, Carlos A. 2007. *Ausencia del Estado y Violencia Colectiva en Tierras Mayas, Una Aproximación Cuantitativa al Fenómeno de los Linchamientos en Guatemala (1996-2002).* Guatemala: SEGEPLAN/FLACSO.

Mendoza, Carlos A. 2012. "Muertes por linchamiento durante 2011". Acessado em 12 de fevereiro de 2012. http://linchamientos.blogspot.com/2012/01/muertes-por-linchamiento-durante-2011.html

MINUGUA. 2000. *Los Linchamientos: Un Flagelo Contra la Dignidad Humana. Guatemala: Misión de Verificación de las Naciones Unidas en Guatemala.*

MINUGUA. 2002. *Los Linchamientos: Un Flagelo que Persiste. Guatemala: Misión de Verificación de las Naciones Unidas en Guatemala.*

Sandoval Girón, Anna Belinda. 2007. "Taking Matters Into One's Hands: Lynching And Violence In Post-Civil War Guatemala". *Urban Anthropology and Studies of Cultural Systems and World Economic Development.* 36(4): 357-379.

Snodgrass Godoy, Angelina. 2006. *Popular Injustice: Violence, Community, and Law in Latin America.* Califórnia: Stanford University Press.

Snodgrass Godoy, Angelina. 2002. "Lynchings and the Democratization of Terror in Postwar Guatemala: Implications for Human Rights". *Human Rights Quarterly* 24: 640-661.

A reciprocidade indígena e globalização no interior da Bolívia

De Marygold Walsh-Dilley

Há uma década eu morei, como voluntária de desenvolvimento comunitário no Corpo da Paz dos Estados Unidos, na poeirenta cidade boliviana de San Juan de Rosario no altiplano centro-sul. Eu estava lá para trabalhar com uma comunidade quéchua no desenvolvimento de uma indústria do turismo, mas fiquei tão fascinada com as rápidas mudanças que ocorriam à medida que San Juan passava de uma economia de subsistência e emigração para se tornar produtor da quinoa, cereal andino, como cultivo comercial para exportação. Eu estava especialmente interessada em *ayni*, o termo quéchua para reciprocidade e passei 10 anos estudando como esta prática tradicional estava mudando à medida que a zona rural boliviana se tornava cada vez mais integrada nos mercados globais.

A forma mais comum de *ayni* que ainda se aplica nos povoados andinos hoje em dia é a provisão recíproca da mão de obra. Um agricultor trabalha no campo de outra pessoa, criando a obrigação de retornar o favor. As permutas são por serviços equivalentes, geralmente uma jornada de trabalho. Essas permutas, essenciais para ganhar a vida, recebem o apoio de um compromisso de ordem moral. Os antropólogos consideram a participação na *ayni* e a etiqueta que a acompanha como uma característica definidora da identidade dos quéchua, o maior grupo indígena dos Andes, e notam de sua importância para os rituais e cerimônias. "A reciprocidade é como um motor no coração da vida andina", escreveu a antropóloga Catherine Allen (2002: 73). É uma parte central de um sistema econômico que tem apoiado comunidades e até mesmo impérios durante séculos no panorama montanhoso altamente desafiante.

Essas montanhas são importantes e sua inclinação acentuada e ar frígido representam um desafio formidável para manter a sobrevivência e as comunidades. O

Grupo de trabalhadores em San Juan de Rosario.

Marygold Walsh-Dilley

povo andino antigo transformou essas dificuldades em vantagem, estabelecendo controle sobre o maior número possível de nichos. As zonas diferenciadas por altitude e um ambiente físico altamente variável fornecem uma série de recursos que permitem a sobrevivência do povo andino. Por exemplo, a agricultura do altiplano produz diversos tubérculos e cereais; os vales mais baixos oferecem frutas e legumes, milho, algodão, guano, cacau e madeira. Ao contrário de comunidades em partes do mundo em que o comércio e os mercados asseguravam o acesso à variedade necessária de bens de consumo, as comunidades andinas sobreviveram por meio de uma prática chamada com frequência — e apropriadamente — de "verticalidade" (Murra 1972). Para ganhar controle sobre os recursos disponíveis, as comunidades andinas enviavam os "colonos" a diferentes altitudes e compartilhavam produtos por meio de um sistema elaborado de reciprocidade e redistribuição. Murra (1972) sugere que esse padrão era pan-andino e há provas de ter perdurado desde 500 A.D. até o dia de hoje. Este "arquipélago vertical" fundamentava-se em interação mutuamente benéfica em uma comunidade, a qual, conforme observado por europeus no início do período colonial, permitia ao povo andino obter prosperidade considerável. Posteriormente, à medida que seu império se expandia, os incas asseguraram o controle social mobilizando o compromisso andino a interações recíprocas entre indivíduos, comunidades e Estado. Embora práticas específicas tenham sofrido modificações ao longo do tempo, há um alto grau daquilo que o antropólogo Nathan Wachtel chama de "comunidade ideológica" no tocante à reciprocidade nos Andes e que continua a ser um fator organizacional na experiência social andina.

No entanto, há diversos desafios às práticas e costumes tradicionais que impingem constantemente às comunidades rurais andinas. Os atuais espaços rurais estão sendo rapidamente incorporados à economia global que enfatiza o indivíduo sobre a comunidade. As práticas agrícolas estão evoluindo à medida que os agricultores reagem cada vez mais às oportunidades do mercado, tecnologias, afiliações religiosas e até mesmo entidades de desenvolvimento, todas as quais contribuem para desviar compromissos comunitários. A migração da zona rural para a zona urbana, que se intensificou depois da reformas agrárias das décadas de 1950 e 1960, pôs fim ao sistema de "fazenda" e liberou muitas pessoas da servidão rural, mas também corroeu redes e desgastou instituições, incluindo a *ayni*.

Mesmo assim, a minha pesquisa confirma que a reciprocidade continua a ser uma tradição vibrante.

Quinoa madura.

Sementes de quinoa.

Cortesia de Marygold Walsh-Dilley

Marygold Walsh-Dilley.

Meu trabalho de campo me levou a três comunidades diferentes, cada qual com a sua própria história e forma de inserção nos mercados global e regional, fragmentação religiosa e migração. Embora neste relato eu enfoque somente a recente integração de San Juan nos mercados globais da quinoa, todas as comunidades rurais da Bolívia continuam a depender de estratégias recíprocas para reconstituir sua sobrevivência, mesmo ao se tornarem profundamente envolvidas nos sistemas e processos globais. No entanto, o modo de aplicar essas práticas depende das necessidades e das experiências de cada local. O panorama que predominou em minha pesquisa foi o de pessoas utilizando a prática da *ayni*, institucionalizada desde longa data, à medida que respondem aos desafios e oportunidades da globalização. De fato, como essas práticas tradicionais demonstraram ser recursos ecológica e socialmente apropriados, o seu uso está sendo expandido e adaptado às necessidades atuais.

Em San Juan os residentes somente se tornaram plenamente integrados nos mercados de produtos básicos nas últimas duas décadas à medida que aumentou a demanda internacional da quinoa. Embora a quinoa seja enormemente nutritiva, no período colonial foi evitada como alimento indígena em prol de cereais europeus e de outros produtos. Esse colonialismo culinário criou hábitos dietéticos que permanecem enraizados até hoje e a quinoa ainda é considerada alimento inferior entre bolivianos da zona urbana e da classe média. A demanda de mercado da quinoa foi limitada até a década de 1980, quando chegou à atenção dos consumidores dos Estados Unidos e da Europa. Isso incentivou um aumento drástico na produção dos agricultores bolivianos, uma vez que esse cereal só pode ser cultivado com eficiência sob as condições especiais do altiplano andino.

Os consumidores estrangeiros responderam a uma pesquisa realizada por institutos dos Estados Unidos e sob os auspícios das Nações Unidas e de governos da América do Sul que identificaram múltiplas propriedades da quinoa, inclusive níveis inusitadamente altos de proteína completa. Os órgãos públicos e as entidades doadoras tornaram-se interessados na promoção da quinoa, primeiro por seu potencial de melhorar a dieta inadequada dos camponeses no altiplano andino e posteriormente como cultivo comercial para ajudar a reduzir a pobreza. Por um breve período na década de 1960 as regulamentações governamentais do Peru e da Bolívia exigiram que todas as padarias utilizassem uma quantidade de farinha de quinoa na fabricação do pão, o que resultou em aumento temporário da produção, mas isso fracassou devido à resistência dos negócios e consumidores urbanos. Outras iniciativas para apoiar a produção da quinoa incluíram projetos empreendidos ou financiados pela Missão Católica Belga e pela Fundação Interamericana (ver Healy 2001). Foram beneficiadas as comunidades da região de Salar nas vizinhanças das Salinas Uyuni, as maiores do mundo, onde é principalmente cultivada a espécie mais procurada da quinoa. Esta zona, na qual se situa San Juan, tornou-se o ponto quente da quinoa e os moradores deixaram de plantar batata para subsistência e intensificaram a produção de quinoa para o mercado e até mesmo expandiram as terras marginais.

A mecanização parcial do processo ajudou a expansão. Graças à Missão Belga, o acesso a tratores ajudou os agricultores a limpar e preparar os campos para a produção da quinoa em um lugar onde quase nada crescia. Posteriormente, a formação de organizações de base comunitárias aumentou significativamente a disponibilidade de tecnologias mecanizadas. Porém, após anos de produção intensificada, a colheita começou a cair ou a fracassar à medida que a terra ia sendo degradada. Em particular, o uso do trator para plantar quinoa esfarela o solo, provocando a perda da umidade limitada necessária para germinar sementes e levando a uma erosão causada pelo vento que prejudica as mudas e reduz as colheitas.

Este fato, em combinação com a mudança das condições climáticas caracterizada por uma pluviosidade não muito confiável e ventos ainda mais prejudiciais, levou os agricultores a voltarem ao trabalho manual de plantar campos que os tratores podiam limpar e preparar. Embora exigindo esforço físico consideravelmente maior, o trabalho manual adapta-se bem às condições locais porque depende de conhecimentos específicos que minimizam os riscos associados a um clima impre-

visível, erosão e solo deficiente. Plantar à mão conserva e mantém a maior parte da umidade limitada do solo e minimiza a erosão causada pelo vento porque não esfarela a crosta protetora do solo — problemas que têm aumentado à medida que a produção da quinoa passou a terras cada vez mais marginalizadas durante períodos de demanda crescente.

Dada a demanda maior do mercado, a produção é mais intensa e os grupos de trabalhadores são maiores do que nunca. Como os agricultores muitas vezes carecem de recursos para pagar salários em dinheiro, preferem atrair trabalhadores ativando a *ayni* e incorrendo na obrigação de reciprocar. A *ayni* também capacita os agricultores a acessar a mão de obra com maior certeza quando os trabalhadores são muito escassos. Deve-se isso a que, embora a obrigação de retornar a mão de obra por meio da *ayni* seja apoiada pelo compartilhamento de uma ética sólida de reciprocidade, o salário em dinheiro de aproximadamente US$3 frequentemente não é suficiente para induzir produtores já ocupados a trabalharem para outra pessoa. Ironicamente, em San Juan, tecnologias e mercados novos levaram a uma dependência ainda maior de redes de reciprocidade.

Em minha dissertação argumentei que a reciprocidade tem sido renegociada à luz de novas oportunidades e desafios. As práticas contemporâneas parecem muito diferentes das aplicadas no âmbito do arquipélago vertical de John Murra. Embora reflitam a continuidade do passado, foram elaboradas por uma panorama social em evolução, a fim de continuarem a ser eficazes e apropriadas. Por exemplo, em San Juan o compartilhamento recíproco da mão de obra costumava ocorrer em pequenos grupos estreitamente unidos de cinco a sete domicílios; essas famílias faziam rodízio entre campos como uma coletividade. Mas como os campos de quinoa — e consequentemente os grupos de trabalhadores — cresceram muito, o compartilhamento da mão de obra envolve produtores individuais da própria comunidade.

A reciprocidade continua a ser relevante, em parte, porque atende às necessidades tanto individuais como comunitárias. Embora a permuta da mão de obra ofereça aos indivíduos um recurso importante para gerenciar a produção, também contribui para a solidariedade comunitária porque constrói redes de confiança e amizade. Isso se tornou especialmente claro em San Juan, local muito querido nos círculos de desenvolvimento. A comunidade tem tido grande êxito em atrair financiamento, bem como interesse e participação de entidades de desenvolvimento. Os moradores atribuem seu sucesso à solidariedade e disposição de trabalhar em conjunto, fatores que consideram como centrais de sua capacidade de progredir e se desenvolver como comunidade. Alguns pesquisadores referem-se a essa cooperação como capital social, considerado crítico para o desenvolvimento, redução da pobreza e melhoria da saúde e bem-estar (Grootaert e Narayan 2004).

A importância da reciprocidade no desenvolvimento da Bolívia é enfatizada pelo Presidente Evo Morales, primeiro presidente indígena do país. Ele tornou a reciprocidade, solidariedade e comunidade a base de sua visão de um novo sistema econômico que, assim espera, resulte em melhor futuro para a Bolívia e, de fato, para o restante do mundo. A reciprocidade funciona nas comunidades rurais como parte da interação normal entre vizinhos que participam de permutas face à face em conformidade com normas comprovadas pelo tempo que regem o acesso aos recursos. Obviamente, resta a saber em que grau esse padrão pode ser aplicado aos níveis regional, nacional ou internacional. Em linhas gerais, em comparação com pessoas preocupadas com o futuro das práticas indígenas, tais como a *ayni*, considero que a reciprocidade continua a ser relevante e suas manifestações contemporâneas capacitam os habitantes andinos negociarem as incertezas do mercado global.

Marygold Walsh-Dilley, parte do ciclo de bolsistas de 2007-2008 da IAF, recebeu o doutorado em sociologia do desenvolvimento da Cornell University em 2012.

Referências:

Allen C. 2002. *The Hold Life Has: Coca and Cultural Identity in an Andean Community*. Washington, D.C.: Smithsonian Institute Press.

Healy, K. 2001. *Llamas, Weavings, and Organic Chocolate: Multicultural Grassroots Development in the Andes and Amazon of Bolivia* [Lhamas, Tecidos e Chocolate Orgânico: Desenvolvimento de Base Multicultural nos Andes e na Amazônia Boliviana]. Notre Dame, Ind: University of Notre Dame Press.

Grootaert, Christiaan e Deepa Narayan. 2004. *Local Institutions, Poverty and Household Welfare in Bolivia. World Development* 32(7): 1179-1198.

Murra, J. 1972. *Formaciones Economicas y Politicas del Mundo Andino*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos.

Cozinhando no sol

Há cerca de 20 anos um pequeno grupo de mulheres da costa sul da Guatemala, a maioria de etnicidade Quiche ou Kaqchikel, organizou as Amigas del Sol (ADS) para enfrentar os desafios diários da vida rural. Quase imediatamente depois, se concentraram no fogo para cozinhar, o qual consome até 18% do orçamento domiciliar, causa queimaduras, acelera o desmatamento e expõe toda a família a doenças respiratórias que incluem pneumonia, bronquite crônica e até mesmo câncer do pulmão. Famílias sem dinheiro suficiente frequentemente mandam os filhos procurar lenha quando deveriam estar na escola.

A ADS ajuda grupos comunitários a construir fornos que utilizam como combustível uma fonte mais abundante de energia: o sol. Inventado por Siam Nandwani, professor universitário da Costa Rica, o desenho foi melhorado no fim da década de 1980 por Bill Lankford, físico estadunidense. Ele construiu um forno solar,

A construção do forno inclui medição e corte dar placas de madeira, montagem e pintura. A cor vermelha aumenta a absorção dos raios de sol.

constatou que funcionava e fundou o Projeto Centro-Americano de Energia Solar (CASEP) para promover seu uso. A notícia da invenção espalhou-se depois que Lankford construiu um segundo forno às instâncias de Jan Gregorich, freira designada a uma paróquia na costa leste da Guatemala. O sucesso do dispositivo baseia-se em uma lição crucial para o desenvolvimento de base. Os primeiros fornos, construídos por carpinteiros especializados, não foram aceitos pelas pessoas de baixa renda a quem se dirigiam. A lição: As usuárias tinham que investir neles, ou seja, as próprias cozinheiras tinham que construir os fornos.

As mulheres tomaram conhecimento da ADS verbalmente. Aqueles que queriam introduzir a tecnologia na respectiva comunidade deviam convencer a ADS a respeito de seu compromisso durante um período de prova obrigatório de seis meses. Como grupo, recebiam um forno emprestado e aprendiam a cozinhar com ele, confirmando nesse ínterim que as condições climáticas locais eram adequadas. Os funcionários da ADS faziam visitas sem aviso prévio para verificar se o forno estava sendo usado. Os grupos que continuavam no programa passavam duas semanas construindo os próprios fornos. Durante esse período as mulheres aprendiam a usar serrote, chave de fenda, cortadores de vidro e pincéis. "As participantes aprendem que podem fazer as mesmas coisas que os homens", confirmou Miguelina Miranda, que trabalha na ADS há mais de 15 anos. As mulheres do programa modificaram o desenho, acrescentando um compartimento de armazenagem e uma prateleira móvel para as panelas, bem como rodas e alças que permitem ao forno atuar como carrinho de mão. Aumentaram também o tamanho para ajustar toda uma refeição para uma família indígena típica. Os intervalos para almoço durante a construção eram usados para desenvolver confiança e coesão organizacional. Uma vez terminados os fornos, um grupo de cozinheiras-carpinteiras decidiu construir mobília para o centro comunitário local. Outros grupos conseguiram financiamento para trabalhar em conjunto em avicultura, criação de pequenos animais e melhoria da moradia instalando sanitários eficientes que usam pouca água e permitem transformar os dejetos em adubo.

O uso de fornos que não produzem fumaça, operam sem custo e salvam florestas é um pequeno passo para proteger o meio ambiente e tem reduzido significativamente a vulnerabilidade a doenças respiratórias. E os fornos ainda têm outra função importante. Todas as usuárias em uma determinada comunidade aparecem ao mesmo tempo para ajustar os fornos à posição do sol e manter contatos sociais. "É uma oportunidade para saber como vão as outras e manter-se em dia com o que está acontecendo", disse uma das mulheres. A limitação dos fornos é o fato de só poderem ser usados seis meses do ano. A ADS está considerando fogões com combustível eficiente como alternativa para os dias nublados e época de chuvas. Neste ínterim, os fornos solares fazem bons vizinhos. — *José Toasa, representante da IAF para a Guatemala*

Mark Caicedo

Mark Caicedo

Miguelina Miranda, Clara Pérez, Petrona López e outras comem guisado de galinha feito num forno solar.

Aprendendo com *Los Izalcos*

As crianças salvadorenhas podem tomar conhecimento das comunidades indígenas de seu país por meio de *Los Izalcos*, um jogo de tabuleiro desenvolvido pelo pessoal do Museo de la Palabra y la Imagen (MUPI), donatário da IAF, em colaboração com artistas, antropólogos e educadores.

O jogo recebeu o nome das comunidades indígenas da região, conhecidas como Los Izalcos na parte ocidental do país. Desenvolvido por uma equipe de artistas, antropólogos e educadores, tira seu conteúdo em grande parte de entrevistas com idosos descendentes de indígenas e das observações de viajantes, como o etnógrafo sueco Carl Hartman que visitou El Salvador em 1896. Um jogador após outro movimenta o tabuleiro ao responder corretamente perguntas sobre lendas indígenas, artesanato, danças, música e medicina, bem como detalhes sobre organização social, eventos históricos, agricultura e relacionamento desses salvadorenhos nativos com a sua terra.

No centro do tabuleiro há uma pintura de um fogo sagrado ao redor do qual se desdobram costumes e cenas da vida diária nas comunidades indígenas. Os jogadores começam girando uma argola sob a forma da mitológica Cuyancúa, uma serpente com cabeça de porco, cujos poderes fazem a água fresca e limpa sair de sua caverna.

O jogador para o qual aponta a cabeça de La Cuyancúa tira uma pergunta de um baralho de 125 cartas e por cada resposta correta retira uma ficha pintada com milho ou cacau, outrora usados como moeda nesta parte da Mesoamérica. Um manual contém os fatos sobre a cultura indígena essenciais para o jogo, o qual vem com instruções juntamente com *petates*, esteiras tradicionais feitas de uma planta chamada tule para os jogadores se sentarem.

O MUPI foi reconhecido internacionalmente por *Los Izalcos* e outros produtos educacionais. Por seu êxito em preservar e compartilhar elementos da cultura de El Salvador, tanto passada como presente, recebeu o Prêmio Iberoamericano de Educação e Museus e em 2010 o Prêmio Ford de Conservação e Educação do Patrimônio Cultural. — *Carlos Henríquez Consalvi, Diretor do MUPI*

Cortesia de MUPI

Donatários da IAF na Rio+20

Representantes da sociedade civil de todo o mundo se juntaram no Rio de Janeiro em junho para comemorar o 20º aniversário da Cúpula da Terra de 1992 com uma série de eventos realizados paralelamente à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, ou Rio+20, cujo objetivo era propor medidas para reduzir a pobreza e melhorar o uso dos recursos naturais. Entre as organizações que participaram da Cúpula do Povo em tendas armadas no Aterro do Flamengo estavam nove donatárias da IAF no Brasil, Colômbia, Costa Rica e Paraguai.

O Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO) esteve particularmente ativo: realizou mais de 13 workshops sobre seu projeto "Revolução dos Baldinhos," que envolve membros da comunidade na coleta e compostagem de resíduos domésticos. Mediante parceria com o Movimento Slow Food, CEPAGRO também organizou workshops em três mercados orgânicos durante essa semana. Marcus José Abreu, coordenador dos programas urbanos do CEPAGRO, falou na sessão "Encontrar Sinergias na Transição Econômica e Ambiental". Subdonatários do Centro de Apoio Socio-Ambiental (CASA) compartilharam práticas de conservação que aplicam na Mata Atlântica e na Amazônia. A Fundação Grupo Boticário (FBPN) organizou eventos sobre pagamento por serviços ambientais e o papel e impacto do investimento social público e privado.

A Fundación para el Etnodesarrollo de los Llanos Orientales de Colombia (ETNOLLANO) representou o Programa para Consolidação da Amazônia Colombiana (COAMA), que ajuda povos indígenas a preservar seu ambiente natural. Catalino Sosa falou pelas comunidades indígenas *mbya* do Paraguai, que estão trabalhando com apoio da Institución Ecuménica de Promoción Social (OGUASU), donatária da IAF. No Fórum de Empreendedorismo Social na Nova Economia, José Francisco Fonseca, diretor executivo da Corporación Educativa para el Desarrollo Costarricense (CEDECO), falou sobre estratégias inovadoras que mitigam os efeitos da mudança climática e os esforços proativos do governo da Costa Rica para

Amy Kirschenbaum

A IAF copatrocinou o Fórum de Empreendedorismo Social na Nova Economia, organizado paralelamente à Rio+20 pela Fundação Avina, Ashoka, Fundação Roberto Marinho e Fundação Skoll. A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), donatária da IAF, colaborou na construção da estrutura em que se realizou o Fórum.

encorajar essas estratégias. O Fórum também incluiu sessões plenárias com o filósofo brasileiro Leonardo Boff, o intelectual colombiano Bernardo Toro, Marina Silva (ex-ministra do meio ambiente e candidata à presidência do Brasil em 2011) e Guilherme Leal, presidente da Natura.

Em 1992, a Cúpula da Terra, também conhecida como Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, abordou o uso de insumos industriais tóxicos, alternativas aos combustíveis fosseis, redução de emissões dos veículos, congestionamento urbano, riscos para a saúde causados pela poluição e crescente escassez de água, entre outras questões. A Cúpula da Terra levou ao Protocolo de Kyoto e Agenda 21, cujos signatários se comprometeram a repensar o crescimento econômico, promover a equidade social e assegurar a proteção do meio ambiente, e o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas. Um tema importante da conferência de 2012, organizada para avaliar o progresso feito desde 1992, foi a Nova Economia, a noção de que o sistema econômico global deve ser restruturado para podermos atingir importantes metas sociais e ambientais. As análises dos debates de 2012 revelam desapontamento.

Em contraste, o dinamismo da Cúpula do Povo e os eventos conexos despertaram entusiasmo, afirmando que o progresso real para um uso responsável do meio ambiente e melhor qualidade de vida provavelmente virá de baixo para cima, na medida em que as comunidades encontrarem soluções criativas para os desafios mais complexos que o mundo enfrenta. A participação de donatários da IAF nessas atividades paralelas testemunha sua capacidade de efetuar mudanças positivas que podem ter implicações de longo alcance. — *Amy Kirschenbaum, representante da IAF para o Brasil*

CASA

Participantes da Cúpula do Povo fizeram um protesto pela conservação dos rios do mundo.

Donatários indígenas cinco anos depois

Desde 2009, a IAF tem visitado algumas organizações cinco anos após o término do financiamento da IAF, a fim de avaliar o que funcionou, o que não funcionou e por quê. Figura, a seguir, um instantâneo que ilustra a relevância de projetos culturalmente apropriados a três comunidades indígenas, o desenvolvimento de ativos locais para enfrentar desafios sociais e a influência do contexto do resultado dessas iniciativas:

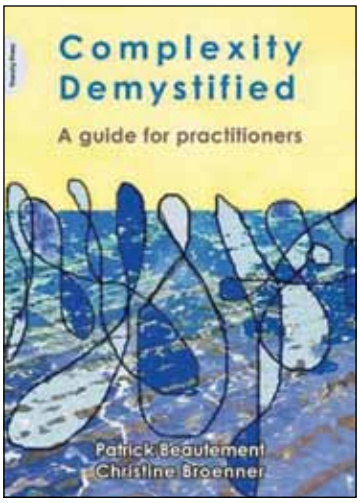
Em 2001 a Asociación Consejo de Mujeres Mayas de Desarrollo Integral (CMM), constituída por mulheres indígenas K'iche, recebeu apoio da IAF para melhorar o acesso de mulheres e crianças em San Cristóbal, Totonicapán, Guatemala, a cuidados da saúde e a complementos nutricionais, bem como à informação sobre educação. Naquela época a mortalidade materna local era de 7 por 1.000 nascimentos vivos; a mortalidade infantil atingia 55 por 1.000. Além disso, naquele ano 150 crianças morreram de diarréia. Nos cinco anos seguintes a CMM utilizou o financiamento da IAF para capacitar parteiras em práticas pré-natais e higiene; expandiu e treinou uma rede de trabalhadores da saúde voluntários e introduziu hortas familiares

para aliviar a desnutrição crônica. Em 2010, quatro anos após o término do financiamento da IAF, a CMM reportou que a taxa de mortalidade materna tinha caído a zero; a mortalidade infantil tinha diminuído significativamente; e crianças não morriam mais de diarréia. O número de trabalhadores da saúde treinados pela rede passou de 45 em 2011 para 155; as parteiras agora cobram uma taxa padronizada para partos, independentemente do sexo do bebê; e os esforços da CMM no sentido de conscientizar a respeito da violência doméstica contra mulheres e meninas ajudaram a reduzir a ocorrência de casos. Outros efeitos secundários importantes incluem o reconhecimento e respeito obtido pelas parteiras junto a outros profissionais da saúde da área e a contratação de mulheres da CMM, por parte das autoridades nacionais, para continuar a prestação de serviços de saúde às respectivas comunidades. Este caso ilustra a importância de apoiar soluções enraizadas nas comunidades indígenas. Como as mulheres indígenas da CMM eram muito conhecidas nas respectivas comunidades que nelas depositavam confiança, puderam aproveitar vínculos familiares e tradições para conseguir participação e apoio amplos. De fato, a CMM teve êxito em redefinir a participação nas iniciativas de promoção da saúde como parte vital da cidadania comunitária.

De 1997 a 2001 o Grupo de Asesoramiento Multidisciplinario en Medio Ambiente y Agro ecología (GAMMA), organização de apoio de base sediada em em La Paz, Bolívia, mas dedicada às práticas agrícolas sustentáveis no altiplano boliviano, usou o financiamento da IAF para trabalhar com homens e mulheres aimarás criadores de lhamas e ovelhas e com os *ayllus*, seus conselhos locais, na melhoria de pastagens, conservação da água e melhoria dos rebanhos. O treinamento tanto dos produtores como dos *ayllus* foi eficiente. Em 2010 a comunidade Choquecota de Oruro tinha uma fonte anual de água, melhores pastagens e novos centros de procriação. Nesta comunidade de altitude elevada, caracterizada por secas severas pontilhadas por chuvas torrenciais, o enfoque indígena do GAMMA na conservação da água e produção pecuária beneficiou-se da colaboração ativa dos *ayllus*. Ao mobilizar o capital social dos *ayllus*, os investimentos promovidos pelo GAMMA espalharam-se por toda a área e continuaram a ser eficazes 10 anos após o término do financiamento da IAF. Este exemplo mostra que uma organização alheia à comunidade pode conquistar a confiança de seus moradores e suas autoridades aproveitando os enfoques indígenas e as estruturas organizacionais.

Em 1999 os Ayllus Originarios de Quila Quila, um grupo de conselhos aimarás de Sucre, Bolívia, receberam uma doação da IAF para investir no desenvolvimento da agricultura e turismo. Nos seis anos seguintes os residentes da comunidade escalonaram encostas, instalaram sistemas de microirrigação, construíram alojamentos e um restaurante, bem como treinaram guias turísticos e trabalhadores na escavação de sítios arqueológicos. No entanto, em 2011 nenhuma das estruturas destinadas ao turismo estava sendo usada para esse propósito e somente os investimentos agrícolas em terras coletivas ainda estavam em uso. O que aconteceu? Oito anos antes, intensificaram-se décadas de tensões entre os *ayllus* e uma empresa de cimento que tinha a concessão de mineração na área e o governo municipal de Sucre revogou o status jurídico dos *ayllus*. Os *ayllus* de Quila Quila reagiram redirecionando o seu enfoque para garantir os direitos e mobilizar recursos para esta causa. Em 26 de novembro de 2003 os *ayllus* de Quila Quila declararam-se Território Indígena Autônomo e nos anos seguintes uniram-se a outras comunidades para formar a Nação Indígena Qhara Qhara. Por fim, uma organização eficiente e o aumento do capital social os ajudaram a conseguir apoio tanto do município como do Governo boliviano. O projeto ilustra a natureza dinâmica do desenvolvimento comunitário e como, quando o contexto assim o exige, o enfoque de uma atividade pode ser redirecionado à outra — neste caso a posse da terra e o treinamento de uma nova geração nas aptidões necessárias para exercer os direitos como indígenas bolivianos. A capacidade dos *ayllus* de definir — e redefinir — as próprias prioridades demonstrou ser fundamental para obter um resultado bem-sucedido.

Para obter informações mais detalhadas favor enviar e-mail a inquiries@iaf.gov. — *Emilia Rodríguez-Stein, diretora de avaliação da IAF*



Complexity Demystified: A Guide for Practitioners

[A desmistificação da complexidade: guia para aqueles que trabalham no torreno]

Patrick Beautement e Christine Broenner

Triarchy Press: Devon, Reino Unido, 2011

No início dos anos 1990, uma onda de livros populares anunciava novos enfoques numa área que confundia a ciência: a falta de previsibilidade em sistemas complexos. A ciência tradicional, cujas raízes reducionistas remontam a Newton, estuda o mundo separando os componentes de um sistema e estudando-os exaustivamente, procurando relações lineares de causa e efeito. Considera os sistemas naturais como máquinas a serem analisadas e compreendidas, levando à previsibilidade. Mas, quando a atenção científica se volta para questões sobre sistemas que não podem ser nitidamente separados — o sistema imunológico humano, por exemplo, o tempo, o mercado de ações ou os pássaros que voam em bando sem colidir uns com os outros — o velho paradigma começa a falhar.

A emergente ciência da complexidade se debruçou sobre um enorme campo de atividade natural e humana e produziu uma série de metáforas atraentes. Em 2004, esta revista publicou meu artigo, "À margem de Newton: metáforas para o desenvolvimento de base", que indicava as semelhanças entre as novas metáforas sobre o funcionamento do mundo e o que a Fundação Interamericana havia aprendido sobre desenvolvimento de base ao apoiar estratégias comunitárias para redução da pobreza.

Na esteira dos livros que descreviam a nova ciência surgiram tentativas de aplicar suas conclusões a empresas, formulação de políticas e assistência externa, entre outras áreas. Surgiu uma pequena indústria de seminários, workshops e sessões de PowerPoint. *Complexity Demystified* segue essa tradição. O livro começa com a observação de que o mundo nos apresenta tipos muito diferentes de problemas. Alguns são simples, como projetar uma cadeia de abastecimento de produtos para os supermercados. São necessários grandes investimentos, exércitos de trabalhadores e gestão eficiente. Mas, fundamentalmente, o transporte de coisas é um problema facil de se resolver, passível de soluções lineares alinhadas. Constrói-se uma máquina; suas partes são conhecidas e seus resultados previsíveis. Outros problemas são complexos, como acabar com a pobreza, por exemplo, ou melhorar a educação. Neste caso, juntar todas as peças já é um desafio, quanto mais entender sua interação. Mesmo se encontrarmos a solução para um lugar, isso não quer dizer que poderá ser aplicada em outro.

Apesar das abundantes evidências de que as situações simples são muito diferentes das complexas, as pessoas e instituições geralmente insistem em aplicar ferramentas analíticas similares (mecanicistas) aos dois tipos. Frequentemente, surgem consequências acidentais, quando não acontecem desastres. Para melhorar a situação, Beautement e Broenner oferecem "um guia para praticantes", inclusive os que trabalham com assistência ao desenvolvimento. Eles começam bem, com boas percepções sobre muitas das realidades que frustram os esforços mais bem intencionados. Eles constatam que os planos de desenvolvimento em geral têm pouca relevância para as pessoas a quem se direcionam porque "com demasiada frequência a maneira em que os problemas são descritos e os objetivos colocados não pode acomodar os fatos reais que promovem ou impedem a mudança num contexto específico". Eles também questionam os planos cuidadosamente elaborados que fixam metas para medir o progresso. "A mudança que as pessoas provocam em situações complexas nem sempre pode ser isolada ou medida,

A mudança que as pessoas provocam em situações complexas nem sempre pode ser isolada ou medida

particularmente porque a mudança muitas vezes surge muito depois do final do projeto que visava esse resultado", observam eles.

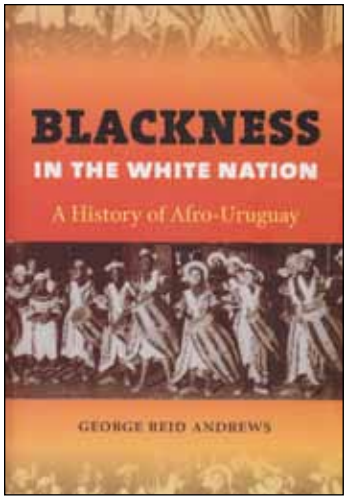
O enfoque alternativo baseia-se em 25 "conclusões" que eles extraem da ciência da complexidade. (Eles asseguram ao leitor que não é preciso se tornar um especialista em complexidade. Como se dissessem: "lemos todos os livros por você".) A lista está disposta num conjunto de seis elementos que interagem em quatro "laços" e uma "explicação pragmática do seu emprego na prática". Os elementos e laços são bem simples: tente alguma coisa, veja o que acontece, preste atenção ao contexto, avalie como tudo está indo para corrigir qualquer falha. Mas o livro se transforma num amontoado de gráficos e listas, lembrando aqueles manuais de instruções de câmeras digitais que pesam mais que a câmera.

Os dois problemas fundamentais do livro estão bem no título.

Um é o fato de os autores afirmarem que "desmistificaram a complexidade". Muitos dos livros pioneiros sobre a complexidade que surgiram nos anos 1990 foram populares porque transmitiam o estímulo intelectual da nova ciência e especulavam sobre o rumo que essas descobertas poderiam tomar. Abriam a mente dos leitores, fazendo-os ver as coisas de modo diferente. Parece que os autores não entenderam isso, pois transformaram esse entusiasmo numa lista densa.

O segundo problema está no subtítulo. Será que os "praticantes" precisam mesmo de um guia da complexidade? Ou o problema é que, como os próprios autores dizem, "para os que trabalham diretamente com os beneficiários dos programas de ajuda ao desenvolvimento é extremamente difícil transmitir às organizações doadoras o que acontece na vida real e o que eles observaram e aprenderam no campo. Trata-se de uma questão importante porque, afinal, são as organizações doadoras que elaboram os projetos e programas. Com demasiada frequência, elas permanecem fixadas em suas ideias."

Se levarmos isso em conta, um guia da complexidade deveria ser dirigido não aos que trabalham no campo, mas aos analistas, administradores, executivos e formuladores de políticas. São eles que precisam considerar as implicações da complexidade para a assistência ao desenvolvimento e fazer os ajustes correspondentes: transformar as avaliações em cadeias de informações que ajudem a corrigir os projetos no meio da execução; e identificar e financiar um número maior de projetos comunitários. — *Patrick Breslin*



Blackness in the White Nation: A History of Afro-Uruguay

[Negros na nação branca: uma historia do Afro-Uruguay]

George Reid Andrews

The University of North Carolina Press; Chapel Hill, 2010

George Reid Andrews ensina na Universidade de Pittsburgh, onde recebeu o bem merecido título de professor emérito, em reconhecimento da sua contribuição ao estudo da diáspora africana na América Latina. Sua primeira publicação importante, *The Afro-Argentines, 1800-1900* (University of Wisconsin Press: 1980), é considerada uma obra seminal sobre um povo cuja própria existência era ignorada ou negada. A partir daí, a bibliografia de Andrews apresenta alguns desvios geográficos e um amplo estudo histórico muito elogiado, *Afro-Latin America, 1800-2000* (Oxford University Press: 2004). Seu livro mais recente, que resume tendências e eventos ocorridos durante cerca de dois séculos, leva-o de volta à região rio-platense, mas desta vez ao Uruguai, um país de maioria branca que, segundo ele, "opta por se definir, ao menos em parte, como culturalmente negro".

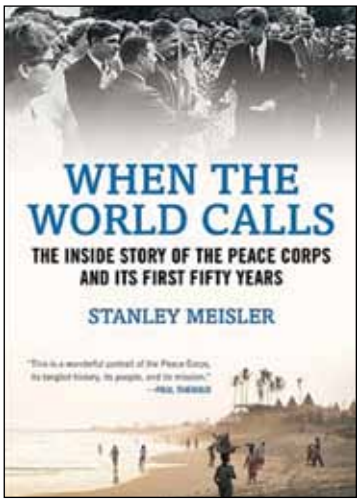
Andrews vivenciou o Uruguai como poucos acadêmicos estrangeiros. Na primeira página de seu livro, ele expressa gratidão a Romero Rodríguez, fundador de Organizaciones Mundo Afro, ex-donatária da IAF, que, segundo ele, lhe deu as boas-vindas a essa organização uruguaia e o convidou a "voltar um dia" para pesquisar a história dos afrodescendentes no Uruguai. Quando Andrews voltou, ele ingressou na *comparsa* [bloco de car-

naval] de Mundo Afro, e o livro mostra seu entusiasmo pela percussão. Isso não diminui a seriedade do trabalho e torna a leitura mais divertida.

Segundo o censo de 2010, 15% dos uruguaios se identificam como afrodescendentes. Alguns de seus ancestrais chegaram como escravos aos portos de Montevidéu e Buenos Aires; outros eram fugitivos do Brasil, atraídos a um país que havia abolido a escravidão em 1842. O fato de a emancipação ter acontecido relativamente mais cedo, segundo Andrews, combina com a reputação do Uruguai como país progressista. Ele considera que o país é a "principal democracia social da América Latina" e reconhece seu "forte e duradouro compromisso com a inclusão social". Em contraste com essa reputação, há a dolorosa herança da escravidão: a desigualdade e a discriminação ainda não desapareceram completamente da vida nacional. Talvez como exemplo mais extremo, o racismo após a emancipação explica o alistamento sistemático dos negros, notadamente para servir de bucha de canhão nas linhas de frente da guerra com o Paraguai (1864 a 1870). O alistamento terminou em 1904, mas a exclusão de afrodescendentes dos serviços sociais e da vida econômica persistiu até o século 20. Os afro-uruguaios que Andrews entrevistou citam exemplos vívidos de obstáculos à educação e ingresso nos ofícios ou profissões.

Esse mesmo período também é caracterizado pelo fato de a maioria branca ter adotado a música e dança afro-uruguaia. As expressões culturais de raízes africanas se transformaram em aspectos distintivos da cultura popular: *candombe*, o gênero musical mais genuinamente uruguaio; a comemoração do carnaval com ritmos africanos; a vigorosa participação dos uruguaios de todas as etnias em *comparsas*; e mesmo o tango, um patrimônio compartilhado com a Argentina, mas que não deixa de ser uruguaio. Conforme documentado por Andrews, de maneira meticulosa e extensa, o fenômeno reforçou a divisão e os negros permaneceram à margem da sociedade: uma população que, até recentemente, era considerada insignificante ou inexistente.

A luta dos afro-uruguaios por justiça social tem-se concentrado na organização, em torno da cultura evidentemente, mas também em torno de uma imprensa vibrante e muito atuante. Embora Andrews se esforce para ser objetivo, ele considera Mundo Afro como "o mais visível dos grupos sociais e cívicos de afro-uruguaios" e atribui essa classificação à energia e esforço investidos desde a sua criação em 1988 em denunciar e expor a discriminação. A participação de seus líderes ajudou a marcar um grande tento para a população negra do Uruguai em 1999, quando o Comitê das Nações Unidas para Eliminação da Discriminação Racial emitiu um relatório contradizendo a negação oficial da existência dessa população, confirmando a prática de discriminação e recomendando medidas corretivas. As conquistas detalhadas no capítulo final do livro parecem indicar que houve progresso nessa década, mas que ainda resta muito a fazer para que os afro-uruguaios desfrutem de plena igualdade. Para saber mais sobre Mundo Afro e o projeto financiado pela IAF, veja a edição de 2007 de *Desenvolvimento de base*. — *David Fleischer, representante para Uruguai e Brasil e Paula Durbin*



When the World Calls: The Inside Story of the Peace Corps and its First 50 Years

[Quando o mundo chama: a verdade sobre o corpo da Paz e seus primeiros 50 anos]

Stanley Meisler

Beacon Press; Boston, 2011

Em outubro de 1960, às 2 horas da madrugada, John F. Kennedy fez um discurso de improviso, que durou apenas três minutos, durante uma parada de sua campanha na Universidade de Michigan. Ele perguntou aos estudantes que haviam se reunido para escutá-lo se estariam dispostos a passar dois anos de sua vida ajudando as populações do mundo em desenvolvimento. Ao ver a reação deles, Kennedy achou que, como disse a um assistente, ele havia "ganhado a loteria". Ele usou o mesmo "bilhete" no discurso de sua posse, com uma frase que se tornou imortal: "Não pergunte o que o seu país pode

fazer por você, mas o que você pode fazer por seu país." No mês seguinte, 25.000 americanos inundaram a Casa Branca com cartas perguntando ao presidente o que eles podiam fazer. Kennedy recorreu ao seu cunhado, Sargent Shriver, que foi aconselhado pelos assessores do presidente a procurar as instituições de ajuda externa e começar com pequenas iniciativas. Em vez disso, ele criou uma agência independente que começou a todo vapor e teve a audácia de enviar seus primeiros contingentes de voluntários para Gana e Índia, países "não alinhados" comandados por líderes independentes.

O resto é história.

Stanley Meisler, autor desse livro de leitura agradável, serviu de 1964 a 1967 na unidade de avaliação do Corpo da Paz. Composta de jornalistas que conseguiam enxergar além das estatísticas, essa unidade produziu relatórios rigorosos, que eram lidos pelo próprio Shriver. Meisler não fazia rodeios (e não faz rodeios neste livro). Ele e seus colegas documentaram desde o início que os voluntários em geral eram mal preparados, seus papéis mal definidos e seus contatos com as aldeias mínimos. Essas deficiências foram logo corrigidas por uma ênfase na capacitação, preferência por habilidades práticas, mais atenção à colocação e recrutamento de voluntários mais velhos e experientes. A imersão no contexto local e um conhecimento profundo da cultura passaram a definir o turno típico. Em resultado, pessoas comuns em todo o mundo criaram laços com esses *"hijos de Kennedy"*, como os voluntários eram chamados na América Latina. "*Yankee go home*, exceto Casey", dizia um cartaz numa comunidade durante a invasão americana da República Dominicana em 1965.

Quando Shriver deixou o Corpo da Paz em 1966 para lançar a Guerra contra a Pobreza, havia 15.556 voluntários. Apesar do constante apoio bipartidário no Congresso e na Casa Branca, as atuais restrições orçamentárias reduziram esse contingente a cerca de 7.500 no campo e sua concentração diminuiu, pois aumentou o número de países que os recebem, incluindo os que faziam parte da União Soviética. Entre os mais de 200.000 ex-membros, dois foram eleitos para o Senado dos Estados Unidos: Christopher Dodd, que serviu na República Dominicana, e o falecido Paul Tsongas, que serviu na Etiópia, onde o ex-senador Harris Wofford foi diretor; e vários membros da Câmara de Representantes, entre eles Sam Farr, Mike Honda e Thomas Petri, que serviram, respectivamente, na Colômbia, El Salvador e Somália.

Outro experimento de base, a Fundação Interamericana, foi criada em 1969, oito anos após o Corpo da Paz. A IAF tem sido um ímã virtual para os ex-voluntários e funcionários do Corpo da Paz, o que influencia seu enfoque e marca seu trabalho. Entre eles, está Bill Dyal, seu primeiro presidente, cuja confiança inabalável nas organizações de base e insistência na sensibilidade às suas ideias guiaram a IAF de 1969 a 1979 e continuam a defini-la. O atual presidente, Robert N. Kaplan, começou seu trabalho no campo do desenvolvimento como voluntário no Paraguai. Os seis presidentes titulares e interinos que o precederam também tinham uma conexão com o Corpo da Paz: Linda Kolko, voluntária em Belize; Embaixador Larry Palmer, voluntário na Libéria; David Valenzuela, diretor do Corpo da Paz no Chile; George Evans, diretor na Costa Rica; Embaixador William Perrin, diretor para Belize e Caribe Oriental; e Steve Vetter, voluntário na Colômbia. O quadro atual conta com sete ex-voluntários. (Eu servi no Panamá.) Os funcionários da IAF que aceitaram cargos no Corpo da Paz são inúmeros.

When the World Calls é um livro de leitura fértil que eu recomendo sem ressalvas. — *Patrick Ahern, IAF representante para Nicarágua*

Awka Liwen

Escrito e narrado por Osvaldo Bayer

Dirigido por Mariano Aiello e Kristina Hille

Macunudo Films: 2010

Awka Liwen, ou "Rebelião ao amanhecer" em mapuche, documenta a trágica saga dos argentinos que Osvaldo Bayer, a força propulsora desse filme, chama de *los pue-*

blos originarios. Historiador e jornalista, Bayer começou a se interessar por esses indígenas nos anos 1950; nos últimos 10 anos, ele se envolveu profundamente com as questões desses povos, como acadêmico, defensor e ativista. *Awka Liwen* está no centro desse esforço supremo para apresentar a versão correta a um público cuja educação, na sua opinião, negligenciou seriamente esses americanos nativos.

A lição de história de Bayer combina cinematografia contemporânea com fontes primárias, como jornais, fotos de arquivos e cinejornais, testemunho de peritos, animação reforçada com efeitos sonoros e excertos de *La Patagonia Rebelde*, o filme de1974 cujo roteiro ele escreveu. Repleta de detalhes fascinantes, a narração começa com Bayer observando que os fundadores da Argentina deram aos índios os mesmos direitos que aos outros habitantes e começaram a abolir a escravidão em 1813. Em poucos anos, esses princípios foram traídos na busca por terras que culminou com a *Conquista del Desierto* pelo General Julio Argentino Roca; deserto é um eufemismo, nos diz Bayer, da vasta extensão que incluía os férteis pampas. A consolidação levou tempo. Friedrich Rauch, o coronel prussiano que erradicou os índios ranqueles, foi morto em 1828, aparentemente por "Arbolito", um jovem guerreiro que as tropas confundiram por um árvore. Nos anos 1870, o Ministro da Guerra Adolfo Alsina planejou conter os índios cavando uma trincheira de 600 quilômetros, que nunca foi concluída.

A campanha de Roca durou de 1878 a 1884. Pela conta de Bayer, a *Conquista* tirou a vida de milhares de índios e enriqueceu os 600 proprietários que haviam financiado as operações de Roca. Um deles, José Martínez de Hoz, adquiriu 2,5 milhões de hectares, quase a área de El Salvador. O filme *traça até o* presente o legado da mudança na posse da terra: estrutura fiscal injusta, degradação *ambiental*, flagrante desigualdade. De maneira mais imediata, a "distribuição de índios" com sanção oficial que se seguiu à *Conquista* forçou homens, mulheres e crianças a trabalhar em condições de semiescravidão nas grandes propriedades, projetos militares e plantações de cana de Tucuman. As ondas subsequentes de imigrantes europeus deslocaram ainda mais os índios argentinos, agravando sua pobreza e exclusão. Segundo Bayer, eles se tornaram *los primeros desaparecidos*, uma metáfora da guerra suja dos anos 1970 que denota extermínio e invisibilidade.

A noção de que a Argentina não tinha cidadãos indígenas era antes aceita, mas hoje o país é considerado multirracial e multicultural. Segundo Bayer, citando pesquisas realizadas pela Universidade de Buenos Aires e CONICET, 63,1% da população tem descendência indígena. Ele acha que as reformas constitucionais que reconhecem os direitos dos *pueblos originarios* são "o início da mudança". Em pessoa, ele contou a *Desenvolvimento de Base* sobre a mobilização para afirmar os direitos dos indígenas e reclamar suas terras. A cena de seu filme que mostra o despejo de um casal mapuche de uma propriedade da empresa de moda Benetton inclui uma rápida referência ao

ativismo dos mapuches e outras organizações em nome do casal, que resultou em cobertura pela mídia internacional.

A recepção que teve *Awka Liwen* certamente indica uma mudança em curso. Segundo uma fonte, cerca de 3.000 argentinos assistiram à estreia do filme. Seus créditos incluem patrocínios de municípios, governos provinciais e o Ministério do Desenvolvimento Social, além de fundações empresariais e ONGs; o gabinete da presidência declarou que o filme é de "interesse nacional." A compra do DVD pelo Ministério da Educação para distribuição em escolas está esperando o resultado de uma ação iniciada pelos descendentes de José Martínez de Hoz. Nesse ínterim, Bayer, aos 85 anos, dá palestras toda noite, acompanhado de uma banda de rock, que, inspirada por sua mensagem, passou a se chamar Arbolito.

Não há uma rebelião em *Awka Liwen*. O título se refere a uma pequena menina mapuche chamada Awka Liwen que Bayer encontrou e nunca mais esqueceu. "Esse nome tão profundo," ele explicou ao jornal *Miradas al Sur*, "esses olhos que eu jamais esquecerei, são a melhor interpretação do espirito do filme". *— Amanda Hess, assistente de programas da IAF, com Gabriela Sbarra, e Paula Durbin*

Kathryn Pyle

Niños de la memoria

Filme de Kathryn Smith Pyle e María Teresa Rodríguez

2012

O roubo de crianças argentinas para adoções ilegais, orquestrado pelos militares que haviam raptado e assassinado seus pais durante a guerra suja, já foi tema de jornalismo investigativo, documentários, filmes (inclusive *La Historia Oficial,* que ganhou um Oscar) e telenovelas. Como resultado, são amplamente conhecidos os horrores dessa época e da busca realizada pelas famílias biológicas ainda desesperadas para reencontrar essas crianças, agora já adultos.

Menos conhecidos são os fatos ocorridos em El Salvador durante a guerra civil que entre 1980 e 1992 matou cerca de 75.000 pessoas e fez com que milhares fugissem do país. Pobreza, desigualdade e repressão brutal levaram legiões de salvadorenhos a se juntar a um crescente movimento de resistência e a resposta do governo foi uma campanha de terra arrasada. Comunidades inteiras foram massacradas, exceto algumas crianças e bebês que foram levados pelos soldados do governo e enviados para adoção na Europa e Estados Unidos. Então começou a busca por essas crianças que agora são adultos. Esse aspecto da guerra captou tanto o interesse de Kathryn Smith Pyle, representante sênior da IAF para El Salvador de 2001 a 2007, que ela chamou Rodríguez, direitora de filmes, para ajudá-la a levar a história para as telas. Eles receberam apoio do Sundance Institute, United States Institute of Peace e Independent Television Service, entre outros doadores. O Museo de la Palabra e Imagen e Centro Arte para la Paz, donatários da IAF, forneceram filmes de seus arquivos e outros materiais.

Seu filme, *Niños de la Memoria* [Filhos da memória], traça a o progresso de três indivíduos na busca por seus parentes biológicos. Margarita Zamora, cujos irmãos desapareceram, é uma investigadora determinada da Asociación Pro-Búsqueda de Niños y Niñas Desaparecidos, uma organização não governamental fundada para reunir famílias separadas durante a guerra. Entre seus clientes estão Jamie Harvey, 31, que foi adotada por uma família americana e espera encontrar os parentes salvadorenhos que ela nunca conheceu; e Salvador García, um agricultor que enterrou uma filha após um massacre e luta diariamente para lidar com o desaparecimento de outra. A cada passo, Margarita é prejudicada pela falta de acesso aos arquivos militares que poderiam resolver esses casos. As buscas se alternam com uma vívida colagem sobre a história de El Salvador desde as origens da guerra civil até a recente eleição de Mauricio Funes, candidato da Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional, movimento insurgente que se tornou um partido político após o fim das hostilidades.

Embora *Niños de la Memoria* deixe o espectador com vontade de saber mais sobre os protagonistas, especialmente Margarita e os casos que ela procura resolver, o filme expõe os acontecimentos de maneira satisfatória. Em 2009, o governo salvadorenho finalmente reconheceu o desaparecimento das crianças, mas não se realizou nenhuma investigação oficial, os perpetradores não foram processados, nem houve justiça para as vítimas. Até hoje, Pro-Búsqueda resolveu cerca de 370 casos, mas ainda há centenas e muitos talvez nunca sejam resolvidos. As avós da Plaza de Mayo encontraram somente 105 das 500 crianças argentinas desaparecidas; mas, se elas nos ensinaram alguma coisa é que, apesar de tudo, as famílias não vão desistir.

A estréia do filme no Festival Cine Documental Ambulante em San Salvador em maio gerou extensa cobertura da mídia. A Latin American Studies Association deu a *Niños de la Memoria* o Prêmio de Honra ao Mérito Cinematográfico após selecioná-lo para exibição no seu Trigésimo Congresso, realizado em San Francisco. Uma lista atualizada das datas de exibição pode ser encontrada em www.ninosdelamemoria.com; para saber mais sobre a busca por essas crianças, visite: probusqueda.org.sv. — *Eduardo Rodríguez-Frías, Web master da IAF*